CONSTITUCIONAL



CADERNO DE QUESTÕES

INFORMAÇÕES GERAIS

- Olá, seja muito bem vindo.
- Este caderno de questões é parte integrante da nossa comunidade voltada para preparação de alunos para o do INSS de 2022/2023.
- Se você ainda não faz parte da **comunidade**, você pode entrar agora, gratuitamente, através do link abaixo:

https://t.me/futurostecnicosdoINSS

- Escolhemos o aplicativo do *Telegram*, pois ele possui diversos recursos não disponíveis no *WhatsApp*, tais como, por exemplo, permitir que os novos participantes tenham acesso às mensagens que já estavam disponíveis antes do seu ingresso.
- Além disso, trata-se de uma plataforma que preserva a intimidade dos assinantes.
- Você pode baixar esse aplicativo no seu celular ou direto pela versão *web*, que permite acesso pelo computador, através do seguinte link: https://web.telegram.org/.
- Desde já, seja bem vindo à nossa comunidade.
- Forte abraço, fique com Deus e bons estudos.

SUMÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS ***2***

SUMÁRIO ***3***

Constitucional – Nível médio ***4***

Princípios fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º) – 1 ..... **4**

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988) – 147 ..... **43**

Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º) – 261 ..... **75**

Nacionalidade – 311 ..... **88**

Direitos Políticos – 361 ..... **101**

Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988) – 411 ..... **113**

Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988) – 426 ..... **117**

União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988) – 446 ..... **122**

Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988) – 466 ..... **126**

Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988) – 472 ..... **127**

Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988) – 492 ..... **133**

Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988) – 493 ..... **133**

Administração Pública – Disposições gerais – arts. 37 e 38 da CF/1988) – 498 ..... **135**

Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988) – 697 ..... **188**

Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42 da CF/1988) – 752 ..... **204**

Organização do Estado – variadas – 753 ..... **204**

Noções Gerais (Ordem Social) – 758 ..... **205**

Seguridade social – arts. 194 e 195 da CF/1988 – 760 ..... **206**

Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988) – 778 ..... **212**

Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF/1988) – 837 ..... **227**

Assistência Social (arts. 203 a 204) – 840 ..... **228**

Gabarito ***232***

Princípios fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º) – 1

1 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, sobre os fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(1) Fundamentos.
(2) Objetivos fundamentais.

(_) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
(_) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
(_) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

a) 1 - 2 - 2.
b) 1 - 1 - 2.
c) 2 - 1 - 1.
d) 2 - 2 - 1.
e) 1 - 2 - 1.

2 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O pluralismo político é um princípio fundamental que garante a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo político nacional, outorgando aos cidadãos a liberdade de convicção filosófica e política.

Certo
Errado

3 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

De acordo com o artigo 1.º da Constituição Federal de 1988, os princípios fundamentais são: soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e igualdade entre os Estados.

Certo
Errado

4 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios. Assinale a alternativa que não contempla um desses princípios.
a) Garantir o desenvolvimeto nacional.
b) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
c) Independência nacional.
d) Defesa da paz.

5 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 contempla, em seu Título I, os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecendo a forma, a estrutura e os fundamentos do Estado brasileiro, bem como seus objetivos fundamentais, a divisão dos Poderes e as diretrizes pelas quais se rege nas relações internacionais. Considerando o que dispõe a Carta Magna a respeito dos princípios fundamentais, julgue o item.

Ao estabelecer que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a Constituição garante aos entes que compõem a federação brasileira o direito de secessão.

Certo
Errado

6 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 contempla, em seu Título I, os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecendo a forma, a estrutura e os fundamentos do Estado brasileiro, bem como seus objetivos fundamentais, a divisão dos Poderes e as diretrizes pelas quais se rege nas relações internacionais. Considerando o que dispõe a Carta Magna a respeito dos princípios fundamentais, julgue o item.

Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estão a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Certo
Errado

7 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 contempla, em seu Título I, os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecendo a forma, a estrutura e os fundamentos do Estado brasileiro, bem como seus objetivos fundamentais, a divisão dos Poderes e as diretrizes pelas quais se rege nas relações internacionais. Considerando o que dispõe a Carta Magna a respeito dos princípios fundamentais, julgue o item.

O princípio da intervenção, pelo qual o Brasil se rege em suas relações internacionais, impõe ao Estado brasileiro o dever de intervir, direta ou indiretamente, em assuntos internos e externos de outros países.

Certo
Errado

8 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 contempla, em seu Título I, os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecendo a forma, a estrutura e os fundamentos do Estado brasileiro, bem como seus objetivos fundamentais, a divisão dos Poderes e as diretrizes pelas quais se rege nas relações internacionais. Considerando o que dispõe a Carta Magna a respeito dos princípios fundamentais, julgue o item.

Ao assegurar a concessão de asilo político, a Constituição Federal visa proteger indivíduos de outras nacionalidades contra perseguições, por parte de seu país de origem, motivadas por razões de natureza política.

Certo
Errado

9 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Brasil adotou a clássica teoria da tripartição das funções do Estado, sendo essas funções divididas entre Poderes devidamente organizados, independentes e harmônicos entre si. No que se refere ao Estado brasileiro e a seus Poderes estruturais, julgue o item.

A Constituição Federal de 1988 rege que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Certo
Errado

10 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O Brasil buscará a integração econômica, política, social e territorial dos povos da América do Sul.

Certo
Errado

11 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

A dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.

Certo
Errado

12 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Com base no texto constitucional, são fundamentos da República Federativa do Brasil dentre outros, exceto?
a) Dignidade da pessoa humana
b) Pluralismo político
c) Religião, Moral e Costume
d) Soberania
e) Cidadania

13 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Com base no texto constitucional, são Poderes da União, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário...
a) Separados e dependentes entre si
b) separados
c) independentes
d) Independentes e harmônicos entre si
e) Nenhuma das respostas anteriores.

14 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Com base no texto constitucional, são objetivos fundamentais da Republica Federativa do Brasil, exceto:
a) Laicidade e respeito ao constumes
b) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

c) Garantir o desenvolvimento nacional
d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
e) Construir uma sociedade livre, justa e solidária

15 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Com base no texto constitucional, a República Federativa do Brasil rege-se nas relações internacionais dentre outros por quais princípios, exceto:

a) Prevalência dos direitos humanos
b) Defesa da paz
c) Solução pacífica dos conflitos
d) Repúdio ao terrorismo e ao racismo
e) Armamento

16 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Tendo em vista os atos administrativos, o Direito Administrativo e o Constitucional, analise as afirmativas a seguir.

I. A República Federativa do Brasil, formada pela união dos estados, municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento social; erradicar a pobreza e a criminalidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem a todos.

II. O texto constitucional exige expressamente que algumas providências sejam precedidas de específica autorização legislativa, vinculada à determinada situação ou destinada a atingir determinado objetivo. Essa exigência é chamada reserva legal qualificada.

III. A primazia da lei exprime a vinculação da administração pública ao Direito, o princípio ou condição de que o ato administrativo que contraria norma legal é inválido. É um princípio firmado na constituição.

Estão corretas as afirmativas
a) I e II, apenas.
b) II e III, apenas.
c) I e III, apenas.
d) I, II e III.

17 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil
a) garantir o desenvolvimento dos povos.
b) erradicar a fome e a criminalização.
c) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
d) a solução pacífica dos conflitos.
e) reduzir as desigualdades sociais e regionais.

18 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O art. 2º da Constituição Federal de 1988 prescreve:

"São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Sobre o referido princípio constitucional da separação dos poderes, analise as assertivas.

I- O sentido da separação dos poderes consiste, em rigor, na divisão entre as funções típicas do poder estatal, visto que o poder do Estado como tal é uno e indivisível.

II- No sistema de divisão dos poderes, existe certo grau de hierarquia entre os respectivos órgãos e funções do poder estatal, na medida em que determinadas competências constitucionalmente estabelecidas para determinado Poder prevalecem sobre as dos demais Poderes.

III- A separação dos poderes é caracterizada pela atuação conjunta dos três Poderes direcionada à consecução dos objetivos constitucionais, sendo tal atuação juridicamente limitada por esferas de competências próprias e mecanismos de controle recíprocos.

IV- O princípio da separação dos poderes tem como objetivo o controle do poder pelo poder, o que se concretiza por um conjunto de técnicas, a citar o direito de veto do chefe do Poder Executivo, a aprovação pelo Legislativo do orçamento dos demais órgãos estatais e o controle judicial dos atos dos demais poderes.

Estão corretas as assertivas

a) I e III, apenas.
b) I, II e III, apenas.
c) II e IV, apenas.
d) II, III e IV, apenas.
e) I, III e IV, apenas.

19 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O art. 2º da Constituição Federal de 1988 prescreve:

"São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Sobre o referido princípio constitucional da separação dos poderes, analise as assertivas.

I- O sentido da separação dos poderes consiste, em rigor, na divisão entre as funções típicas e atípicas do poder estatal, visto que o poder do Estado como tal é divisível.

II- No sistema de divisão dos poderes, inexiste qualquer hierarquia entre os respectivos órgãos e funções do poder estatal, todos operando na esfera de suas competências constitucionalmente estabelecidas.

III- A separação dos poderes é caracterizada pela atuação conjunta dos três Poderes direcionada à consecução dos objetivos constitucionais, sendo tal atuação juridicamente limitada por esferas de competências próprias e mecanismos de controle recíprocos.

IV- O princípio da separação dos poderes tem como objetivo o controle do poder pelo poder, o que se concretiza por um conjunto de técnicas, a citar o direito de veto do chefe do Poder Executivo, a aprovação pelo Legislativo do orçamento dos demais órgãos estatais e o controle judicial dos atos dos demais poderes.

Estão corretas as assertivas

a) I, II e IV, apenas.
b) I, II e III, apenas.
c) III e IV, apenas.
d) II, III e IV, apenas.
e) I e III, apenas.

20 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com o artigo 1° da Constituição Federal, são fundamentos da República, EXCETO:
a) dignidade da pessoa jurídica.
b) cidadania.
c) pluralismo político.
d) soberania.
e) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

21 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Julgue o item a seguir no que diz respeito aos princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988.

A forma republicana de governo é princípio fundamental e cláusula pétrea expressa da Constituição de 1988.

Certo
Errado

22 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A tripartição dos Poderes da União foi consagrada no artigo 2.º da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência independente e harmônica do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

Cada Poder do Estado tem sua atividade principal, também denominada função típica, e suas atividades secundárias, que lhe são imputadas pela lei, denominadas funções administrativas.

Certo
Errado

23 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A tripartição dos Poderes da União foi consagrada no artigo 2.º da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência independente e harmônica do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

A função típica do Poder Judiciário é solucionar, definitivamente, conflitos de interesses, por meio da aplicação do direito ao caso concreto.

Certo
Errado

24 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A tripartição dos Poderes da União foi consagrada no artigo 2.º da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência independente e harmônica do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

Ao realizar um procedimento licitatório, o Poder Legislativo exerce uma de suas funções típicas, que não depende da autorização do Poder Executivo ou da autorização do Poder Judiciário.

Certo
Errado

25 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A tripartição dos Poderes da União foi consagrada no artigo 2.º da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência independente e harmônica do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

O Poder Executivo pode aplicar, de ofício, a lei, sem necessidade de provocação de qualquer interessado, mediante juízo de conveniência e oportunidade, nos limites delineados pelo texto legal.

Certo
Errado

26 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A tripartição dos Poderes da União foi consagrada no artigo 2.º da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência independente e harmônica do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

A tripartição de Poderes estabelecida pelo artigo 2.º da Constituição Federal de 1988 tem caráter absoluto e irrevogável, constituindo-se cláusula pétrea do ordenamento jurídico pátrio.

Certo
Errado

27 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, são dois dos fundamentos da República Federativa do Brasil:
a) O particularismo político e os valores sociais da iniciativa restrita.
b) A dependência nacional e a indeterminação dos povos.
c) A estabilidade da desigualdade social e a dignidade da pessoa humana.
d) A soberania e a cidadania.

28 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, sobre a República Federativa do Brasil, assinalar a alternativa INCORRETA:
a) Constitui-se em Estado Democrático de Direito.
b) Formada pela união dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
c) Um dos seus fundamentos é a soberania.
d) Rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos

29 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Observe os fundamentos a seguir:

I - a soberania.

II - a cidadania.

III - a dignidade da pessoa humana.

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

V - o pluralismo político.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos citados em:
a) I, II, III e IV, somente.
b) I, II, e III, somente.
c) I, II, III e V, somente.
d) I, II, III, IV e V.

30 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Lei as sentenças a seguir:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II - garantir o desenvolvimento nacional.

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

V. expandir a distribuição de renda para o desenvolvimento pleno da nação.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os itens elencados em:

a) I, II, III e IV, somente.
b) I, III, IV e V, somente.
c) II, IV e V, somente.
d) I, II, III, IV e V.

31 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Veja os princípios a seguir:

I - independência nacional.

II - prevalência dos direitos humanos.

III - autodeterminação dos povos.

IV - não-intervenção.

V - igualdade entre os Estados.

VI - defesa da paz.

VII - solução pacífica dos conflitos.

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo.

IX - segregação entre os povos para o progresso da humanidade.

X - concessão de asilo político.

Dos princípios elencados anteriormente, segundo a Constituição Federal, o único que não condiz com os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa é o encontrado em:
a) II.
b) VIII.
c) IX.
d) X.

32 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, entre outros:

I. Independência nacional.

II. Autodeterminação dos povos.

III. Intervenção.

IV. Cooperação entre os povos para o progresso da indústria.

Estão CORRETOS:
a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I, III e IV.
c) Somente os itens II, III e IV.
d) Todos os itens.

33 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

III. Garantir o desenvolvimento nacional.

IV. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Estão CORRETOS:
a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens II e III.
c) Somente os itens I, III e IV.
d) Todos os itens.

34 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considerando-se o que dispõe a Constituição Federal acerca dos princípios fundamentais e deveres individuais e coletivos, analisar as afirmativas abaixo e, após, assinalar a alternativa correta:

I. Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a erradicação da pobreza, da marginalização, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

II. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos o pluralismo político.

III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Está(ão) correta(s):
a) Apenas I e II.
b) Apenas II e III.
c) I, II e III.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II.

35 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, as relações internacionais da República Federativa do Brasil regem-se por alguns princípios, NÃO sendo um princípio norteador dessas relações a(o):
a) Secundariedade dos direitos humanos.
b) Defesa da paz.
c) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
d) Solução pacífica dos conflitos.
e) Concessão de asilo político.

36 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considerando-se a Constituição Federal, analisar a sentença abaixo:

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (1ª parte). Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem e de raça, com discriminação apenas de sexo, de cor ou de idade (2ª parte).

A sentença está:
a) Totalmente correta.
b) Correta somente em sua 1ª parte.
c) Correta somente em sua 2ª parte.
d) Totalmente incorreta.

37 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
a) O particularismo político.
b) A indeterminação dos povos.
c) A intervenção.
d) A garantia do desenvolvimento nacional.

38 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos:

a) O pluralismo político.
b) A garantia do desenvolvimento nacional.
c) A concessão de asilo político.
d) A defesa da paz.
e) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

39 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considerando-se a Constituição Federal, analisar a sentença abaixo:

A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da Europa, visando à formação de uma comunidade Euro-americana de nações (1ª parte). É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação (2ª parte).

A sentença está:
a) Totalmente correta.
b) Correta somente em sua 1ª parte.
c) Correta somente em sua 2ª parte.
d) Totalmente incorreta.

40 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considerando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as assertivas abaixo:

I. São exemplos de objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: garantir o desenvolvimento nacional; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II. São exemplos de princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais: independência nacional; não-intervenção; repúdio ao terrorismo e ao racismo; erradicação da pobreza e da marginalização para reduzir desigualdades sociais e regionais; solução pacífica dos conflitos e defesa da paz.

III. São fundamentos da República Federativa do Brasil: a soberania; a dignidade da pessoa humana; o pluralismo político; a cidadania; e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

IV. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Analisando as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

a) Duas das assertivas acima são falsas.
b) Três das assertivas acima são falsas.
c) Apenas uma das assertivas acima é falsa.
d) Todas as assertivas acima são verdadeiras.

41 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em conformidade com o texto constitucional de 1988, assinale a alternativa que corresponde a objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil.
a) Erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais.
b) Assegurar a prevalência dos direitos humanos.
c) Primar pela autodeterminação dos povos.
d) Garantir a igualdade entre os Estados soberanos.
e) Promover o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

42 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo previsão expressa no texto constitucional de 1988, é (são) princípio(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil a (o)
a) igualdade entre homens e mulheres.

b) pluralismo político e a autodeterminação dos povos.
c) soberania e a cidadania.
d) garantia do desenvolvimento nacional.
e) defesa nacional e a manutenção da paz.

43 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Tendo em vista a redação do texto constitucional de 1988, os princípios constitucionais explícitos da Administração Pública são
a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
b) apenas legalidade e eficiência.
c) somente publicidade e eficiência.
d) apenas moralidade e impessoalidade.
e) somente legalidade e moralidade.

44 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Analise as assertivas abaixo, relacionadas à República Federativa do Brasil e seus princípios fundamentais, previstos no Título I da Constituição Federal de 1988.

I. Constituem fundamentos o pluralismo político, o valor social da livre iniciativa e a cidadania.

II. Constituem objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, assim como construir uma sociedade livre, justa e solidária.

III. Constituem princípios, nas suas relações internacionais, a garantia do desenvolvimento nacional, a prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz.

Quais estão corretas?
a) Apenas II.
b) Apenas I e II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

45 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considere os seguintes itens.

I A extensão, às uniões estáveis homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas heterossexuais justifica-se e legitima-se pela direta incidência do princípio constitucional implícito que prevê o direito à busca da felicidade, entre outros princípios.

II A crítica jornalística é direito garantido na Constituição Federal de 1988 (CF) e plenamente aceitável contra aqueles que exercem funções públicas; o interesse social, que legitima o direito de criticar, sobrepõe-se a eventuais suscetibilidades que possam revelar as pessoas públicas.

No que se refere aos princípios fundamentais previstos na CF, assinale a opção que apresenta os princípios que fundamentam os itens I e II, respectivamente.

a) dignidade da pessoa humana e pluralismo político
b) dignidade da pessoa humana e valorização do trabalho humano
c) prevalência dos direitos humanos e valorização do trabalho humano
d) defesa da paz e pluralismo político
e) prevalência dos direitos humanos e cidadania

46 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

No que se refere às disposições constitucionais quanto às relações internacionais estabelecidas pela República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

a) Visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural entre os povos da América Latina.
b) Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, nos termos da lei, mediante plebiscito.
c) São Poderes da União, dependentes e interligados entre si, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.
d) A cidadania, a soberania e o livre diálogo estão entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

47 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O artigo 4° da Constituição Federal preocupou-se fundamentalmente com a definição dos princípios que devem orientar o Estado brasileiro nas suas relações internacionais. Nesse ponto, cumpre sublinhar que o relacionamento do Estado brasileiro com países estrangeiros ou organismos internacionais constitui-se de atos identificadores da soberania do País no plano internacional. Leia atentamente os itens abaixo e, nos termos da Constituição de 1988, assinale a alternativa que não contém princípio regente das relações internacionais brasileiras.

a) Pluralismo político
b) Prevalência dos direitos humanos
c) Repúdio ao terrorismo e ao racismo
d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
e) Concessão de asilo político

48 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Assinale, nos termos da Constituição de 1988, a alternativa que não contém um dos objetivos da República Federativa do Brasil.

a) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
b) defender a autodeterminação dos povos
c) garantir o desenvolvimento nacional
d) construir uma sociedade livre, justa e solidária
e) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

49 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Assinale a opção que apresenta um princípio que rege as relações internacionais do Brasil.
a) prevalência dos direitos humanos
b) garantia do desenvolvimento nacional
c) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
d) pluralismo político
e) construção de sociedade livre, justa e solidária

50 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil encontram-se enumerados de forma expressa nos artigos do 1º ao 4º da Constituição Federal de 1988. Acerca deste tema, assinale a alternativa correta.

a) São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e o desenvolvimento nacional

b) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação consiste em um dos princípios que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais

c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades socais e regionais é um dos objetivos fundamentais do Brasil, ao lado da igualdade entre os estados

d) São princípios em que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais a não-intervenção, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político

51 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O art. 1.º da Constituição de 1988 estabeleceu a forma de Estado, a forma de governo e o regime de governo, além de enumerar, em seus incisos, os valores que orientam o Estado.

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue o item.

Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a soberania. Em âmbito internacional, isso significa que o Brasil se encontra em igualdade com os demais Estados independentes.

Certo
Errado

52 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O art. 1.º da Constituição de 1988 estabeleceu a forma de Estado, a forma de governo e o regime de governo, além de enumerar, em seus incisos, os valores que orientam o Estado.

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue o item.

A dignidade da pessoa humana, que assenta o reconhecimento da proteção individual, não só em relação ao Estado, mas também diante dos demais indivíduos, apesar de ser importante, não é considerada como um fundamento da República Federativa do Brasil.

Certo
Errado

53 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O art. 1.º da Constituição de 1988 estabeleceu a forma de Estado, a forma de governo e o regime de governo, além de enumerar, em seus incisos, os valores que orientam o Estado.

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue o item.

É fundamento do Estado brasileiro o valor social do trabalho e da livre iniciativa. Assim, haverá, nas relações entre capital e trabalho, o reconhecimento do valor social do trabalho.

Certo
Errado

54 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O art. 1.º da Constituição de 1988 estabeleceu a forma de Estado, a forma de governo e o regime de governo, além de enumerar, em seus incisos, os valores que orientam o Estado.

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Ele garante a inclusão, nos processos de formação da vontade geral, das diversas correntes de pensamento.

Certo
Errado

55 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Título I da Constituição Federal de 1988 é dedicado aos princípios fundamentais do Estado brasileiro e, no art. 1.º, são estabelecidas suas características essenciais. Acerca dessas características, julgue o item.

A forma de Estado adotada no Brasil é a federação. Isso quer dizer a coexistência de unidades dotadas de autonomia política em um mesmo território.

Certo
Errado

56 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Título I da Constituição Federal de 1988 é dedicado aos princípios fundamentais do Estado brasileiro e, no art. 1.º, são estabelecidas suas características essenciais. Acerca dessas características, julgue o item.

A Federação brasileira é composta pela União, pelos estados-membros, pelo Distrito Federal e pelos municípios, sendo possível apenas aos municípios o direito de secessão, em respeito ao princípio da indissolubilidade de vínculo federativo.

Certo
Errado

57 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Título I da Constituição Federal de 1988 é dedicado aos princípios fundamentais do Estado brasileiro e, no art. 1.º, são estabelecidas suas características essenciais. Acerca dessas características, julgue o item.

Quanto ao regime político, o Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Certo
Errado

58 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Título I da Constituição Federal de 1988 é dedicado aos princípios fundamentais do Estado brasileiro e, no art. 1.º, são estabelecidas suas características essenciais. Acerca dessas características, julgue o item.

No Brasil, vigora apenas a democracia direta, em que não é admissível a conjugação do princípio representativo com os institutos da democracia direta.

Certo
Errado

59 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Estado Democrático tem como direitos e garantias fundamentais, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, não deixando nunca de zelar o servidor público principalmente do que está no parágrafo único da CF de 1988, no seu artigo primeiro:

a) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;
b) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina;
c) todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
e) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

60 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil é composta por três Poderes, independentes e harmônicos entre si, a saber:
a) Legislativo, Moderador e Judiciário.
b) Legislativo, Executivo e Judiciário.
c) Executivo, Moderador e Militar.
d) Executivo, Constituinte e Militar.
e) Unidirecional, Constituinte e Centrífugo.

61 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Assinale abaixo a alternativa que trata de um princípio fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil.
a) democracia oligopartidária
b) liberalismo econômico
c) vedação ao asilo político
d) separação de poderes

62 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:
a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
b) Garantir o desenvolvimento nacional.
c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

63 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
a) Prevalência dos direitos humanos.
b) Garantia do desenvolvimento nacional.
c) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

64 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
a) Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
b) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
c) Valorização do trabalho e da livre iniciativa.
d) Prevalência dos direitos humanos.
e) Solução pacífica dos conflitos.

65 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Na federação, os entes integrantes do regime se associam numa união indissolúvel, como forma de dar à unidade resultante preponderância sobre a pluralidade formadora.

São Características da Federação:

Assinale a alternativa INCORRETA:
a) Centralização política.
b) Poder de autoconstituição das entidades integrantes.
c) Participação das vontades dos entes integrantes na formação da vontade nacional.
d) Autonomia dos entes integrantes: Dotados de independência dentro dos parâmetros constitucionais e que as competências para eles traçadas na Constituição apontam para a inexistência de hierarquia entre eles.
e) Poder de autodeterminação: Autoconstituição, autogoverno, autolegislação e autoadministração.

66 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em consonância com o art. 3º da Constituição Federal, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:
a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
b) Prevalência dos direitos humanos;
c) Garantir o desenvolvimento nacional;
d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

67 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Com base no art. 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, analise os itens abaixo:

I. A soberania.
II. A cidadania.
III. O respeito à liberdade e apreço à tolerância.
IV. A dignidade da pessoa humana.
V. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

VI. O pluralismo político.

Estão CORRETAS:
a) I, II e III.
b) III, IV, V e VI.
c) I, II, IV, V e VI.
d) I, II, III e IV.
e) I, II, III, IV, V e VI.

68 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com o art. 3º da Constituição Federal de 1988, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:
a) Garantir padrões de qualidade educacional.
b) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
c) Garantir o desenvolvimento nacional.
d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

69 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Os princípios do Direito Constitucional estão elencados junto aos princípios fundamentais da Constituição Federal do art 1º CF /88 ao art 4º CF/88 O art 1º CF/88 apresenta, desse modo, os fundamentos sob os quais opera esse poder quais sejam:

I - A soberania do Estado;

II - A cidadania;

III- Eficiência e transparência.

IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Dos fundamentos listados, estão corretos

a) Apenas I,II, III e IV.
b) Apenas II, IV e V.
c) Apenas I,II e IV.
d) Apenas I, III e V.

70 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1998 a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
a) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
b) A soberania, a cidadania, a independência nacional, o pluralismo político e a livre iniciativa.
c) A cidadania, a autodeterminação dos povos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

d) A soberania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a independência nacional, a autodeterminação dos povos e a dignidade da pessoa humana.

71 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Sobre as constituições, assinale a alternativa correta:
a) Toda constituição se inicia com o preâmbulo, o qual contempla normas básicas de convivência social.
b) As constituições precisam ser emendadas constantemente, sob pena de perderem sua eficácia jurídica.
c) Embora a República Federativa do Brasil seja formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, as constituições estaduais não podem revogar as disposições da Constituição Federal.
d) Nenhuma constituição pode vir com disposições transitórias, pois a mesma se destina a promover, de forma atemporal, o interesse público.

72 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988:
a) Valorizar o trabalho e a livre iniciativa
b) Defender o pluralismo político
c) Garantir o desenvolvimento nacional
d) Permitir o exercício da cidadania

73 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios expressos na Constituição Federal de 1988, dentre eles, a defesa da paz e a solução pacífica de conflitos. Leia abaixo o parágrafo único do artigo 4° da Constituição Federal:

"Art. 4°. Parágrafo Único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e _____ dos povos _____, visando à _____ de uma comunidade _____ de nações".

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.
a) cultural / da América Latina / formação / latinoamericana
b) religiosa / de todos os países / integração / sulamericana
c) educacional / da América do Sul / reunião / universal
d) nacional / do mundo / integração / unida

74 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I. A cidadania e a soberania.

II. A dignidade da pessoa humana.

III. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

IV. O pluralismo político.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:
a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
b) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
d) Todas as afirmativas estão corretas.

75 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Brasil acolheu, nos últimos anos, um número significativo de venezuelanos que, fugindo da situação em que viviam em seu país natal, migraram para o território brasileiro em busca de melhores condições de vida. O grande fluxo de imigração, porém, gerado pelos venezuelanos na fronteira de Roraima, especialmente no Município de Pacaraima, tem desafiado o Governo Brasileiro a tomar medidas urgentes visando preservar as condições da estrutura pública daquela região. Diante do quadro exposto e dos princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil, assinale a única alternativa incorreta:
a) O Brasil acolhe os refugiados venezuelanos porque segue o princípio de que os direitos humanos devem prevalecer nas relações internacionais sobre as posições políticas ou qualquer outro fator econômico ou filosófico.
b) O Brasil não deve intervir militarmente na Venezuela para tentar solucionar o problema que provoca a fuga em massa de seu povo porque segue o princípio da não-intervenção e defesa da paz nas suas relações internacionais.
c) Não seria admissível uma lei que determinasse critérios objetivos para tratamento diferenciado de emprego, habitação, serviços públicos e direitos fundamentais aos venezuelanos refugiados porque o Brasil guia-se pelo princípio do repúdio ao racismo.
d) Embora o Brasil esteja acolhendo aos refugiados civis da Venezuela, a Constituição Federal brasileira adota o principio de não concessão de asilo político a autoridades públicas do país vizinho que queiram abrigar-se no Brasil por qualquer razão.
e) Caso o Brasil precise decidir entre declarar guerra ou seguir uma solução diplomática com a Venezuela ou qualquer outro pais, ele deve escolher a via diplomática, já que a defesa da paz é um Princípio constitucional que rege as relações internacionais do Brasil.

76 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme o Art. 4º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I. Independência nacional.

II. Prevalência dos direitos humanos.

III. Concorrência entre os Estados.

IV. Proibição de asilo político.

Quais estão INCORRETAS?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas III e IV.
e) I, II, III e IV.

77 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nas afirmações abaixo, classifique V para Verdadeiro e F para Falso e em seguida assinale a sequência correta. De acordo com a Constituição Federal, "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos":

( ) A soberania.

( ) A participação popular.

( ) A dignidade da pessoa humana.

( ) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

( ) A educação.

a) V V F F V
b) F V V V V
c) F F V F V
d) V F V V F
e) V V F F V

78 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considerando-se a Constituição Federal, relativo ao que são princípios da Republica Federativa do Brasil, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) Concessão de asilo político.

( ) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

( ) Dependência Nacional.

a) C - C - E.
b) E - C - C.
c) E - E - E.
d) C - E - C.

79 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Sobre a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I. O singularismo político.

II. A cidadania.

III. A dignidade da pessoa humana.

IV. A soberania.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens II, III e IV.
d) Todos os itens.

80 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, constituem alguns objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. Construir uma sociedade livre, porém, injusta.

II. Garantir o desenvolvimento nacional.

III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens I e II.

b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens II e III.
d) Todos os itens.

81 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir e marque a opção CORRETA:

a) A República Federativa do Brasil busca impedir o bem de todos.
b) A cidadania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
c) A República Federativa do Brasil busca opor-se à construção de uma sociedade justa.
d) A República Federativa do Brasil busca promover as desigualdades sociais.
e) Os valores sociais da livre iniciativa não são fundamentos da República Federativa do Brasil.

82 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir e marque a opção CORRETA:

a) No Brasil, é proibida a manifestação do pensamento.
b) A República Federativa do Brasil busca opor-se à construção de uma sociedade solidária.
c) No Brasil, o município pode obrigar qualquer cidadão a descumprir as leis vigentes.
d) O pluralismo político é proibido na República Federativa do Brasil.
e) O Executivo é um dos poderes da União.

83 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir e marque a opção CORRETA:

a) A soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
b) A República Federativa do Brasil busca opor-se à construção de uma sociedade livre.
c) A República Federativa do Brasil busca promover a pobreza entre seus cidadãos.
d) A República Federativa do Brasil busca promover as desigualdades regionais.
e) A República Federativa do Brasil busca emperrar o desenvolvimento nacional.

84 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir e marque a opção CORRETA:

a) No Brasil, o município pode obrigar qualquer cidadão a permanecer associado a uma entidade paramilitar.
b) Os valores sociais do trabalho não são fundamentos da República Federativa do Brasil.
c) No Brasil, é proibida a associação para fins lícitos.
d) Segundo a constituição brasileira, homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações.
e) A Constituição Federal de 1988 procura valorizar a construção de uma sociedade fraterna.

85 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. Definir uma lista diária de tarefas é uma forma de melhorar o planejamento das atividades de trabalho.

II. Construir uma sociedade injusta é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição Federal.

Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.

d) As duas afirmativas são falsas.

86 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

a) Solução pacífica dos conflitos.
b) Não-intervenção.
c) Independência nacional.
d) Construção de uma sociedade livre, justa e solitária.
e) Autodeterminação dos povos.

87 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que o repúdio ao terrorismo e ao racismo é considerado

a) uma garantia constitucional e um direito e dever individual que alicerça o Estado Democrático de Direito.
b) um dos fundamentos do Estado Democrático que regem as relações internas e externas da República Federativa do Brasil.
c) uma garantia constitucional e um direito e dever coletivo que alicerça o Estado Democrático de Direito.
d) um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
e) o principal fundamento do Estado Democrático de Direito e da República Federativa do Brasil.

88 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que constitui, entre outros, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

a) garantir o desenvolvimento nacional.
b) preservar a dignidade da pessoa humana.
c) respeitar a soberania dos Estados-Membros.
d) garantir a previdência social.
e) conceder asilo político.

89 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui- se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento, a

a) construção de uma sociedade justa.
b) independência dos Estados.
c) construção de uma sociedade solidária.
d) defesa da paz.
e) dignidade da pessoa humana.

90 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1988, Art 1º, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático. Referente a esse artigo, analise as seguintes assertivas:

I. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

II. Alguns dos fundamentos desse artigo são a soberania e a cidadania.

III. Um dos princípios desse artigo é o pluralismo político.

IV. Compõe esse artigo a diretriz de manter os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. V. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas III e IV.
e) Apenas IV e V.

91 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

a) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
b) Repúdio ao terrorismo e racismo.
c) O bem-estar social.
d) Prevalência dos Direitos Humanos.

92 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com Constituição Federal, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II. Garantir o desenvolvimento nacional.

III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente os itens I e II.

b) Somente os itens III e IV.
c) Somente os itens I, II e III.
d) Nenhum dos itens.

93 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:
a) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
b) Repúdio ao terrorismo e racismo.
c) O bem-estar social.
d) Prevalência dos Direitos Humanos.

94 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, NÃO constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:
a) Captar tributos mediante fiscalização da Receita Federal.
b) Garantir o desenvolvimento nacional.
c) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

95 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme preconiza a Constituição, assinalar a alternativa que NÃO constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:
a) A independência nacional.
b) A dignidade da pessoa humana.
c) O pluralismo político.
d) A soberania.

96 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
a) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.
b) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; independência nacional; e autodeterminação dos povos.
c) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; não-intervenção; e igualdade entre os Estados.
d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
e) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a soberania; a cidadania; e a dignidade da pessoa humana.

97 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo a CF/88, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento regional;

III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as igualdades sociais e regionais;

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

V- Independência nacional;

a) II e V.
b) II e IV.
c) I e III.
d) I e IV.
e) I e V.

98 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Acerca dos princípios fundamentais encartados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

a) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da não concessão de asilo político.
b) A dignidade da pessoa humana e o dualismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Tribunal de Contas.
d) A República Federativa do Brasil buscará a integração cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

99 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos do que está previsto na Constituição Federal de 1988, são princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais

I - autodeterminação dos povos e concessão de asilo político.

II - defesa da paz, independência nacional e solução pacífica dos conflitos.

III - prevalência dos direitos humanos, repúdio ao terrorismo e ao racismo.

IV - não intervenção, igualdade entre os Estados e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Está(ão) correta(s)

a) apenas I.
b) apenas II.
c) apenas I e II.
d) apenas III e IV.

e) I, II, III e IV.

100 - Tema: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Quanto aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta, nos termos da Constituição Federal de 1988:

a) Quanto aos fundamentos da República Federativa do Brasil tem-se o pluralismo político, que significa exatamente o mesmo que multipartidarismo.

b) Já assentou o Supremo Tribunal Federal, o direito ao nome insere-se no conceito de dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

c) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, sem objetivo de construir uma comunidade latino-americana de nações.

d) Dentre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil há o objetivo de promover o bem de todos sem qualquer discriminação, razão pela qual, nas relações internacionais, o Brasil não tem como princípio o repúdio ao racismo.

e) Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a cidadania, que pode ser exercida por toda população brasileira.

101 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item.

A irrenunciabilidade dos direitos fundamentais impede a sua disposição definitiva, não o seu não exercício.

Certo
Errado

102 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item.

A imprescritibilidade dos direitos fundamentais quer dizer que não são eles perdidos por seus titulares em razão do decurso do tempo.

Certo
Errado

103 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item.

A universalidade dos direitos fundamentais diz respeito à sua condição transnacional, isto é, à proteção que lhes deve ser conferida por todos os países.

Certo
Errado

104 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item.

A inalienabilidade dos direitos fundamentais representa a impossibilidade de sua disposição por faltar-lhes conteúdo econômico, o que não quer dizer que os direitos fundamentais não possam ter repercussões patrimoniais.

Certo
Errado

105 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Os direitos e as garantias fundamentais previstos pela CF têm aplicabilidade direta, imediata e integral.

Certo
Errado

106 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Com relação aos direitos e às garantias individuais, julgue o item a seguir.

A chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais opõe a proteção por eles conferida também no âmbito das relações entre particulares, não se limitando à relação Estado-indivíduo.

Certo
Errado

107 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Com relação aos direitos e às garantias individuais, julgue o item a seguir.

Quando se diz que direitos fundamentais são relativos, se está a dizer, por exemplo, que podem eles sofrer alguma limitação por meio da legislação infraconstitucional, desde que se resguarde seu núcleo essencial.

Certo
Errado

108 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Com relação aos direitos e às garantias individuais, julgue o item a seguir.

São destinatárias dos direitos fundamentais as pessoas físicas e jurídicas, incluindo-se, nestas últimas, as de direito público.

Certo
Errado

109 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Com relação aos direitos e às garantias individuais, julgue o item a seguir.

Na colisão entre direitos fundamentais, deve sempre preponderar aquele que ostentar entre eles maior hierarquia.

Certo
Errado

110 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Com relação aos direitos e às garantias individuais, julgue o item a seguir.

O status positivo dos direitos fundamentais identifica a possibilidade de que o indivíduo possa influenciar a vontade estatal.

Certo
Errado

111 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Acerca dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Os direitos sociais, em sua feição positiva, funcionam como importante instrumento de consecução da isonomia material.

Certo
Errado

112 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Acerca dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

O princípio da proibição de retrocesso impõe que a efetivação de direitos sociais não poderá se dar quando puser em risco a derrocada de outros direitos.

Certo
Errado

113 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Acerca dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

A reserva do possível como limite para a efetivação de direitos sociais encontra limite, por sua vez, no princípio do mínimo existencial.

Certo
Errado

114 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Acerca dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Os direitos sociais são normas constitucionais de eficácia limitada que perseguem princípios programáticos.

Certo
Errado

115 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

A cidadania é uma espécie de igualdade humana básica, associada com o conceito de participação integral na comunidade, o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade. Em outras palavras, a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável, desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida.

T. H. Marshall. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 62.

Segundo T. H. Marshall, na obra citada, a expansão da cidadania levaria à diminuição das desigualdades econômicas geradas pelo capitalismo. Ainda que não se obtivesse a igualdade absoluta, seria possível remover as desigualdades tidas como injustas, chegando-se, em certas situações, a anulá-las. No que se refere a esse tema, julgue os itens subsequentes.

I São direitos que fazem parte do conceito de cidadania os direitos civis (liberdades individuais, de movimento, de imprensa, de pensamento e de fé e o direito à propriedade, à consecução de contratos válidos e ao acesso individual à justiça).

II São direitos que fazem parte do conceito de cidadania os direitos políticos (direito ao voto e direito de participação nas estruturas de poder).

III São direitos que fazem parte do conceito de cidadania os direitos sociais (um mínimo de bem-estar econômico e a possibilidade de levar a vida de acordo com os padrões reconhecidos pela sociedade, notadamente assegurando-se o direito de acesso à educação e à saúde).

Assinale a alternativa correta.
a) Nenhum item está certo.
b) Apenas o item I está certo.
c) Apenas o item II está certo.
d) Apenas o item III está certo.
e) Todos os itens estão certos.

116 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, as normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais
a) necessitam de lei para produzir efeitos, em todos os casos.
b) têm aplicação imediata.
c) têm aplicação diferida.
d) têm aplicação mediata em todos os casos.
e) são de eficácia limitada em todos os casos.

117 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Quem deve respeitar os direitos e garantias fundamentais? Essa questão refere-se aos sujeitos passivos ou destinatários das obrigações de observância e proteção ativa que decorrem dos direitos e garantias, por mais abstratos e indefinidos que sejam. Sobre os destinatários dos direitos fundamentais, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Os direitos fundamentais, em regra, destinam-se a proteção dos estrangeiros residentes no país e, também, dos de passagem pelo País.

( ) Os direitos fundamentais destinam-se à proteção dos apátridas.

( ) Os direitos fundamentais destinam-se à proteção das pessoas jurídicas, observadas suas particularidades.

( ) O destinatário principal do dever de respeitar os direitos dos indivíduos é o Estado no sentido mais amplo do termo. Sendo, também, atualmente possível ter como destinatário um particular a partir do reconhecimento do efeito horizontal dos direitos fundamentais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V, V, V, V
b) V, V, F, F
c) V, F, F, V
d) F, F, V, V
e) F, V, V, F

118 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

O art. 5.º da Constituição Federal de 1988 enumera cinco direitos fundamentais básicos, sendo os demais direitos presentes em seus incisos desdobramentos do direito à vida, do direito à liberdade, do direito à igualdade, do direto à segurança e do direito à propriedade. Com relação a esse tema, julgue o item.

A Constituição protege a vida extrauterina de forma absoluta. Contudo, a vida intrauterina não é protegida, motivo pelo qual o aborto terapêutico é permitido.

Certo
Errado

119 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Sobre os direitos e as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.
a) Os direitos fundamentais se dividem em garantias fundamentais e deveres fundamentais.
b) Os direitos fundamentais não são direitos humanos, mas estes são garantias fundamentais.
c) As garantias fundamentais se dividem em deveres fundamentais e direitos fundamentais.
d) Os direitos e as garantias fundamentais não são auto excludentes.

120 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Assinale abaixo a única característica dos direitos fundamentais.
a) economicidade
b) penhorabilidade
c) disponibilidade
d) irrenunciabilidade

121 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Leia com atenção o pequeno texto a seguir:

"Essenciais em todo Estado democrático, são os dispositivos legais que têm por finalidade sistematizar as noções básicas e centrais que regulam a vida social, política e jurídica de todo o cidadão".

Dentre as alternativas abaixo, qual é a única que aponta corretamente o nome dado aos dispositivos legais mencionados no texto?

a) Direitos e Garantias Fundamentais.
b) Direitos Sindicais.
c) Direitos Organizacionais.
d) Direitos Estatais.

122 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

É característica dos direitos fundamentais do cidadão
a) a disponibilidade.
b) a prescritibilidade.
c) a relatividade.
d) a nacionalidade.
e) a unicidade.

123 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Do que trata a acepção estrita das garantias constitucionais?

a) Aceita as garantias constitucionais como garantias da própria Constituição.
b) Observa que são concebidas para manter a eficácia e a permanência da ordem constitucional.
c) Indica essas garantias como garantias dos direitos subjetivos expressos ou outorgados na Carta Magna.
d) Oferece um mecanismo primordial e poderoso de segurança e conservação do Estado de Direito.
e) Estabelece limites para essas garantias, respeitando-se os apontamentos jurídicos, legais e criminais.

124 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

A respeito das dimensões dos direitos fundamentais e de seus destinatários, julgue o item a seguir.

As dimensões negativa e prestacional dos direitos sociais deixam de ser oponíveis às relações entre particulares à medida que o Estado cumpre seu papel de provedor.

Certo
Errado

125 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Assinale a alternativa correta.

A partir da Constituição Federal de 1988, há uma redefinição do Estado brasileiro, bem como dos Direitos Fundamentais. Desde o seu preâmbulo, a carta cidadã de 1988 projeta a instituição de um Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito. A responsabilidade do Estado na consolidação da cidadania está centrada em três elementos essenciais que são: indivisibilidade e universalidade dos direitos de cidadania e o processo de especificação de sujeitos. Em relação ao terceiro elemento, é correto afirmar que:

a) Cabe ao Estado instituir políticas públicas que introduzam um tratamento especial aos grupos sociais que, por exemplo, sofram forte padrão discriminatório.
b) O princípio constitucional da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais intenta assegurar a força vinculante desses direitos e objetiva tornar tais direitos prerrogativas diretamente aplicáveis pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
c) A responsabilidade do Estado concentra-se no desafio da extensão universal da cidadania, sem qualquer discriminação.
d) Concentra-se na tarefa de conferir cumprimento às obrigações internacionais assumidas relativamente à dignidade humana.
e) No que tange ao governo e à administração, incumbem-lhes um importante papel na tarefa de concretização dos direitos fundamentais.

126 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Aos dispositivos legais que têm por finalidade sistematizar as noções básicas e centrais que regulam a vida social, política e jurídica de todo o cidadão brasileiro, atribuímos o nome de:

a) Direitos e Garantias Fundamentais.
b) Direitos Sindicais Nacionais.
c) Direitos Humanos.
d) Direitos Administrativos.

127 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Entendemos por todos os dispositivos legais que têm por finalidade sistematizar as noções básicas e centrais que regulam a vida social, política e jurídica de todo o cidadão brasileiro.

A lacuna acima pode ser CORRETAMENTE preenchida pelo termo:
a) Direitos e Garantias Fundamentais
b) Direitos Sindicais
c) Direitos Humanos Internacionais
d) Direitos Administrativos

128 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Enquanto os direitos fundamentais são bens jurídicos em si, as garantias são instrumentos que buscam assegurá-los e protegê-los.

Certo
Errado

129 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Os direitos fundamentais possuem uma eficácia não somente vertical (Estado/indivíduo), mas também horizontal (indivíduo/indivíduo).

Certo
Errado

130 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Os direitos fundamentais são relativos no sentido de poderem se balancear uns aos outros, não admitindo, contudo, limitação por parte do legislador ordinário.

Certo
Errado

131 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

O status passivo dos direitos fundamentais descreve a posição de subordinação do indivíduo frente ao Estado e aos poderes públicos.

Certo
Errado

132 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

O status positivo dos direitos fundamentais descreve a capacidade do indivíduo de influir na vontade estatal.

Certo
Errado

133 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Julgue o item a respeito dos direitos sociais.

Também a efetivação do mínimo existencial está sujeita à reserva do possível como justificativa apta a eximir o Estado de responsabilidade.

Certo
Errado

134 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Julgue o item a respeito dos direitos sociais.

A proibição do retrocesso consiste na impossibilidade de o legislador infraconstitucional, uma vez atingido certo grau de concretização de direitos sociais, pretender reduzir esse alcance, retrocedendo na efetivação.

Certo
Errado

135 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Julgue o item a respeito dos direitos sociais.

O mínimo existencial está aquém do princípio da dignidade da pessoa humana, isto é, congrega parcela de direitos absolutamente básicos, que, respeitados, ainda não chegam a assegurar uma existência digna, mas, sim, existência, pura e simples.

Certo
Errado

136 - Tema: Características (Direitos Fundamentais)

Os direitos fundamentais são bens jurídicos em si mesmos considerados, conferidos às pessoas pelo texto constitucional. De acordo com as características desses direitos, relacione as colunas e em seguida assinale a alternativa com a sequência correta.

1 – Imprescritibilidade
2 – Interdependência
3 – Inalienabilidade
4 – Universalidade

( ) Os direitos fundamentais devem abranger todos os indivíduos, independente de sua nacionalidade, sexo, raça, credo ou convicção político-filosófica.

( ) As várias previsões constitucionais, apesar de autônomas, possuem diversas intersecções para atingirem sua finalidade.

( ) Não há possibilidade de transferência dos direitos fundamentais a outrem.

( ) Os direitos fundamentais não desaparecem pelo decurso do tempo.

a) 1 – 2 – 3 – 4
b) 4 – 3 – 2 – 1
c) 4 – 2 – 3 – 1
d) 3 – 2 – 4 – 1

137 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item.

A classificação geracional dos direitos fundamentais leva em consideração sua ordem de importância.

Certo
Errado

138 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Acerca dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Dentro da classificação cronológica dos direitos fundamentais, os direitos sociais ocupam a terceira dimensão ou geração.

Certo
Errado

139 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Karel Vasak, inspirado nos ideais da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), associou algumas gerações ou dimensões de direitos humanos e propôs a divisão doutrinária. Nesse sentido, os de primeira geração ou dimensão são os direitos

a) que se caracterizam por direitos dos povos e estão vinculados ao direito fundamental da paz.
b) e garantias individuais e políticos clássicos que tem o Estado no centro de proteção, como os direitos sociais, econômicos e culturais que valorizam grupos de indivíduos.
c) que se caracterizam pela sua titularidade coletiva ou difusa, abrangem um meio ambiente equilibrado e a fraternidade entre os povos.
d) que se caracterizam pela sua titularidade coletiva ou difusa, conhecidos por direitos dos povos, como o direito à informação, ao pluralismo e à democracia.
e) e garantias individuais e políticos clássicos que tem o indivíduo no centro de proteção, como o direito à vida à liberdade, à expressão e à locomoção.

140 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Julgue o item.

Hoje são evidenciados direitos de quarta geração, concernentes à bioética, que visam a impedir a destruição da vida e a regular os procedimentos da engenharia genética.

Certo
Errado

141 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Nos estudos de direito constitucional hodiernos, os direitos fundamentais são divididos em dimensões e/ou gerações. Sobre essa questão, assinale a alternativa correta:
a) O princípio da fraternidade, insculpido no cerne da Revolução Francesa, é um princípio típico da primeira geração ou dimensão, uma vez que, representa uma forma de proteção dos interesses individuais em face de medidas arbitrárias do Estado
b) Os direitos de segunda geração ou dimensão surgem após as Grandes Guerras mundiais e possuem como característica preponderante a defesa da dignidade da pessoa humana
c) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são direitos novos, relacionados aos estudos da genética, cibernética e o seu impacto nas relações sociais
d) Os direitos de segunda geração ou dimensão se relacionam com as liberdades positivas do ser humano, calcadas no princípio da igualdade material, e, na história, tem como grande marco a Revolução Industrial

142 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Nos estudos de Direito Constitucional os Direitos Fundamentais são divididos em dimensões e/ou gerações. Sobre esse contexto, assinale a alternativa correta.

a) Os direitos de segunda geração ou dimensão surgem após as Grandes Guerras mundiais e possuem como característica preponderante a defesa da dignidade da pessoa humana
b) Os estudos da genética, cibernética e o seu impacto nas relações sociais não recebem qualquer classificação dentro das dimensões e/ou gerações dos direitos fundamentais
c) O princípio da fraternidade, insculpido no cerne da Revolução Francesa, é um princípio típico da primeira geração ou dimensão vez que, representa uma forma de proteção dos interesses individuais em face de medidas arbitrárias do Estado

d) Os direitos de segunda geração ou dimensão se relacionam com as liberdades positivas do ser humano, calcadas no princípio da igualdade material, e, na história, têm como grande marco a Revolução Industrial

143 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Julgue o item a respeito dos direitos sociais.

Os direitos sociais são considerados como direitos fundamentais de terceira geração.

Certo
Errado

144 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, qual a alternativa que está correta referente à primeira geração:
a) Primeira geração ou dimensão (direitos sociais, econômicos e culturais).
b) Primeira geração ou dimensão (direitos difusos).
c) Primeira geração ou dimensão (direitos de solidariedade).
d) Primeira geração ou dimensão (direitos e garantias civis e políticos).

145 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

No que concerne aos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:
a) Os direitos de primeira geração são direitos de crédito do indivíduo em relação à coletividade denominado direito positivo. Os de segunda geração são denominados de negativos, pois é o Estado que deve abster-se de invadir a esfera de proteção do indivíduo. E os da terceira geração, tem como titular o indivíduo na sua singularidade.
b) Podem ser classificados em direitos de primeira geração ou dimensão (direitos e garantias civis e políticas), de segunda geração ou dimensão (direitos sociais, econômicos e culturais) e de terceira geração ou dimensão (direitos de solidariedade).
c) Podem ser classificados em direitos de primeira geração ou dimensão (direitos sociais, econômicos e culturais), de segunda geração ou dimensão (direitos e garantias civis e políticas) e de terceira geração ou dimensão (direitos de solidariedade).
d) Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal são ilimitados.

146 - Tema: Gerações de Direitos Fundamentais

Os autores Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins sustentam textualmente:

"Muitos autores referem-se a 'gerações' de direitos fundamentais, afirmando que sua história é marcada por uma gradação, tendo surgido em primeiro lugar os direitos individuais e políticos, em seguida os direitos sociais e, por último, os 'novos' direitos difusos e / ou coletivos, como os de solidariedade, ao desenvolvimento econômico (sustentável) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, havendo também direitos de quarta geração relacionados ao cosmopolitismo e à democracia universal."

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 6ª Ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Thompson Reuters, Brasil. p. 35.

Embora admitindo que essa visão predomina na doutrina brasileira e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, por qual razão, para os referidos autores, a opção terminológica e teórica pelo termo geração é "bastante problemática"?
a) A palavra geração liga-se à vida do ser humano, traduzindo a ideia de um conjunto de pessoas que têm aproximadamente a mesma idade e vivem em uma mesma época. Assim, essa não seria uma noção aplicável aos direitos ou especificamente a direitos fundamentais.
b) O uso do termo gerações sugere a substituição de uma geração pela outra, o que não ocorreu na evolução histórica dos direitos fundamentais.

c) O histórico dos direitos fundamentais não pode ser dividido em fases, porque desde seu surgimento o conjunto desses direitos se manteve inalterado.
d) A evolução e a afirmação dos direitos fundamentais ocorreram, geograficamente, de modo muito variado e desigual, não sendo apropriado falar-se genericamente de gerações de direitos.

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988) – 147

147 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, são gratuitos, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

I. O registro civil de nascimento.
II. A certidão de óbito.
III. A certidão de casamento.

Está(ão) CORRETO(S):
a) Somente o item I.
b) Somente o item III.
c) Somente os itens I e II.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

148 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sobre esse assunto, assinalar a alternativa CORRETA:
a) É restrita a locomoção no território nacional em tempo de paz.
b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida a de caráter paramilitar.
c) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo intransmissível aos herdeiros.
d) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.
e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

149 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Aponte a alternativa correta conforme a disciplina do Art. 5º da Constituição Federal no que concerne aos direitos e garantias fundamentais.
a) É assegurado a todos o acesso à informação, sendo imprescindível a garantia da publicidade da fonte.
b) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
c) É inteiro o livre-arbítrio de associação para fins lícitos, até mesmo a de caráter paramilitar.
d) A correção de dados pessoais ante aos órgãos públicos, quando não se escolha fazer por processo sigiloso, judicial ou administrativo poderá ser feita através de mandado de segurança.
e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Ordinárias.

150 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A despeito dos direitos e deveres individuais e coletivos dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil, marque a alternativa correta.

a) A inviolabilidade de domicílio garante que a casa não pode ser adentrada pelo agente, sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro ou, de dia ou à noite, com ordem judicial.
b) É assegurado o direito de reunião, desde que pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que devidamente autorizado pela autoridade competente, e que não frustrem outra reunião convocada para o mesmo local.
c) A prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
e) É garantido o sigilo das comunicações telefônicas e das comunicações telegráficas, de dados e da correspondência, salvo, no último caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

151 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Ante ao disposto no artigo 5º, XLVII da Constituição Federal de 1988, reconhece como possível a pena de:

a) interdição de direitos de caráter perpétuo.
b) prestação social alternativa com o trabalho forçado.
c) morte em caso de guerra declarada.
d) banimento de caráter perpétuo.
e) privação da liberdade, sem assegurar ao preso o respeito à sua integridade física e moral.

152 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Consoante o texto do 5º, §3º incluído pela Emenda Constitucional n° 45/2004, dispõe que os tratados internacionais sobre direitos humanos são equivalentes às emendas constitucionais quando:
a) aprovados, em cada Casa da Assembleia Nacional Constituinte, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
b) aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
c) aprovados, na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
d) aprovados, no Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
e) aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros

153 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base no texto do Art. 5º da Constituição Federal de 1998, assinale a alternativa correta:

a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
b) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
c) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
d) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional;
e) conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações não relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

154 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Suponha que policiais militares do estado de Tocantins, de um mesmo batalhão, tenham criado determinada associação civil. Nessa situação, se a finalidade for objeto de questionamento, a associação poderá

a) ter suas atividades suspensas, por ato do governador do estado.
b) ser compulsoriamente dissolvida, por ato do comandante-geral da Polícia Militar.
c) ter suas atividades suspensas, se houver trânsito em julgado de decisão judicial.

d) ser compulsoriamente dissolvida, somente por decisão judicial.
e) ter suas atividades suspensas, por ato do comandante do batalhão.

155 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Segundo a Constituição Federal de 1988, todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos, desde que previamente autorizados pela autoridade competente.

Certo
Errado

156 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Conforme a Constituição Federal, é livre a criação de associações para fins lícitos, porém sua dissolução só ocorrerá mediante o trânsito em julgado de decisão judicial.

Certo
Errado

157 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa que indica uma espécie de pena prevista em lei e adotada no Brasil.
a) Banimento
b) Caráter perpétuo
c) Trabalhos forçados
d) Suspensão ou interdição de direitos

158 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Agente penitenciário iniciou procedimento visando apurar suposta prática de ato racista, ocorrido dentro do estabelecimento prisional, cometido por um fornecedor contra um detento.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A prática do racismo constitui crime afiançável, sujeito a pena de detenção.

Certo
Errado

159 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

É de fundamental importância o conhecimento por parte dos agentes do Estado dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Neste contexto, é correto afirmar, sobre esse tema, com base na Constituição Federal de 1988, que:
a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de ordem expressa de autoridade pública competente.

b) é plena a liberdade de associação, não podendo o Estado negar o registro de associações civis em decorrência do seu objeto social.
c) não é permitido a ninguém ingressar na casa alheia sem o consentimento do morador, exceto se em decorrência de determinação judicial ou nos casos de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.
d) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtenham previamente autorização da autoridade competente.
e) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, salvo por ordem da autoridade policial, para fins de investigação criminal.

160 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com o artigo 5.o da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

Toda e qualquer pessoa é livre para manifestar seu pensamento, devendo fazê-lo, inclusive, de forma anônima, para resguardar sua privacidade.

Certo
Errado

161 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com o artigo 5.o da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

Uma pessoa pode ser privada de direitos por motivo de crença religiosa quando a invocar para se eximir de obrigação legal a todos imposta e se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

Certo
Errado

162 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com o artigo 5.o da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

A lei penal poderá retroagir, desde que para prejudicar o réu.

Certo
Errado

163 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com o artigo 5.o da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

No Brasil, não são admitidas penas perpétuas, penas de trabalhos forçados, penas cruéis ou penas de morte em quaisquer hipóteses.

Certo
Errado

164 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com o artigo 5.o da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

Uma pessoa poderá pleitear indenização por dano material ou moral quando violada em sua intimidade ou honra.

Certo
Errado

165 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) A soberania e o pluralismo político constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

( ) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

( ) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.

( ) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

a) F – V – F – V.
b) F – V – V – F.
c) V – V – F – V.
d) V – F – V – F.
e) V – F – V – V.

166 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

É livre a manifestação do pensamento, sendo admitido o anonimato.

Certo
Errado

167 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

Certo
Errado

168 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo tal direito intransmissível.

Certo
Errado

169 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considerando que a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF) consolidou uma longa trajetória constitucional no país, é correto afirmar, sob a perspectiva do conteúdo dos direitos e garantias fundamentais vigentes no Brasil, que a CF

a) permitiu ao presidente da República decretar, em situações excepcionais, o recesso do Congresso, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores pelo prazo máximo de doze meses.
b) possibilitou a cassação dos direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de cinco anos, bem como a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais por decreto do presidente da República.
c) instituiu a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
d) possibilitou ao presidente da República a instituição de censura prévia, por força do princípio do interesse público.
e) permitiu expressamente a suspensão do habeas corpus para os crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

170 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Secretaria de Ordem Pública do Município Beta recebeu informações de que a Associação de Moradores do Bairro ZZ estaria estimulando a depredação de bens públicos. Após a regular tramitação do processo administrativo no qual representantes da Associação foram ouvidos, o Secretário Municipal, entendendo provados os fatos, decidiu pela sua dissolução compulsória.

À luz da narrativa acima, é correto afirmar que a dissolução compulsória da referida Associação:
a) observou a ordem constitucional, pois foi preservada a garantia do devido processo legal;
b) observou a ordem constitucional, desde que o Secretário Municipal tenha recebido delegação do Prefeito Municipal;
c) não observou a ordem constitucional, pois é vedada, em qualquer hipótese, a dissolução compulsória de associações;

d) não observou a ordem constitucional, pois a dissolução compulsória de associações exige decisão judicial transitada em julgado;
e) não observou a ordem constitucional, pois seria necessário o prévio trânsito em julgado da sentença condenatória pelos crimes referidos.

171 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base no texto constitucional, na República Federativa do Brasil não haverá penas, exceto:
a) Cruéis
b) Prisão perpétua
c) De Trabalhos Forçados
d) De Banimento
e) De morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição;

172 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 aborda os direitos e garantias fundamentais em seu Título II, sendo que no Capítulo I desse Título, o artigo 5° são abordados os direitos e deveres individuais e coletivos. Sobre o disposto na CF, analise as afirmativas abaixo:

I. O direito de propriedade é garantido somente àqueles que possuírem imóvel construído com mais de 50 metros quadrados.

II. São assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

III. Caso haja uma decisão em âmbito administrativo, a lesão ao direito não poderá ser analisada pelo Poder Judiciário para não ocorrer invasão de competência.

Assinale a alternativa correta:
a) As afirmativas I, II e III estão corretas
b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
e) Apenas a afirmativa II está correta

173 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinalar a alternativa INCORRETA:
a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
b) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
c) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
d) É livre a manifestação do pensamento, sendo incentivado o anonimato.

174 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5.o da Constituição Federal prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando essa informação, julgue o item com relação a direitos e garantias fundamentais.

O direito à vida, apesar de sua importância e de ser pressuposto para o exercício de todos os demais direitos, não possui caráter absoluto; por isso é permitida, por exemplo, a pena de morte em caso de guerra externa.

Certo
Errado

175 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5.o da Constituição Federal prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando essa informação, julgue o item com relação a direitos e garantias fundamentais.

Com fundamento no direito de igualdade, não podem existir, como medida de justiça, tratamentos diferenciados em razão do gênero, da capacidade física ou da condição econômica do indivíduo.

Certo
Errado

176 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5.o da Constituição Federal prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando essa informação, julgue o item com relação a direitos e garantias fundamentais.

A dignidade da pessoa humana é fundamento axiológico da Constituição Federal de 1988 e dela decorrem os direitos de personalidade que, por sua vez, podem ser divididos em direitos à integridade física e direitos à integridade moral.

Certo
Errado

177 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5.o da Constituição Federal prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando essa informação, julgue o item com relação a direitos e garantias fundamentais.

Em uma sociedade livre, quando existir significativo risco de um discurso expressar opiniões divergentes daquelas aprovadas pelo governo, este poderá censurar aquele, sob o argumento de que seu autor poderá persuadir pessoas a rejeitar crenças aceitas.

Certo
Errado

178 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5.o da Constituição Federal prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando essa informação, julgue o item com relação a direitos e garantias fundamentais.

Para garantir segurança jurídica às situações consolidadas, a Constituição Federal prevê o princípio da retroatividade das leis, consagrando, assim, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Certo
Errado

179 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação aos direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

a) O artigo 5º estabelece um rol exaustivo de direitos e garantias de cunho individual e coletivo constitucionalmente protegidos.
b) São fundamentais os direitos e garantias expressos na Constituição, excluídos outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.
c) Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, são equivalentes às emendas constitucionais.
d) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais sempre dependem de regulamentação legal para sua aplicação.
e) São designados como fundamentais no texto constitucional apenas os direitos e garantias individuais e coletivos positivados no artigo 5º.

180 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação aos direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais sempre dependem de regulamentação legal para sua aplicação.
b) O artigo 5º estabelece um rol exaustivo de direitos e garantias de cunho individual e coletivo constitucionalmente protegidos.
c) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.
d) Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos aprovados, em sessão única, por três quintos dos votos dos membros do Congresso Nacional, são equivalentes às emendas constitucionais.
e) São designados como fundamentais no texto constitucional apenas os direitos e garantias individuais e coletivos positivados no artigo 5º.

181 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal (CF), sobre os princípios fundamentais, analisar os itens abaixo:

I. A CF garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

II. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

III. Nos termos da CF, os homens são proeminentes às mulheres.

IV. É vedada a manifestação do pensamento.

Estão CORRETOS:
a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens I, III e IV.
d) Somente os itens II, III e IV.
e) Todos os itens.

182 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos, entre outros:

I. É vedada a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

II. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

III. É relativo o caráter de inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, uma vez que, poderá ser mitigado por ordem judicial para fins de instrução processual penal e, nos casos de investigação criminal, por determinação do delegado responsável pela investigação.

Está(ão) CORRETO(S):
a) Somente o item I.
b) Somente o item II.
c) Somente os itens I e III.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

183 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, sobre a associação profissional ou sindical, assinalar a alternativa CORRETA:
a) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, permitido ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
d) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
e) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não de ser votado, nas organizações sindicais.

184 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Em qualquer hipótese, ainda que haja determinação judicial, o consentimento do morador é necessário para que se entre durante o dia na sua residência.

Certo
Errado

185 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Depende de autorização do poder público o direito à reunião, ainda que pacífica, sem armas e em local aberto ao público.

Certo
Errado

186 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se afirmar que
a) a garantia de acesso à informação permite inclusive que o interessado tenha livre conhecimento da fonte da informação.
b) a liberdade de associação é permitida tão-somente para fins lícitos, inclusive para aquelas associações de caráter paramilitar.
c) a igualdade constitucional entre homens e mulheres permite que constitucionalmente sejam tratados diferentemente.
d) a propriedade de imóveis da área rural não está submetida ao atendimento da função social.
e) a lei penal não retroage em qualquer situação jurídica.

187 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos por meio dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou que prontamente os reparam, caso violados.

Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquematizado. 23.a ed.
São Paulo: Saraiva, 2019, p. 1.159 (com adaptações).

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

A lei assegurará aos autores de inventos industriais o privilégio temporário para sua utilização, bem como a proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Certo
Errado

188 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos por meio dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou que prontamente os reparam, caso violados.

Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquematizado. 23.a ed.
São Paulo: Saraiva, 2019, p. 1.159 (com adaptações).

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Certo
Errado

189 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos por meio dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou que prontamente os reparam, caso violados.

Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquematizado. 23.a ed.
São Paulo: Saraiva, 2019, p. 1.159 (com adaptações).

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

Desde que pagas as taxas correspondentes e os emolumentos fixados anualmente pela União, todos têm o direito à obtenção de certidões, em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Certo
Errado

190 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos por meio dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou que prontamente os reparam, caso violados.

Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquematizado. 23.a ed.
São Paulo: Saraiva, 2019, p. 1.159 (com adaptações).

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

O direito à vida, previsto no caput do artigo 5.o da Constituição Federal de 1988, abrange tanto o direito de não ser morto quanto o direito de ter uma vida digna.

Certo
Errado

191 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos por meio dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou que prontamente os reparam, caso violados.

Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquematizado. 23.a ed.
São Paulo: Saraiva, 2019, p. 1.159 (com adaptações).

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena perpétua e a pagamento de danos morais de forma cumulada.

Certo
Errado

192 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Aparecido de Souza é praticante de tiro esportivo e entusiasta do direito ao porte de armas. Certo dia, Aparecido tem a ideia de organizar, por meio das redes sociais e sem comunicação prévia às autoridades, manifestação, no centro da sua cidade, para angariar apoio à criação de uma associação civil, a ser formada por praticantes de tiro esportivo, com o objetivo de servir como força de segurança alternativa às forças policiais e militares do Estado brasileiro. Os manifestantes estão sendo convidados a comparecer armados à manifestação. Sobre essa situação hipotética e com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) é plena a liberdade de associação, motivo pelo qual as autoridades não podem se opor à realização da referida manifestação, ainda que sejam contrários às reivindicações.
b) as autoridades não poderão se opor à realização da manifestação, pois a Constituição assegura o direito de reunião em local público.
c) a segunda emenda à Constituição assegura o direito a todo cidadão ao porte de arma de fogo, motivo pelo qual não pode ser impedida a manifestação convocada.
d) é necessária prévia autorização das autoridades públicas para a realização de manifestação em local público, ainda que a manifestação seja pacífica, motivo pelo qual a manifestação não poderá ser realizada.

e) a garantia constitucional à livre associação não alcança as associações de fins ilícitos, sobretudo as de caráter paramilitar.

193 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considere a situação hipotética a seguir: O prefeito do município X, que é, notoriamente, conhecido por ser autoritário e sem urbanidade, sobretudo para com seus opositores, decretou que todas as associações civis que tivessem sede, no município, estavam dissolvidas, pois sabia que em algumas delas eram discutidos temas contestatórios ao seu governo.

Com base, nos conhecimentos acerca da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está a decisão do prefeito:

a) correta, pois cabe ao Poder Executivo, como Poder máximo do ente federativo em questão, a gestão de temas de interesse público.

b) incorreta, pois as associações só poderão ser, compulsoriamente, dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

c) correta, pois associações, por necessitarem de expedição de alvará, estão sob o controle do Poder Executivo.

d) incorreta, pois a dissolução de associações civis, somente, pode ser feita, conjuntamente, com autorização legislativa.

194 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) O anonimato garante a liberdade na manifestação do pensamento.

b) A liberdade intelectual, artística e científica depende de licença obtida junto ao órgão competente.

c) O exercício profissional e laboral não pode ser limitado ou restringido pela lei.

d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

e) Os autores de inventos industriais e marcas têm privilégio permanente para sua utilização.

195 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considerando os direitos e deveres individuais fixados pelo Art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

b) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

c) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

d) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

e) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

196 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Estabelece o artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Quanto aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Carta Magna, julgue o item.

Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

Certo
Errado

197 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Estabelece o artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Quanto aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Carta Magna, julgue o item.

A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre ou para prestar socorro ou, a qualquer momento, por determinação judicial.

Certo
Errado

198 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Estabelece o artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Quanto aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Carta Magna, julgue o item.

Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendida a seus sucessores.

Certo
Errado

199 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Estabelece o artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Quanto aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Carta Magna, julgue o item.

São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, estando assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Certo
Errado

200 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Estabelece o artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Quanto aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Carta Magna, julgue o item.

São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania, desde que comprovada a condição de pobreza do cidadão.

Certo
Errado

201 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição Federal, analise as afirmações abaixo:

1. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

2. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

3. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

4. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

5. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:
a) 06.
b) 10.
c) 11.
d) 13.
e) 15.

202 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Conforme o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
b) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.
d) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
e) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

203 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa que contempla hipótese de crime para o qual a Constituição Federal não veda o arbitramento de fiança.
a) Crime hediondo.
b) Crime doloso contra a vida.
c) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
d) Ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
e) Prática do racismo.

204 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa que aponta uma situação que, em tese, viola um dos direitos ou garantias individuais do cidadão brasileiro.
a) Ordem emanada de juiz que determina à polícia que seja efetuada a escuta telefônica de réu em processo civil de reparação de danos.
b) Ordem de prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

c) Policial, sem mandado judicial, adentra em domicílio, durante à noite, sem consentimento do morador, para efetuar prisão em flagrante.
d) Mandado judicial de prisão cumprido por policiais civis às 9h00 dentro da residência do réu.
e) Suspensão das atividades de associação civil, de fins lícitos, por decisão judicial, em caráter liminar.

205 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, de censura ou licença. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
a) mas depende | assegurado
b) mas depende | não assegurado
c) independentemente | assegurado
d) independentemente | não assegurado

206 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinalar a alternativa CORRETA:
a) É vedada a manifestação do pensamento.
b) É violável a liberdade de consciência.
c) É restrita a expressão da atividade artística, visto que depende de censura e licença.
d) É garantido o direito de propriedade.

207 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O Art. 5º da Constituição Federal/1988 afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sobre esse tema, é correto afirmar que:
a) a criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas depende de autorização, sendo necessária a interferência estatal para regular seu funcionamento
b) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
c) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluída a de caráter paramilitar
d) é assegurado a todos o acesso à informação, não sendo resguardado o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional

208 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Lei federal nº XX impôs aos brasileiros, que viessem a ser convocados, a necessidade de cumprir determinada obrigação, em caráter gratuito, junto a uma estrutura estatal de poder, durante alguns dias a cada biênio. Aqueles que exercessem essa atividade seriam beneficiados com dois dias de folga ao trabalho, enquanto os que se negassem a atuar teriam restringidos determinados direitos.

João, ao ser convocado, informou à autoridade responsável que a atividade era incompatível com os dogmas de sua religião, de modo que não poderia exercê-la.

À luz da sistemática constitucional, João:

a) independentemente da religião, não estava obrigado a atender à convocação, pois o seu trabalho não seria remunerado;
b) somente deve sofrer restrições em seus direitos caso se recuse a cumprir prestação social alternativa fixada em lei;
c) deve sofrer restrições em seus direitos, salvo se a sua religião existir há mais de dez anos e os seus dogmas forem públicos;

d) deve sofrer restrições em seus direitos, pois a laicidade do Estado brasileiro impede que ele se exima, por motivo de crença religiosa, de obrigação legal a todos imposta;
e) não deve sofrer restrições em seus direitos, pois sua crença religiosa se apresenta como manifestação da dignidade humana, não lhe podendo gerar consequências negativas.

209 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Maria, policial militar, constatou que parte do telhado de uma casa localizada em comunidade carente, em razão das fortes chuvas ocorridas na região, tinha desabado. Apesar do desabamento, o muro e o portão ao redor da casa, bem como suas paredes, permaneciam hígidos.

À luz dessa narrativa, caso Maria identifique a existência de pessoa ferida no interior da casa, não estando presente outra que possa ajudá-la, ela
a) deve aguardar a chegada de outro morador e solicitar sua autorização para ingressar no local.
b) deve comparecer perante o juízo da região e solicitar autorização para ingressar no local.
c) pode apenas isolar a área e aguardar o órgão de salvamento, que está legalmente autorizado a ingressar no local.
d) deve se comunicar com a pessoa ferida e, somente se ela exteriorizar seu consentimento, ingressar no local.
e) pode ingressar no local, mesmo sem autorização do morador ou ordem judicial, para prestar socorro à pessoa ferida.

210 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, sobre os direitos e garantias fundamentais, analisar a sentença abaixo:

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (1ª parte). A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante indenização posterior em dinheiro ou crédito para compras, ressalvados os casos previstos na Constituição (2ª parte).

A sentença está:
a) Totalmente correta.
b) Correta somente em sua 1ª parte.
c) Correta somente em sua 2ª parte.
d) Totalmente incorreta.

211 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Os direitos e deveres individuais e coletivos não se aplicam aos estrangeiros residentes no País.

II. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

III. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

IV. É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

Está(ão) correto(s):
a) Apenas o item III.
b) Apenas os itens I e III.
c) Apenas os itens II e III.
d) Apenas os itens II e IV.
e) Apenas os itens II, III e IV.

212 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, julgue os itens a seguir:

I. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

II. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mas algumas atividades poderão sofrer censura dependendo de seu conteúdo.

III. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que previamente autorizados pelo Poder Público.

IV. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Está(ão) correta(s)?
a) Apenas a III.
b) Apenas a IV.
c) Apenas I e IV.
d) Apenas II e III.
e) Apenas II e VI.

213 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição Federal regula e determina as penas aplicáveis aos crimes cometidos em âmbito nacional. Neste contexto, é correto afirmar que no Brasil é permitida a seguinte pena:
a) De privação ou restrição da liberdade.
b) De caráter perpétuo.
c) De trabalhos forçados.
d) De banimento.
e) Cruéis.

214 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considere as seguintes situações hipotéticas.

• Godofredo praticou ato de racismo.

• Júlia cometeu crime hediondo.

• Patrícia participou de ação de grupo armado civil contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito.

Nessas situações, de acordo com a CF, os atos de

a) Godofredo e Júlia são imprescritíveis.
b) Godofredo, Patrícia e Júlia são inafiançáveis.
c) Patrícia e Júlia são imprescritíveis.
d) Godofredo e Patrícia são insuscetíveis de anistia.

215 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a CF, são gratuitas as ações de

a) mandado de segurança e mandado de injunção.
b) habeas corpus e mandado de injunção.
c) habeas data e mandado de segurança.
d) habeas corpus e habeas data.

216 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considerando-se a Constituição Federal, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

Todos podem reunir-se pacificamente, , em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido aviso à autoridade competente.

a) sem armas | posterior
b) sem armas | prévio
c) sem barulho | prévio
d) com barulho | posterior

217 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, considere:

I. As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

II. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano, uma vez que este é presumido.

III. A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

IV. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II, III e IV.
b) III e IV.
c) I e II.
d) I e IV.
e) II e III.

218 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Quando o texto constitucional de 1988 assegura que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, a Constituição está se referindo ao direito
a) de associação.
b) à vida.
c) de ir e vir.
d) à liberdade de expressão.
e) à liberdade religiosa.

219 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, assegura(m)-se aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral
a) sigilo de dados e de comunicações telefônicas, mesmo com prévia autorização judicial para o acesso pela autoridade competente para investigação.
b) contraditório e a ampla defesa, com restrição de meios e mecanismos de defesa.
c) apenas o sigilo de comunicações telefônicas, mesmo com prévia autorização judicial para o acesso pela autoridade competente para investigação.
d) apenas o sigilo bancário, mesmo com prévia autorização judicial para o acesso pela autoridade competente para investigação.
e) contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes.

220 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
b) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de familiar seu, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção ou reclusão, conforme a gravidade, nos termos da lei.
d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, exigida a prévia autorização da autoridade competente.
e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

221 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com o art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, a lei regulará a individualização da pena. Outra pena adotada na Constituição é

a) banimento.
b) prestação social de trabalhos forçados.
c) privação ou restrição da liberdade de caráter perpétuo.
d) suspensão ou interdição de direitos.

222 - Tema: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, estão listados nas alternativas a seguir direitos e garantias fundamentais, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

a) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

b) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, independentemente de autorização.

e) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

223 - Tema: Habeas Corpus

No que se refere aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

O habeas corpus somente cabe contra prisões civis e criminais, não sendo admissível, em nenhuma hipótese, contra prisões militares disciplinares.

Certo
Errado

224 - Tema: Habeas Corpus

Sobre o conceito de Habeas Corpus, analise os itens abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Constituição Federal de 1988 prevê em seu art. 5º, inciso LXVIII que conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

b) Habeas corpus é o remédio judicial que tem por finalidade evitar ou fazer cessar a violência ou coação à liberdade de locomoção, decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.

c) O sentido da palavra alguém no habeas corpus refere-se a pessoa física e jurídica.

d) Tecnicamente, entende-se que o Habeas corpus é uma ação constitucional de caráter penal e de procedimento especial, isenta de custas.

e) Qualquer pessoa física que se achar ameaçada de sofrer lesão a seu direito de locomoção tem direito de fazer um pedido de Habeas corpus.

225 - Tema: Habeas Corpus

De acordo com a Constituição Federal de 1988, conceder-se-á habeas corpus:

a) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

b) Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

c) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

d) Para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-la por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

226 - Tema: Mandado de Segurança

João requereu a matrícula do seu filho de dez anos em determinada escola pública, o que foi indeferido pelo respectivo diretor, por escrito, de modo arbitrário, ilegal e sem qualquer fundamentação.

Considerando a sistemática constitucional, o instrumento constitucional passível de ser utilizado para se obter a matrícula do filho de João, que teve o seu direito líquido e certo à educação violado, é:

a) o habeas data;
b) o habeas corpus;
c) o mandado de injunção;
d) o mandado de segurança;
e) a reclamação constitucional.

227 - Tema: Mandado de Segurança

Ednaldo, servidor público, após preencher todos os requisitos exigidos para a aposentadoria por tempo de serviço, requereu o deferimento do benefício junto ao órgão competente, instruindo o requerimento com todos os documentos exigidos pela legislação de regência. O requerimento, no entanto, foi indeferido de modo ilegal e arbitrário.

No dia em que tomou conhecimento do indeferimento, Ednaldo solicitou que seu advogado ingressasse com a ação constitucional cabível, de modo que pudesse obter o benefício.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida ação é o

a) Mandado de Segurança.
b) Mandado de Injunção.
c) Direito de Petição.
d) Habeas Corpus.
e) Habeas Data.

228 - Tema: Mandado de Segurança

Maria solicitou a matrícula do seu filho de 8 (oito) anos na Escola Municipal Beta, o que foi indeferido, por escrito, pelo Diretor, sob o argumento de que a requerente, ao preencher o respectivo formulário, declarara ser filiada a um partido político distinto daquele a que estava filiado o Prefeito Municipal.

Por entender que o indeferimento era incompatível com a ordem jurídica, Maria solicitou que o seu advogado ajuizasse a ação constitucional cabível para que o juízo competente determinasse a matrícula de seu filho na escola.

Trata-se da seguinte ação:

a) habeas corpus;
b) habeas data;
c) mandado de segurança;
d) mandado de injunção;
e) mandado de educação.

229 - Tema: Mandado de Segurança

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado:

a) Apenas por organização sindical ou entidade de classe, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

b) Por deputados federais e senadores.
c) Por partido político com representação no Congresso Nacional e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
d) Apenas por partido político com representação no Senado Federal.

230 - Tema: Mandado de Segurança

O Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, dispõe sobre uma importante ação constitucional, denominada mandado de segurança.

Acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

a) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa Estadual ou na Câmara Municipal.
c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
d) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

231 - Tema: Mandado de Segurança

Diante de uma decisão da Administração pública que acarrete a violação de direito líquido e certo de um administrado, a este a Constituição Federal assegura

a) o cabimento de mandado de segurança individual, garantia constitucional a ser impetrada contra a decisão da autoridade, a fim de desfazê-la.
b) o cabimento de mandado de injunção, para fins de anulação da decisão que ofendeu direito do administrado.
c) o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, considerando a projeção de efeitos da violação a direitos individuais.
d) a impetração de ação popular contra ato da autoridade coatora, desde que o administrado comprove a violação a direito líquido e certo.
e) a impetração de habeas corpus, se a violação em questão ofender direito individual do administrado.

232 - Tema: Mandado de Segurança

Caio ingressou com requerimento perante a Secretaria de Saúde da Prefeitura, pleiteando o fornecimento de determinado medicamento, e teve seu pedido indeferido. Entendendo que a decisão foi ilegal e que teve direito líquido e certo seu violado, pretende ingressar com medida perante o Poder Judiciário. Consultado seu Advogado, foi corretamente orientado a ingressar com a ação prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, denominada

a) Mandado de Injunção.
b) Habeas Corpus.
c) Mandado de Segurança.
d) Ação Civil Pública.
e) Habeas Data.

233 - Tema: Mandado de Segurança

Considere que o partido político X foi fundado e registrado em 2006, possui mais de 5 000 filiados e mais de 500 diretórios municipais, além de ter 12 deputados federais e um senador. Segundo a Constituição da República, o referido partido tem legitimidade para propor mandado de segurança coletivo porque tem

a) representação no Congresso Nacional.
b) mais de mil filiados.
c) mais de 10 anos de existência.
d) o número exigido de diretórios municipais.

234 - Tema: Mandado de Injunção

Com base no texto constitucional de 1988, o mandado de injunção poderá ser concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviáveis o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e o (a)

a) exercício de direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
b) gozo das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
c) exercício da liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
d) conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
e) anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou a anulação de ato lesivo de entidade de que o Estado participe.

235 - Tema: Mandado de Injunção

No que se refere aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

Sempre que a ausência de regulamentação impedir exercício de direito, o mandado de injunção poderá ser impetrado contra entes públicos e contra entes privados.

Certo
Errado

236 - Tema: Mandado de Injunção

No que se refere aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

Segundo a teoria concretista geral das decisões em sede de mandado de injunção, uma vez reconhecida a mora legislativa, o direito deverá ser concretizado judicialmente para viabilização de seu exercício por todos, indistintamente.

Certo
Errado

237 - Tema: Mandado de Injunção

No que se refere aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

A teoria concretista individual intermediária admite a fixação de um prazo para saneamento da omissão legislativa, findo o qual o exercício do direito é viabilizado judicialmente.

Certo
Errado

238 - Tema: Mandado de Injunção

Conforme a Constituição Federal de 1988, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, caberá
a) mandado de injunção.
b) mandado de segurança.
c) habeas corpus.
d) habeas data.
e) ação popular.

239 - Tema: Mandado de Injunção

A respeito dos remédios constitucionais e dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.
a) conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, ou para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública
b) é cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público
c) o mandado de segurança é o remédio constitucional adequado para garantir o acesso à informação constante de banco de dados de entidades governamentais, uma vez que o direito à informação é direito líquido e certo
d) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania

240 - Tema: Mandado de Injunção

"Conceitua-se por ser um remédio constitucional à disposição de qualquer pessoa (física ou jurídica) que se sinta prejudicada pela falta de norma regulamentadora, sem a qual resulte inviabilizado o exercício de seus direitos, liberdades e garantias constitucionais. Ou seja, é para suprir a falta de uma lei."

O texto diz respeito a(à)

a) mandado de injunção.
b) mandado de segurança.
c) deliberação discricionária.
d) ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
e) embargo.

241 - Tema: Mandado de Injunção

Que nome se dá ao remédio constitucional que será concedido quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania?
a) Mandado de segurança.
b) Mandado de injunção.
c) Ação popular.
d) Habeas data.

242 - Tema: Habeas Data

Ao abordarmos os remédios constitucionais, nos deparamos com o instituto do "habeas data". Acerca do mencionado remédio constitucional, leia o dispositivo abaixo da Constituição Federal de 1988:

"Art. LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas _____, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou ____;

b) para a _____ de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;"

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.
a) ao interesse público primário / privadas / alteração
b) a qualquer pessoa / organizações da sociedade civil / modificação
c) à pessoa do impetrante / de caráter público / retificação
d) ao impetrante ou seus familiares / privadas / conversão
e) à pessoa do impetrante / entidades civis privadas / substituição

243 - Tema: Habeas Data

O art. 5.o da Carta Magna, em seu inciso LXXII, traz uma importante ferramenta de controle judicial ao cidadão: o habeas data. A respeito desse remédio constitucional, assinale a alternativa correta.
a) É possível o ajuizamento de habeas data contra entidades privadas, desde que as informações do interessado contidas em seus bancos de dados sejam destinadas ao conhecimento de terceiros.
b) O ajuizamento de habeas data será isento de custas processuais somente àqueles que forem hipossuficientes, nos moldes do inciso LXXIV do art. 5.o da Constituição Federal, que prevê a gratuidade de justiça.
c) O cidadão poderá impetrar ação de habeas data solicitando a retificação de seus dados pessoais assim que tiver conhecimento dos erros na base de dados do Poder Público.
d) O Supremo Tribunal Federal será competente para processar e julgar o pedido de habeas data quando se tratar de ato praticado por ministro de Estado.
e) A ação de habeas data é o remédio cabível contra a autoridade que se nega a divulgar informações de interesse coletivo.

244 - Tema: Habeas Data

Alguns autores apontam como marco inicial dos direitos fundamentais a Magna Carta inglesa (1215). Os direitos ali estabelecidos, entretanto, não visavam a garantir uma esfera irredutível de liberdades aos indivíduos em geral, mas, sim, essencialmente, a assegurar poder político aos barões mediante a limitação dos poderes do rei.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito Constitucional

descomplicado. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de

Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O habeas data será concedido não apenas para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros de entidades governamentais, mas também para garantir a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso.

Certo
Errado

245 - Tema: Habeas Data

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, conceder-se-á
a) Habeas data.

b) Mandado de injunção.
c) Habeas corpus preventivo.
d) Mandado de retificação.
e) Mandado de segurança.

246 - Tema: Habeas Data

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o "remédio" utilizado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, é denominado:
a) Mandado de segurança.
b) Habeas Data.
c) Habeas Corpus.
d) Mandado de injunção.
e) Ação popular.

247 - Tema: Habeas Data

Para assegurar o conhecimento de informações relativas à determinada pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, a Constituição da República Federativa do Brasil contempla a possibilidade de concessão de

a) mandado de segurança.
b) habeas corpus.
c) mandado de injunção.
d) habeas data.
e) ação civil pública.

248 - Tema: Ação Popular

O instrumento de defesa dos interesses da coletividade que pode ser utilizado por eleitor para obter anulação de ato ou contrato administrativo lesivo ao patrimônio público, ou à entidade de que o Estado participe, é o instrumento de controle judiciário denominado:
a) habeas data
b) ação popular
c) mandado de injunção
d) mandado de segurança

249 - Tema: Ação Popular

Suponha que o poder público tenha emitido um ato administrativo que seja lesivo ao patrimônio público. Nessa situação, poderá haver controle judicial desse ato por meio de ação popular, cuja legitimidade de propositura, segundo a Constituição Federal de 1988, é de qualquer

a) associação civil.
b) partido político.
c) sindicato.
d) cidadão.

250 - Tema: Ação Popular

Joana, Prefeita Municipal, praticou diversos ilícitos em detrimento do respectivo Município, os quais redundaram em dano ao patrimônio público.

Maria, cidadã brasileira, economicamente hipossuficiente, procurou a Defensoria Pública e informou que desejava ajuizar a ação constitucional cabível para obter, de Joana, o ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.

Essa ação é:
a) a ação penal;
b) a ação popular;
c) o mandado de segurança;
d) a ação coletiva;
e) a ação difusa.

251 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Considerando a doutrina e a Constituição Federal de 1988, marque a alternativa na qual NÃO é tida como um remédio constitucional.
a) Direito de petição.
b) Mandado de injunção.
c) Ação popular.
d) Direito à certidão.
e) Princípio da dignidade da pessoa humana.

252 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Relacione as colunas quanto aos remédios constitucionais. Em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

1 – Mandado de Injunção

2 – habeas corpus

3 – Ação Popular

4 – habeas data

( ) Utilizado sempre quando alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

( ) Utilizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

( ) Utilizado para visar anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

( ) Utilizado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

a) 2 - 4 - 3 - 1
b) 2 - 4 - 1 - 3
c) 3 - 1 - 4 - 2
d) 1 - 2 - 3 - 4

253 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

No que se refere aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

Os remédios constitucionais podem ser de natureza administrativa ou judicial.

Certo
Errado

254 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Sebastian Coe foi informado de que órgãos de inteligência governamentais possuem arquivos com registros de suas atividades cívicas. Curioso quanto ao seu conteúdo, requer o imediato acesso aos registros. A autoridade competente indefere, aduzindo ser segredo de Estado. Nos termos da Constituição, o instrumento de controle judicial passível de utilização seria o:

a) Mandado de Segurança
b) Habeas Corpus
c) Mandado de Injunção
d) Habeas Data

255 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal, conceder-se-á Mandado de Segurança:

a) Para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
b) Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
c) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
d) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
e) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

256 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Na hipótese de alguém necessitar proteger um direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, a ação correspondente prevista no texto da Constituição Federal a ser ajuizada é
a) a ação popular.
b) o mandado de segurança.
c) o mandado de injunção.
d) a ação civil pública.
e) a ação direta de inconstitucionalidade.

257 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

A ação constitucional que visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, denomina-se

a) habeas corpus.

b) habeas data.
c) mandado de injunção.
d) ação popular.
e) ação civil pública.

258 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Preencha corretamente as lacunas das frases a seguir, com base nos dispositivos legais da Constituição Federal da República de 1988.

Conceder-se-á para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Conceder-se-á para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

A sequência que preenche corretamente as lacunas das frases é

a) habeas data / habeas corpus / mandado de segurança
b) habeas data / mandado de segurança / habeas corpus
c) mandado de segurança / habeas data / habeas corpus
d) mandado de segurança / habeas corpus / habeas data
e) habeas corpus / mandado de segurança / habeas data

259 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Considere as seguintes situações:

I. Cidadão propõe ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

II. Trabalhador ingressa com mandado de segurança individual para proteger direito líquido e certo de que é titular, não amparado por habeas corpus ou habeas data, indicando autoridade pública como responsável pela ilegalidade.

À luz das normas constitucionais aplicáveis às respectivas ações,
a) tanto o cidadão quanto o trabalhador poderiam ter ajuizado as respectivas ações.
b) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança, pois a ação deveria ter sido proposta por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
c) o cidadão não poderia ter proposto a ação popular individualmente, pois seria necessária a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

d) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança contra autoridade pública, haja vista que a referida ação somente poderia ter como coator agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
e) o cidadão não poderia ter ingressado com a ação popular, pois a legitimidade é exclusiva do Ministério Público.

260 - Tema: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Ao indivíduo que pretenda obter acesso a informações relativas a si próprio, constantes de bancos de dados de entidades de caráter público, caberá valer-se, em juízo, de
a) mandado de segurança, gratuitamente, ainda que não seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.
b) habeas data, gratuitamente, ainda que não seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.
c) mandado de injunção, não lhe sendo assegurada, contudo, gratuidade.
d) mandado de segurança, assegurada gratuidade desde que seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.
e) habeas data, assegurada gratuidade desde que seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.

Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º) – 261

261 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

De acordo com a Constituição Federal, são direitos sociais, entre outros, a:

I. Alimentação.
II. Segurança.
III. Assistência aos desamparados.

Está(ão) CORRETO(S):
a) Somente o item I.
b) Somente o item III.
c) Somente os itens I e II.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

262 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O gozo de férias anuais remuneradas, com, no máximo, um terço a mais que o salário normal, é um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais elencados na Constituição Federal de 1988.

Certo
Errado

263 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

A proteção do salário é direito do trabalhador, sendo permitida sua retenção por dívida com o empregador.

Certo
Errado

264 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

É proibida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

Certo
Errado

265 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

De acordo com a Constituição Federal, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais
a) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
b) a jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada a negociação coletiva.
c) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais do que o salário normal.
d) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
e) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.

266 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

De acordo com a Constituição Federal, são considerados direitos sociais:

I. A educação.

II. O pluralismo político.

III. O lazer.

Está(ão) CORRETO(S):
a) Somente o item I.
b) Somente o item II.
c) Somente os itens I e III.
d) Todos os itens.

267 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Segundo a Constituição Federal, sobre um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de _____ anos e de qualquer trabalho a menores de _____ anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de _____ anos.
a) 18 | 16 | 14
b) 16 | 14 | 12
c) 21 | 18 | 16
d) 21 | 16 | 14
e) 18 | 14 | 12

268 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item.

O conteúdo do direito à moradia envolve não só a faculdade de ocupar uma habitação, mas também a exigência de que essa habitação tenha dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto, e preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Certo
Errado

269 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Com base na Constituição Federal de 1988, é direito dos trabalhadores o(a)
a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
b) remuneração do trabalho noturno equivalente à do diurno.
c) gozo de férias anuais remuneradas, com um terço a mais do salário normal.
d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
e) jornada de oito horas para o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento.

270 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

No que diz respeito aos direitos sociais, a prestação devida pelo Estado varia de acordo com a necessidade específica de cada cidadão.

Certo
Errado

271 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Certo
Errado

272 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

É um dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais:
a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária com ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.
b) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à última remuneração do trabalhador.
c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
d) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
e) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

273 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

São direitos sociais, na forma da Constituição Federal/1988, a saúde, a educação, a alimentação, o trabalho, o lazer e, dentre outros, mais os seguintes:
a) proteção à maternidade e previdência privada
b) assistência aos desamparados e porte de arma
c) previdência privada e assistência aos desamparados
d) assistência aos desamparados e proteção à maternidade

274 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Com base na Constituição Federal, dos itens relacionados a seguir, são direitos sociais:

I. Direito à liberdade.

II. Direito à saúde.

III. Direito à propriedade.

IV. Direito à vida.

V. Direito ao transporte.

VI. Direito ao lazer.

Estão corretos:
a) Apenas os itens I, II e IV.
b) Apenas os itens I, III e V.
c) Apenas os itens II, V e VI.
d) Apenas os itens III, IV e VI.
e) Apenas os itens IV, V e VI.

275 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

De acordo com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

I. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.

II. Salário mínimo, nacionalmente diferenciado, capaz de atender exclusivamente as suas necessidades vitais.

III. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Está(ão) CORRETOS:
a) Somente o item I.
b) Somente o item III.
c) Somente os itens I e II.
d) Somente os itens I e III.

276 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

De acordo com a CF, assinale a opção correta no que se refere à cidadania.

a) Em regra, o direito ao voto para eleger governadores e senadores é uma faculdade do eleitor, que o exerce se quiser, ou seja, não há nenhuma relação com cidadania.
b) A liberdade de expressão, o direito à propriedade e o acesso à justiça são exemplos de direitos sociais dos cidadãos.
c) A cidadania formal compreende os direitos civis e sociais do cidadão.
d) A saúde, o lazer e a assistência aos desamparados são exemplos de direitos sociais.

277 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Alguns autores apontam como marco inicial dos direitos fundamentais a Magna Carta inglesa (1215). Os direitos ali estabelecidos, entretanto, não visavam a garantir uma esfera irredutível de liberdades aos indivíduos em geral, mas, sim, essencialmente, a assegurar poder político aos barões mediante a limitação dos poderes do rei.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito Constitucional

descomplicado. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de

Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item.

É garantido ao trabalhador portador de deficiência não sofrer qualquer discriminação no tocante a salário e a critérios de admissão.

Certo
Errado

278 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito

Constitucional descomplicado. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

O piso salarial do trabalhador será proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Contudo, a redução do salário é inadmissível, mesmo se houver previsão disposta em convenção ou acordo coletivo

Certo
Errado

279 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito

Constitucional descomplicado. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

É vedada a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, por ferir o princípio da isonomia.

Certo
Errado

280 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito

Constitucional descomplicado. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

O salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Certo
Errado

281 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A respeito dos direitos sociais previstos em capítulo próprio da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) O pagamento de salário-família em razão do dependente é aplicável a todo trabalhador que comprove a existência de, pelo menos, um filho em idade escolar.
b) É recomendável que a remuneração do trabalho noturno não seja inferior ao trabalho diurno desenvolvido, sendo, no entanto, facultada ao empregador a decisão sobre a remuneração superior daquele.
c) Além de outros direitos que visem a melhoria de sua condição social, ao trabalhador é garantido o direito ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, metade a mais do que o salário normal.
d) É direito do trabalhador urbano e rural a duração do trabalho não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo com convenção coletiva de trabalho.

282 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Seguindo o disposto na Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até
a) 6 (seis) anos de idade em escolas públicas.
b) 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.

c) 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
d) 7 (sete) anos de idade em escolas públicas.

283 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Leia com atenção o seguinte artigo da Constituição Federal e assinale, em seguida, a alternativa correta: "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

a) É possível identificar, no trecho acima, a existência de um parágrafo e três incisos.
b) É possível identificar, no trecho acima, somente a existência de parágrafos.
c) É possível identificar, no trecho acima, a inexistência de incisos.
d) É possível identificar, no trecho acima, a existência de dois parágrafos e quatro incisos.

284 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Segundo o artigo 6º da Constituição Federal, são direitos sociais:

I - A educação, a saúde e a alimentação;

II - O trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança;

III - A previdência social, a proteção à maternidade e à infância;

IV - A assistência aos desamparados.

Estão corretas apenas as afirmativas:

a) I, II e IV
b) III e IV
c) I, III e IV
d) I, II, III e IV

285 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

a) Os trabalhadores rurais não têm direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
b) A licença-paternidade será sempre de 30 (trinta) dias.
c) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
d) Os trabalhadores rurais não têm direito ao segurodesemprego, em caso de desemprego involuntário.

286 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

De acordo com a Constituição Federal, é possível afirmar que o direito à moradia é considerado:

a) um objetivo fundamental.
b) um direito social.
c) um direito coletivo.

d) um princípio fundamental.

287 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Pela Constituição, a licença à gestante atualmente, conforme o inciso XVIII do artigo 7º, observa a seguinte regra:
a) sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
b) sem prejuízo do emprego e com redução de 20% do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
c) sem garantia de estabilidade no emprego e sem redução do salário, com a duração de cento e vinte dias.
d) sem prejuízo do emprego e com redução de 20% do salário, com a duração de noventa dias.
e) sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

288 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Segundo a Carta Magna, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
a) A relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
b) O seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário;
c) A redutibilidade do salário a critério do empregador.
d) O décimo terceiro salário com base somente na remuneração integral.
e) A remuneração do trabalho noturno inferior à do diurno.

289 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, previstos na Constituição Federal de 1988:

a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, dispensada a previsão de indenização compensatória.
b) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
c) repouso semanal remunerado, sem qualquer preferência de dia.
d) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, a ser compensado com a indenização a que este está obrigado, ainda que decorrente de dolo ou culpa.
e) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de duzentos e quarenta dias.

290 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Acerca dos direitos garantidos aos servidores públicos pela Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva INCORRETA.

a) É garantido seguro contra acidentes de trabalho, sem excluir a correspondente indenização por ato culposo ou doloso da Administração.
b) É garantido direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
c) É garantida remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
d) É garantido gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

291 - Tema: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Considere que Michael tem 17 anos de idade e seu irmão Enzo, 13. Ambos pretendem conseguir trabalho para ajudar nas despesas da família. Segundo o que prevê a Constituição da República sobre o trabalho do menor, é correto afirmar:
a) Enzo já pode trabalhar, desde que na condição de aprendiz, e Michael já pode exercer qualquer tipo de trabalho.
b) Michael pode trabalhar, mas não pode exercer trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e Enzo ainda não pode trabalhar.
c) Ambos já podem exercer qualquer tipo de trabalho, no caso de Enzo, mediante autorização dos pais ou responsável.
d) Em razão da idade, nenhum dos dois pode trabalhar ainda.

292 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
c) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
d) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, mesmo se cometer falta grave nos termos da lei.

293 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item.

O direito de greve pode ser enquadrado como um direito social do homem produtor.

Certo
Errado

294 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário de determinado Estado da Federação, foi comunicada pelo sindicato da categoria que seriam iniciadas as negociações coletivas de trabalho e era obrigatória a participação do sindicato. Por tal razão, era igualmente obrigatória a filiação de todos os servidores ao sindicato, de modo que a categoria não fosse sub-representada em seus interesses.

A narrativa afigura-se:

a) incorreta em relação a Joana, pois a filiação é facultativa, e correta quanto ao sindicato, pois a sua participação é imposta pela Constituição;
b) correta em relação a Joana, por força do princípio da solidariedade social, e incorreta quanto ao sindicato, por ferir o princípio da liberdade de gestão;
c) correta em relação a Joana, já que a filiação dos servidores do Poder Judiciário é obrigatória, e incorreta quanto ao sindicato, que tem autonomia gerencial;
d) incorreta em relação a Joana, pois os servidores do Poder Judiciário não podem filiar-se a sindicato, e correta quanto ao sindicato, desde que haja determinação judicial;
e) incorreta em relação a Joana, que somente pode ser obrigada a exercer cargo de direção no sindicato, não a sindicalizar-se, e correta quanto ao sindicato, que defende a categoria.

295 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito

Constitucional descomplicado. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

Nas negociações coletivas de trabalho, é obrigatória a participação dos sindicatos.

Certo
Errado

296 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito

Constitucional descomplicado. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Por esse motivo, é obrigatória a filiação sindical para todo trabalhador.

Certo
Errado

297 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Quanto às disposições atinentes à associação profissional ou sindical previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, sendo certo que os interesses individuais da categoria deverão ser pleiteados pelos empregados, separadamente.
b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
c) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a um sindicato, razão pela qual não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
d) Acandidatura a cargo de direção ou representação sindical não é motivo de dispensa do empregado sindicalizado, sendo a estabilidade garantida apenas no caso de sua eleição, pelo prazo de dois anos após o final do mandato.

298 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

O art. 8º da Constituição Federal de 1988 trata sobre a livre associação profissional e sindical, no entanto, faz algumas observações em seus respectivos incisos. A única alternativa que apresenta um conteúdo que NÃO faz parte de nenhum dos incisos do referido artigo, é:
a) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
b) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
c) É livre a indicação dos presidentes e representantes de associações e sindicatos.
d) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

299 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

A Constituição Federativa do Brasil ao tratar das garantias dos trabalhadores das grandes empresas sediadas no país, assegura a eleição de um representante, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. De acordo com a mencionada Lei, essa prerrogativa se dá para as empresas com mais de quantos empregados?

a) Cem.
b) Duzentos.
c) Trezentos.
d) Quatrocentos.
e) Quinhentos.

300 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.
b) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
c) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
e) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

301 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Sobre a associação profissional ou sindical, com base no artigo 8º da Constituição Federal, assinale a assertiva INCORRETA:

a) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
b) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
c) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
d) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
e) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

302 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre os direitos sociais,

a) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.
b) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
c) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
d) a lei deverá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, exigindo-se, ainda, o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical para o cumprimento de sua finalidade.
e) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

303 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

A respeito do disposto na CF/88 acerca da associação profissional ou sindical, indique a opção INCORRETA.

a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
b) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
c) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
d) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

304 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
b) É facultada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
c) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
d) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

305 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

O Art. 8º da Constituição Federal dispõe que é livre a associação profissional ou sindical, observando-se, entre outros, as seguintes afirmativas:

I - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

II - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

III - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

IV - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Estão corretas:
a) somente I e II.
b) somente I, II e III.
c) somente II, III e IV.
d) somente III e IV.
e) somente I, III e IV.

306 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Julgue o item, relativos a direitos sociais e à nacionalidade.

Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

Certo
Errado

307 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Julgue o item, relativos a direitos sociais e à nacionalidade.

É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Certo
Errado

308 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Avalie as afirmativas abaixo sobre o direito à associação profissional ou sindical, disposto na Constituição da República, e marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso.

( ) A criação de mais de uma organização sindical é vedada, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

( ) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

( ) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.

( ) A dispensa do empregado sindicalizado é vedada em caráter absoluto a partir do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical até a data da eleição.

A sequência correta é
a) V, F, V, F.
b) V, V, F, F.
c) F, F, V, V.
d) F, V, V, V.
e) V, V, F, V.

309 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

A respeito dos direitos sociais, o legislador constituinte preocupou-se em disciplinar os direitos dos trabalhadores urbanos e os direitos dos trabalhadores rurais. Sobre tal disciplina constitucional, assinale a alternativa correta.

a) Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
b) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, mesmo se cometer falta grave nos termos da lei.
d) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

310 - Tema: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsequentes.

I - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

II - Os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecidas as normas constitucionais pertinentes.

III - É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até 02(dois) anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

IV – A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo assegurado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

V – Nas empresas de mais de 100(cem) empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o atendimento direto com os empregadores.

A quantidade de itens INCORRETOS é igual a:
a) 1.
b) 2.
c) 3.
d) 4.
e) 5.

Nacionalidade – 311

311 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

É considerado como brasileiro naturalizado o estrangeiro, de qualquer nacionalidade, que residir na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, desde que não tenha nenhuma condenação penal e que requeira a nacionalidade brasileira.

Certo
Errado

312 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o brasileiro que adquirir outra nacionalidade voluntariamente passará a ter dupla nacionalidade.

Certo
Errado

313 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

De acordo com a Constituição Federal, são considerados brasileiros naturalizados:
a) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu País.
b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
c) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
d) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de Países de língua portuguesa apenas residência por quinze anos ininterruptos.
e) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

314 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Os nascidos no estrangeiro que sejam filhos de pai e mãe brasileiros somente serão considerados brasileiros natos se tanto seu pai quanto sua mãe estiverem, ambos, a serviço da República Federativa do Brasil.

Certo
Errado

315 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item.

Os fundamentos sobre a aquisição da nacionalidade são matéria constitucional, mesmo nos casos em que ela for considerada em textos de lei ordinária.

Certo
Errado

316 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item.

Os modos de aquisição da nacionalidade variam de Estado para Estado, mas, em qualquer um deles, é voluntária a aquisição da nacionalidade primária.

Certo
Errado

317 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item.

Aquele que teve a naturalização cancelada nunca poderá recuperar a nacionalidade brasileira perdida, salvo se o cancelamento for desfeito em ação rescisória.

Certo
Errado

318 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Julgue o item a seguir quanto à nacionalidade na Constituição Federal de 1988.

A naturalização brasileira de estrangeiros sem condenação criminal residentes ininterruptamente no Brasil há pelo menos quinze anos é um ato discricionário do Poder Executivo Federal.

Certo
Errado

319 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Julgue o item a seguir quanto à nacionalidade na Constituição Federal de 1988.

Brasileiros naturalizados podem, sem qualquer requisito adicional, ser proprietários de empresa jornalística e de radiofusão.

Certo
Errado

320 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Sobre a nacionalidade, nos termos da Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:
a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
b) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
c) Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.
d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
e) Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

321 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

A Constituição, ao considerar como brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, enfatiza o aspecto territorial (jus soli).

Certo
Errado

322 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

De acordo com a Constituição Federal, são brasileiros natos os:

I. Nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

II. Nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

III. Que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Quais estão INCORRETAS?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

323 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Considerando as hipóteses possíveis de naturalização brasileira, assinale a alternativa que descreve uma situação de naturalização compatível com a Constituição Federal.
a) Cidadão originário de país de língua portuguesa, idôneo moralmente, residente há um ano ininterrupto no Brasil, e, que, na forma da lei, adquirir a nacionalidade brasileira.
b) O nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
c) O nascido na República Federativa do Brasil, com pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu país.
d) O nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, registrado em repartição brasileira ou que venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
e) O estrangeiro de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal.

324 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Em conformidade com a Constituição Federal, são brasileiros natos:

I. Os nascidos na República Federativa do Brasil, de pais estrangeiros que estejam a serviço de seu país de origem.

II. Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

III. Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Estão CORRETOS:
a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens II e III.
d) Todos os itens.

325 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Com base nas disposições constitucionais sobre a nacionalidade, analise as afirmativas a seguir:

I. São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

II. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

III. São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Assinale
a) se somente a afirmativa I estiver correta.
b) se somente a afirmativa II estiver correta.
c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

326 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Silas veio de Portugal para o Brasil em busca de uma melhor condição de vida e, após passar por todo processo de naturalização, conforme previsto em Lei, acaba de ser naturalizado brasileiro. De acordo com a nossa Constituição Federal, são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa, apenas idoneidade moral e:
a) Residência por um ano ininterrupto.
b) Carteira de trabalho assinada.
c) Vínculo empregatício.
d) Aliança conjugal com brasileiro.
e) Contribuição ao INSS.

327 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Paulo e Moema vieram da Rússia para o Brasil e ela estava grávida, tiveram, em solo brasileiro, uma filha a qual recebeu o nome de Maria. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, são considerados brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de países estrangeiros, desde que estes:

a) Não estejam na lista de procurados pela INTERPOL.
b) Não estejam a serviço de seu país.
c) Estejam com todas as vacinas exigidas pelo Ministério da Saúde.
d) Comprovem condições de estabelecer moradia local.
e) Não representem riscos para a saúde nacional.

328 - Tema: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Carlos, brasileiro nato, mudou-se para outro país cuja condição para permanência em seu território e para exercer seus direitos civis era que ele adquirisse a nacionalidade desse outro país. Diante de tal imposição, Carlos se viu obrigado a adquirir tal nacionalidade. Ante o exposto e de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível a perda da nacionalidade brasileira por brasileiros natos.
b) Ao adquirir a outra nacionalidade, Carlos perdeu sua nacionalidade brasileira.
c) Carlos não perdeu sua nacionalidade, tendo em vista que houve imposição de naturalização.
d) Só é possível perder a nacionalidade através de sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

329 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Julgue o item a seguir quanto à nacionalidade na Constituição Federal de 1988.

O cargo de senador da República é privativo de brasileiro nato.

Certo
Errado

330 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Julgue o item a seguir quanto à nacionalidade na Constituição Federal de 1988.

Os portugueses residentes permanentemente no Brasil possuirão, desde que naturalizados, os mesmos direitos dos brasileiros.

Certo
Errado

331 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

É um cargo público privativo de brasileiro nato:

a) de Procurador Geral da República.
b) de Ministro do Tribunal de Contas da União.
c) de Presidente da Câmara dos Deputados.
d) de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
e) de Senador da República.

332 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

São privativos de brasileiros natos, de acordo com o § 3º do Art. 12 da Constituição Federal/1988, os seguintes cargos:

a) carreira diplomática e praças das Forças Armadas
b) presidente da Câmara dos Deputados e oficial das Forças Armadas
c) ministro de estado da defesa e deputado federal
d) ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente da Câmara de Vereadores

333 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Jacinto, com nacionalidade originária uruguaia, mas naturalizado brasileiro, exerce, no Brasil, mandato de Deputado Federal e deseja concorrer à eleição para Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse quadro, considerando-se apenas as informações fornecidas, Jacinto

a) poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar, desde que não venha a ter cancelada sua naturalização, por sentença transitada em julgado.

b) não poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar e deverá ser destituído do cargo de Deputado Federal que irregularmente ocupa, porquanto ambos são cargos privativos de brasileiro nato.

c) poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar, pois não pode haver distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

d) não poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar por não ser brasileiro nato, embora possa manter o mandato de Deputado Federal.

e) não poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar, salvo expressa previsão em lei complementar, caso em que deverá comprovar a aptidão para o seu exercício.

334 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Referentemente às normas sobre nacionalidade dispostas na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que:

a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

b) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

c) Aos portugueses com residência permanente no País, mesmo não havendo reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na própria Constituição.

d) Os cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.

e) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

335 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

336 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Helmer e Lindy, estrangeiros, casados, estavam a serviço de seu país no Brasil. Lindy, grávida de oito meses, teve uma intercorrência médica, sendo necessário realizar o parto na cidade de Manaus-AM. O filho nasceu saudável e foi batizado com o nome de Carlos, posteriormente indo morar no país de seus pais.

Anos depois, quando já havia atingido a maioridade civil, Carlos resolveu retornar ao Brasil, onde conheceu Ana, brasileira nata, com quem se casou.

O casal Carlos e Ana retornou ao país dos pais de Carlos e lá teve um filho, chamado João.

Com base nesse caso hipotético e na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

Além da distinção prevista na Constituição Federal de 1988, a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiro nato e naturalizado.

Certo
Errado

337 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Helmer e Lindy, estrangeiros, casados, estavam a serviço de seu país no Brasil. Lindy, grávida de oito meses, teve uma intercorrência médica, sendo necessário realizar o parto na cidade de Manaus-AM. O filho nasceu saudável e foi batizado com o nome de Carlos, posteriormente indo morar no país de seus pais.

Anos depois, quando já havia atingido a maioridade civil, Carlos resolveu retornar ao Brasil, onde conheceu Ana, brasileira nata, com quem se casou.

O casal Carlos e Ana retornou ao país dos pais de Carlos e lá teve um filho, chamado João.

Com base nesse caso hipotético e na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

Caso venha a morar no Brasil, Carlos não poderá ocupar o cargo de ministro de Estado da Defesa.

Certo
Errado

338 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Considerando as normas constitucionais acerca da nacionalidade, assinale a alternativa que corresponde ao cargo que pode ser assumido por brasileiro naturalizado:
a) Presidente de Assembleia Legislativa Estadual.
b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
c) Oficial da Marinha.
d) Ministro de Estado da Defesa.
e) Vice-Presidente da República.

339 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa que indica corretamente quem pode ocupar o cargo de Vice-Presidente da República.
a) somente brasileiros natos e naturalizados
b) somente brasileiros natos
c) todos os brasileiros e portugueses
d) todos os brasileiros ou estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal

340 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Assinale a única alternativa correspondente a cargo privativo de brasileiro nato.

a) Oficial das Forças Armadas
b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça
c) Presidente do Banco Central do Brasil
d) Prefeito Municipal

341 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Leia as afirmativas a seguir:

I. Não é privativo de brasileiro nato o cargo de ministro de Estado da Defesa.

II. Cuidar da comunicação (oral e escrita) não é uma forma de agir em prol do bom atendimento.

Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

342 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Leia as afirmativas a seguir:

I. Compreender as necessidades dos usuários nunca contribui para a melhoria do atendimento na organização.

II. Não é privativo de brasileiro nato o cargo de ministro de Estado da Defesa.

Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

343 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Leia as afirmativas a seguir:

I. Não é privativo de brasileiro nato o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

II. Os órgãos de trânsito do município devem planejar e operar o trânsito de veículos nas vias municipais.

Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

344 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Leia as afirmativas a seguir:

I. Manter uma boa comunicação entre os setores da organização é uma atitude desfavorável ao planejamento das atividades.

II. Não é privativo de brasileiro nato o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

345 - Tema: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO são privativos de brasileiro nato os cargos:
a) da carreira diplomática.
b) de oficial das Forças Armadas.
c) de Ministro de Estado da Defesa.
d) de Presidente do Senado Federal.
e) de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

346 - Tema: Perda da nacionalidade

Mireles Sarif, brasileira nata, viajou para determinado país onde obteve autorização para residir e exercer atividade laborativa. Após alguns anos, resolve requerer a nacionalidade local para exercer direitos políticos. Apesar desse ato, manteve o passaporte brasileiro. Nos termos da Constituição Federal, ocorrerá a perda da nacionalidade quando adquirir outra nacionalidade, salvo de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos:
a) pessoais
b) civis
c) eleitorais
d) migratórios

347 - Tema: Perda da nacionalidade

A nacionalidade é reconhecida como um direito fundamental pela Constituição Brasileira. Contudo, estabelece situações em que será possível a sua perda. Sobre essas situações de perda e reaquisição da nacionalidade brasileira, assinale a alternativa incorreta.

a) Uma das situações de perda da nacionalidade é a aquisição de outra nacionalidade, salvo no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civil
b) O indivíduo que nasceu no território brasileiro, filho de italianos que estavam em férias no Brasil, será brasileiro nato e poderá adquirir a nacionalidade italiana sem perder a brasileira
c) Perderá a nacionalidade o brasileiro nato ou naturalizado que, voluntariamente, adquirir outra nacionalidade
d) Aquele que perder a nacionalidade por meio de cancelamento da naturalização, não poderá readquiri-la a não ser mediante ação rescisória, nunca mediante de um novo processo de naturalização
e) Será decidida a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional

348 - Tema: Perda da nacionalidade

Sobre a nacionalidade e a cidadania, assinale a alternativa correta.
a) A lei poderá estabelecer qualquer tipo de distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
b) Os atos necessários ao exercício da cidadania são sempre gratuitos.
c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
d) É privativo de brasileiro nato ou naturalizado o cargo de Presidente do Senado Federal.

349 - Tema: Perda da nacionalidade

Com relação à perda da nacionalidade de brasileiro, julgue o item que se segue.

Perderá a nacionalidade de brasileiro aquele cuja naturalização seja cancelada judicialmente em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Certo
Errado

350 - Tema: Perda da nacionalidade

Com relação à perda da nacionalidade de brasileiro, julgue o item que se segue.

Brasileiro nato ou naturalizado residente em território estrangeiro perderá a nacionalidade brasileira se adquirir outra nacionalidade, exceto nas hipóteses constitucionalmente estabelecidas.

Certo
Errado

351 - Tema: Perda da nacionalidade

Julgue o item acerca dos direitos políticos.

O cancelamento da naturalização de estrangeiro, por decisão transitada em julgado, não repercute sobre seus direitos políticos, haja vista também o estrangeiro ser titular de direitos fundamentais.

Certo
Errado

352 - Tema: Extradição, deportação, expulsão e banimento (da nacionalidade)

A Constituição da República Federativa do Brasil elencou diversos direitos e garantias fundamentais, assegurando aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sobre o tema, é correto afirmar que
a) deverá ser concedida a extradição do estrangeiro por crime político.
b) não será concedida a extradição de estrangeiro por crime de opinião.
c) o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em razão da prática de crime de opinião.
d) o português residente no Brasil deverá ser extraditado em razão da prática de crime de opinião.

353 - Tema: Extradição, deportação, expulsão e banimento (da nacionalidade)

Julgue o item a seguir quanto à nacionalidade na Constituição Federal de 1988.

Brasileiros natos e naturalizados não podem ser extraditados.

Certo
Errado

354 - Tema: Extradição, deportação, expulsão e banimento (da nacionalidade)

A Constituição Federal de 1988 traz, em seu Título II, denominado "Dos Direitos e das Garantias Fundamentais", disposições relacionadas aos direitos e aos deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais, à nacionalidade, à cidadania, aos direitos políticos, entre outras. Com base no ordenamento constitucional, julgue o item.

A Constituição Federal de 1988 dispõe que nenhum brasileiro nato poderá ser extraditado e que não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Certo
Errado

355 - Tema: Extradição, deportação, expulsão e banimento (da nacionalidade)

A Constituição Federal prevê a regra geral de que nenhum brasileiro será extraditado. No entanto, em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, pode-se afirmar corretamente:

a) Há plena possibilidade de extradição do brasileiro nato.
b) Está peremptoriamente vedada a extradição do brasileiro naturalizado.
c) O brasileiro nato somente não será extraditado se for casado com brasileira.
d) O brasileiro naturalizado jamais será extraditado se tiver filho brasileiro.
e) Enquanto está vedada a extradição do brasileiro nato, há permissão constitucional para a extradição do brasileiro naturalizado.

356 - Tema: Extradição, deportação, expulsão e banimento (da nacionalidade)

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsequentes.

I - Serão cassados os direitos políticos nos casos em que ocorrerem condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

II - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III - É livre a manifestação do pensamento, assegurado o anonimato.

IV - Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

V – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

A quantidade de itens INCORRETOS é igual a:
a) 1.
b) 2.
c) 3.
d) 4.
e) 5.

357 - Tema: Dos Símbolos e Idioma da República (art. 13 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, analisar os itens abaixo:

I. A Língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

II. São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacional.

III. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem ter símbolos próprios.

Está(ão) CORRETO(S):
a) Somente o item I.
b) Somente o item III.
c) Somente os itens I e II.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

358 - Tema: Dos Símbolos e Idioma da República (art. 13 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. A Constituição Federal não autoriza os municípios a terem bandeira própria.

II. A Constituição Federal não autoriza os municípios a terem hino próprio.

Marque a alternativa CORRETA:

a) As duas afirmativas são verdadeiras.

b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

359 - Tema: Dos Símbolos e Idioma da República (art. 13 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. Constitui abuso de autoridade levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.

II. A Constituição Federal não autoriza os estados a terem bandeira própria.

Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

360 - Tema: Dos Símbolos e Idioma da República (art. 13 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. A competência não é um comportamento avaliado de forma positiva pelos usuários.

II. A Constituição Federal não autoriza o Distrito Federal a ter bandeira própria.

Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

Direitos Políticos – 361

361 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Em conformidade com a Constituição Federal, sobre direitos e garantias fundamentais, em relação aos direitos políticos, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(_) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de setenta anos.

(_) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

(_) São inelegíveis os alistáveis e os analfabetos.

a) E - C - E.
b) C - E - E.
c) C - E - C.
d) E - C - C.
e) C - C - E.

362 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Sobre os direitos políticos, com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
a) o conjunto dos inalistáveis é igual ao conjunto dos inelegíveis.
b) os analfabetos são inalistáveis.
c) a idade mínima para elegibilidade ao cargo de Governador de Estado é de 30 (trinta) anos.
d) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
e) podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, desde que vivam no país por, no mínimo, 4 (quatro) anos sem interrupção.

363 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Quanto aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

A Constituição brasileira não admite o voto indireto.

Certo
Errado

364 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Quanto aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 passou a admitir o voto impresso, relativizando o sigilo como atributo do sufrágio.

Certo
Errado

365 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Quanto aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

A periodicidade do voto guarda relação íntima com o regime democrático e republicano, que pressupõe alternância de poder.

Certo
Errado

366 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Quanto aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

A liberdade do voto abarca, inclusive, o voto nulo ou branco.

Certo
Errado

367 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Quanto aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

A universalidade do voto contrapõe-se à modalidade censitária, não admitindo, aquela, limites econômicos, intelectuais ou de gênero para exercício da capacidade eleitoral ativa.

Certo
Errado

368 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Atendidos os requisitos constitucionais exigidos, é permitida a elegibilidade ao militar alistável.

Certo
Errado

369 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

Os direitos políticos abrangem o direito ao sufrágio, que se materializa no direito de votar, no direito de participar da organização da vontade estatal e no direito de ser votado.

Certo
Errado

370 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

Os analfabetos são alistáveis e, por isso, podem votar, dispondo, ainda, de capacidade eleitoral passiva.

Certo
Errado

371 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Em relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:
a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.
b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
c) O militar é sempre inelegível.
d) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores e são elegíveis.
e) Os analfabetos são elegíveis.

372 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Considerando-se o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, em especial ao alistamento eleitoral, ao voto e à elegibilidade, assinalar a alternativa INCORRETA:

a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e menores de 70 anos.
b) Os analfabetos não podem se alistar ou votar.
c) Para se eleger ao cargo de Vereador, uma das condições de elegibilidade é ter o candidato idade mínima de 18 anos.
d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos aos maiores de 16 e menores de 18 anos.
e) Uma das condições de elegibilidade é ter o candidato a nacionalidade brasileira.

373 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Tibúrcio, pela primeira vez, elegeu-se, nas últimas eleições, Governador de determinado Estado e, tendo em vista o sucesso obtido com seus eleitores, deseja, nas próximas eleições gerais, candidatar-se à reeleição. Já Elza estreou na política elegendo-se a atual Prefeita de determinado Município, mas deseja, nas próximas eleições gerais, candidatar-se à Presidência da República. Considerando-se apenas os dados fornecidos no caso hipotético apresentado, Tibúrcio

a) poderá ser reeleito para um único período subsequente, e Elza poderá candidatar-se à Presidência se renunciar ao mandato que atualmente exerce até seis meses antes do pleito.
b) e Elza poderão candidatar-se aos cargos que desejam desde que ambos renunciem aos mandatos que exercem até seis meses antes do pleito.
c) não poderá ser reeleito, pois não é permitida a reeleição para o cargo de Governador, e Elza poderá candidatar-se à Presidência se renunciar ao mandato que exerce até seis meses antes do pleito.
d) e Elza poderão candidatar-se aos cargos que desejam sem necessidade de renúncia aos respectivos mandatos.
e) poderá ser reeleito para o mesmo cargo, mas Elza é obrigada a cumprir seu mandato até o fim, respeitando a vontade popular que a elegeu.

374 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Em relação ao alistamento eleitoral e o voto no Brasil, assinalar a alternativa que apresenta uma informação INCORRETA:

a) São facultativos para os maiores de 70 anos.
b) São obrigatórios para pessoas de 18 anos.
c) São facultativos para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
d) São obrigatórios para os analfabetos.

375 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

As normas gerais e os princípios constitucionais relativos aos direitos políticos encontram-se disciplinados de forma expressa na Constituição Federal de 1988, sobretudo no Capítulo IV do Título I da Carta Magna. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas
b) A perda ou cassação dos direitos políticos só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; ou improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º
c) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e os analfabetos
d) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade

376 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Os analfabetos não podem registrar-se como eleitores.

Certo
Errado

377 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Com base nas disposições constitucionais sobre os direitos políticos, assinale a alternativa correta.
a) O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta e cinco anos.
b) A filiação partidária não é uma condição de elegibilidade, mas a pressupõe.
c) O voto é facultativo para os maiores de sessenta e cinco anos.
d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

378 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Assinale a alternativa que indica corretamente a idade mínima necessária exigida como condição de elegibilidade.
a) Trinta anos para Senador
b) Dezoito anos para Prefeito
c) Trinta e cinco anos para Governador
d) Vinte e um anos para Deputado Federal

379 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

De acordo com a Constituição Federal, o alistamento eleitoral e o voto são:

I. Obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.

II. Facultativos para os analfabetos.

III. Facultativos para os maiores de sessenta anos.

Está(ão) CORRETO(S):
a) Somente o item I.
b) Somente o item II.
c) Somente os itens I e III.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

380 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Analise as afirmativas a seguir sobre os direitos políticos:

I. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

II. Os militares são elegíveis, desde que contem com mais de 10 (dez) anos de serviço.

III. A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.

Assinale:
a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
d) se nenhuma afirmativa estiver correta.

381 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Com base nas disposições do Art. 14 da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.
a) A idade mínima de vinte e um anos é uma das condições de elegibilidade para o cargo de Vereador.
b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
c) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de setenta anos.
e) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

382 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.
a) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
c) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.
d) São privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Presidente e Vice Presidente da República, entre outros.

383 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Segundo as disposições do Art. 14 da Constituição Federal, entre as condições de elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito, na forma da lei, estão:
a) A nacionalidade brasileira e a idade mínima de trinta e cinco anos.
b) O alistamento eleitoral e a idade mínima de trinta anos.
c) O pleno exercício dos direitos políticos e a idade mínima de trinta anos.
d) A filiação partidária e a idade mínima de vinte e um anos.
e) O domicílio eleitoral na circunscrição e a idade mínima de dezoito anos.

384 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Sobre o alistamento eleitoral e o voto, assinale a alternativa correta.
a) O voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos.
b) O voto é facultativo para os maiores de sessenta e cinco anos.
c) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis anos e menor de vinte e um anos.
d) O voto passa a ser obrigatório aos maiores de dezesseis anos que possuírem alistamento eleitoral.

385 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Analise o trecho abaixo, com base no disposto na Constituição Federal:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I- plebiscito;

II- referendo;

III- iniciativa popular.

Identifique a alternativa em que não há situação de elegibilidade.
a) (...) a nacionalidade brasileira.
b) (...) o pleno exercício dos direitos políticos.
c) (...) a filiação partidária.
d) (...) o alistamento eleitoral.
e) (...) a idade mínima de vinte e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

386 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Sobre os direitos políticos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.
a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
b) São condições de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e de trinta anos para Senador.
c) O domicílio eleitoral na circunscrição constitui condição de elegibilidade, na forma da lei.
d) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
e) É vedada a cassação de direitos políticos.

387 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Relativamente ao tema dos direitos políticos, a Constituição Federal de 1988 dispõe que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante

I - referendo.

II - plebiscito.

III - iniciativa popular.

Está(ão) correta(s)

a) apenas I.
b) apenas II.

c) apenas III.
d) apenas I e II.
e) I,II e III.

388 - Tema: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

A Constituição do Brasil de 1988 foi denominada de Constituição Cidadã em função dos muitos avanços nas garantias de direitos civis, sociais e políticos que promoveu. Segundo essa Constituição Cidadã, o voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos, mas facultativo para

a) os analfabetos e os maiores de setenta anos.
b) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os maiores de setenta anos.
c) os analfabetos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
d) os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
e) os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os estrangeiros.

389 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Acerca dos direitos políticos, é correto afirmar que, para que um ex-governador de estado ou do Distrito Federal se candidate à reeleição, ele deverá renunciar ao cargo com, no mínimo, 120 dias de antecedência das eleições.

Certo
Errado

390 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Analise as afirmativas a seguir sobre os direitos políticos e a nacionalidade:

I. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

II. A recente Reforma Política determinou que os Prefeitos, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos um ano antes do pleito.

III. São privativos de brasileiro nato os cargos de Senador e de Vice-Presidente da República.

É correto o que se afirma

a) apenas em I.
b) apenas em II.
c) apenas em III.
d) apenas em I e III.
e) apenas em II e III.

391 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Sobre os direitos políticos previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, analise as afirmações abaixo.

I. Em caso de resultado final com mais de cinquenta por cento de votos nulos, anula-se a eleição e se impõe novo pleito com outros candidatos.

II. É vedada a reeleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

III. A idade mínima de dezoito anos é uma condição de elegibilidade para o cargo de Vereador.

IV. São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Está correto apenas o que se afirma em
a) I e II.
b) I e IV.
c) II e III.
d) III e IV.

392 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.
a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.
b) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
c) São elegíveis os inalistáveis.
d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
e) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

393 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

A respeito dos direitos políticos do militar, assinale a alternativa correta.
a) O militar alistável é inelegível, quando afastar-se da atividade antes da eleição.
b) O militar é inalistável e inelegível.
c) O militar, se eleito, passará automaticamente para o trabalho interno.
d) O militar alistável é elegível, devendo afastar-se da atividade se contar com menos de dez anos de serviço.
e) O militar é alistável mas é inelegível, salvo se tiver mais de vinte anos de serviço.

394 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Maria, esposa do Prefeito João, que exercia a chefia do Poder Executivo no Município Gama, foi informada pelo advogado da família que, de acordo com a ordem constitucional, não poderia candidatar-se ao cargo eletivo de Vereador no mesmo Município.

Essa vedação é denominada:

a) perda dos direitos políticos;
b) vedação eleitoral;
c) inabilitação;

d) suspensão dos direitos políticos;
e) inelegibilidade.

395 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Considerando os direitos sociais e políticos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa CORRETA:

a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
b) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
c) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, excluindo a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
e) Os conscritos podem alistar-se como eleitores durante o período do serviço militar obrigatório.

396 - Tema: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Quanto aos direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA.
a) Os estrangeiros podem se alistar como eleitores.
b) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador ou Senador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
c) Os inalistáveis são inelegíveis.
d) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão somente se dará no caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
e) O militar alistável é elegível e se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

397 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Assinale a alternativa que indica um caso de perda ou suspensão de direitos políticos.
a) Durante processo de cancelamento da naturalização.
b) Condenação civil transitada em julgado.
c) Improbidade administrativa.
d) Incapacidade civil relativa.

398 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Julgue o item que se segue, relativo a disposições constitucionais.

Em razão da condenação criminal transitada em julgado, os direitos políticos do apenado são cassados.

Certo
Errado

399 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

João foi condenado a quatro anos de prisão, substituídos por pena restritiva de direitos por igual período, em sentença criminal transitada em julgado.

Como pretende concorrer a cargo eletivo na eleição a ser realizada no ano seguinte, consultou um advogado sobre essa possibilidade, o qual lhe respondeu, corretamente, que a referida condenação, enquanto produzir efeitos,

a) impede João de concorrer a cargo eletivo somente no local em que foi proferida a sentença.
b) não produz efeitos no âmbito eleitoral, em razão da independência das instâncias.
c) apenas impede João de ocupar um cargo público, eletivo ou não.
d) impede João de votar e ser votado.
e) apenas impede João de ser votado.

400 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

A perda ou suspensão de direitos políticos é vedada pela Constituição Federal vigente, salvo em restritas hipóteses previstas no próprio texto constitucional.

Assinale a alternativa que corresponde à hipótese prevista na Constituição de perda ou suspensão de direitos políticos.

a) Inadimplemento de obrigação tributária
b) Condenação de natureza penal transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos
c) Descumprimento de obrigação de natureza alimentar
d) A investidura a cargo de Juiz Eleitoral
e) Cancelamento da naturalização por sentença onde não se findou o prazo para interposição de eventuais recursos

401 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Preconiza o Art. 15, da Constituição Federal, que é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

a) capacidade civil absoluta.
b) probidade administrativa.
c) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
d) condenação criminal em processo de investigação e sem julgamento, enquanto durarem seus efeitos.
e) cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.

402 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

A Constituição Federal Brasileira veda a cassação de direitos políticos, mas permite a perda ou suspensão, que só se dará nos seguintes casos, exceto:

a) Incapacidade civil relativa.
b) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
c) Improbidade administrativa.
d) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

403 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de, EXCETO:

a) Cancelamento da naturalização por procedimento administrativo.
b) Incapacidade civil absoluta.
c) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
d) Improbidade administrativa.

404 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

A perda de mandato parlamentar gera hipótese de cassação dos direitos políticos.

Certo
Errado

405 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

A suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado somente cessa quando comprovadamente reabilitado o apenado para convívio em sociedade.

Certo
Errado

406 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Julgue o item acerca dos direitos políticos.

A perda dos direitos políticos é definitiva e depende de decisão judicial transitada em julgado.

Certo
Errado

407 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Julgue o item acerca dos direitos políticos.

A interdição judicial acarreta a suspensão dos direitos políticos do interdito.

Certo
Errado

408 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Julgue o item acerca dos direitos políticos.

A cassação de direitos políticos é terminantemente vedada pela Constituição.

Certo
Errado

409 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Julgue o item acerca dos direitos políticos.

A improbidade administrativa pode acarretar a suspensão dos direitos políticos, entre outras sanções.

Certo
Errado

410 - Tema: Perda e suspensão dos direitos políticos

Conforme o art. 15º da Constituição Federal de 1988, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença promulgada em 1ª instância.

II - incapacidade civil absoluta.

III - condenação criminal por sentença promulgada em 1ª instância.

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VII.

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Estão corretas, apenas:
a) I e II.
b) I, II e III.
c) II, III e IV.
d) II, IV e V.
e) I, III e V.

Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988) – 411

411 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I. Caráter nacional;

II. Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III. Prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV. Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Das assertivas, pode-se afirmar que:
a) Apenas I e II estão corretas.
b) Apenas III e IV estão corretas.
c) Apenas II está incorreta.

d) Apenas IV está incorreta.
e) Todas estão corretas.

412 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Extrai-se do princípio da liberdade de criação, transformação e extinção de partidos políticos contido na CF o fundamento constitucional para resguardar

a) o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
b) a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.
c) uma sociedade pluralista.
d) os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
e) a separação de poderes e a indissolubilidade do vínculo federativo.

413 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Com base nas disposições constitucionais sobre os partidos políticos, analise os itens abaixo:

I. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

II. É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

III. É vedada a incorporação de partidos políticos.

Assinale
a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
d) se todas afirmativas estiverem corretas.

414 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal em seu Art. 17 diz que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

Assinale a alternativa INCORRETA:
a) Caráter nacional.
b) Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
c) Assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.
d) Prestação de contas à Justiça Eleitoral.
e) Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

415 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Sobre os direitos políticos e partidos políticos, assinale a alternativa correta.

a) Podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, fora do período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
b) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

c) A idade mínima para concorrer ao cargo de Vereador é de 21 (vinte e um) anos.
d) Os militares são alistáveis e inelegíveis.

416 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Sobre os partidos políticos, é correto afirmar que:
a) devem prestar contas perante o Ministério Público, inclusive acerca do recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
b) são entidades sem personalidade jurídica e sem fins lucrativos.
c) têm direito a recursos do fundo partidário se tiverem recebido votos válidos nas eleições.
d) os seus estatutos devem estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

417 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Assinale a alternativa que indique corretamente o órgão onde os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, registrarão seus estatutos.
a) Tribunal Superior Eleitoral
b) Supremo Tribunal Federal
c) Superior Tribunal de Justiça
d) Ministério Público Eleitoral
e) Seção Eleitoral

418 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.
a) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
b) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.
c) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.
d) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.
e) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

419 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Julgue o item, relativo a partidos políticos.

Os partidos políticos poderão receber doações e subvenções de entidades estrangeiras, desde que não se subordinem a elas.

Certo
Errado

420 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Julgue o item, relativo a partidos políticos.

Os partidos políticos possuem natureza jurídica de direito público e adquirem personalidade própria a partir de seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Certo
Errado

421 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Julgue o item, relativo a partidos políticos.

O candidato eleito por partido político que não tenha preenchido os requisitos impostos pela chamada cláusula de barreira não perderá o mandato, podendo filiar-se a outro partido que haja atendido àquelas condições.

Certo
Errado

422 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Julgue o item, relativo a partidos políticos.

Os requisitos constitucionais para atendimento à cláusula de barreira são alternativos, não cumulativos.

Certo
Errado

423 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Julgue o item, relativo a partidos políticos.

Os partidos políticos devem possuir caráter nacional, não apenas regional ou estadual.

Certo
Errado

424 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, analisar os itens abaixo:

I. É livre a criação, a fusão, a incorporação e a extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados alguns preceitos, como o da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

II. Aos partidos políticos não é necessária a aquisição de personalidade jurídica, na forma da lei civil, devendo apenas registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

a) Os itens I e II estão corretos.
b) Somente o item I está correto.
c) Somente o item II está correto.
d) Os itens I e II estão incorretos.

425 - Tema: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Acerca dos partidos políticos, é correto afirmar que o texto da Constituição Federal de 1988 estabelece que

a) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

b) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, entre outros, os preceitos do caráter nacional e da permissão de recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiros.

c) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, entre outros, os preceitos do caráter internacional e da permissão de recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras.

d) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988) – 426

426 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

A respeito da organização político-administrativa prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Os Estados não podem desmembrar-se para se anexarem a outros.

b) É vedada a transformação dos Territórios Federais em Estado.

c) A incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei complementar federal.

d) Os Estados podem incorporar-se entre si, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

e) A Constituição Federal veda o desmembramento de Municípios.

427 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, sobre a organização político-administrativa do Estado, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(_) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os bairros e as comunidades, todos interdependentes.

(_) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(_) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

a) E - E - C.

b) C - C - E.
c) C - E - C.
d) E - C - E.
e) E - C - C.

428 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A CF autoriza a criação de territórios federais, mas não a sua transformação em estado.

Certo
Errado

429 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Com o objetivo de estimular a abertura de igrejas, o que, ao ver dos idealizadores do projeto, contribuiria para aumentar o bem-estar da população, o Estado Alfa editou a Lei nº XX.

De acordo com esse diploma normativo, as igrejas que preenchessem os requisitos exigidos teriam subvencionadas 50% de suas despesas regulares.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº XX é
a) inconstitucional, em razão do caráter laico dos entes federativos.
b) constitucional, em razão do elevado interesse público a ser atendido com a iniciativa.
c) constitucional, pois é dever do Estado prestigiar a liberdade de crença, subvencionando as igrejas.
d) inconstitucional, salvo se for assegurado que a subvenção alcance, de forma igualitária, todas as religiões.
e) inconstitucional, pois a subvenção foi parcial e as entidades sem fins lucrativos devem recebê-la de modo integral.

430 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Sobre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, assinale a alternativa correta.

a) Considerando a hierarquia entre os entes políticos da federação brasileira, a União é hierarquicamente superior aos Estados
b) A Constituição impossibilita aos entes federativos estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvenciona-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público
c) O Distrito Federal divide-se em Municípios, assim como os Estados-Membros da Federação brasileira
d) Os Estados-Membros possuem autonomia na Federação, mas a depender da situação também assumem a soberania como característica do seu poder
e) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, sendo exigido para tanto, a divulgação de estudo de viabilidade urbana e, após, a realização de plebiscito

431 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende

a) os Estados, os Municípios e os Territórios, tão somente.
b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

c) a União, os Estados, os Territórios e os Municípios, exclusivamente.
d) os Estados, os Territórios, os Municípios e os Distritos, apenas.

432 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

O artigo 18 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia. Com relação à organização do Estado brasileiro, julgue o item.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Certo
Errado

433 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Suponha que o Município fictício de Aurélio Matos deseje se dividir em dois novos municípios: Aurélio Primeiro e Matos do Norte. Nesse caso, o texto constitucional determina que o desmembramento depende, dentre outros aspectos, de:
a) Lei Municipal.
b) Lei Ordinária Federal.
c) Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).
d) Consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
e) Consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos.

434 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Acerca das disposições constitucionais relativas à organização político-administrativa, assinale a alternativa incorreta:
a) Os Territórios Federais integram a União.
b) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
c) Os Territórios Federais não podem ser transformados em Estado.
d) É possível que os Estados se incorporem entre si.

435 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 19 algumas vedações à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas vedações:
a) Manter regime próprio de previdência social
b) Negar a busca e apreensão domiciliar sem autorização judicial
c) Manter parcerias com organizações religiosas enquadradas como Organizações da Sociedade Civil
d) Recusar fé aos documentos públicos

436 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

O art. 18, § 4, da CF/88, com a redação dada pela EC no 15/96, fixa as regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, e estabelece como primeira etapa desses processos a:

a) Determinação, por lei complementar federal, do período para a mencionada criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, bem como o procedimento.
b) Realização de referendo às populações locais interessadas.

c) Apresentação, publicação e divulgação, na forma da lei, de estudo demonstrando a viabilidade da criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios.
d) Realização de consulta às populações dos Municípios envolvidos para aprovarem ou não a criação, incorporação, fusão ou desmembramento, através de plebiscito.
e) Criação, incorporação, fusão ou desmembramento dos Municípios, através de lei estadual.

437 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal de 1988, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
a) Manter com as igrejas ou seus representantes relações de dependência ou aliança, incluindo a colaboração de interesse público.
b) Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
c) Recusar fé aos documentos públicos ou privados.
d) Conceder anistia.
e) Decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

438 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

De acordo com o art. 19 da Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

II. Recusar fé aos documentos públicos.

III. Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

É CORRETO o que se afirma em:

a) II
b) I
c) I, II e III
d) III

439 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Em relação à organização administrativa do Estado, julgue o item.

Somente por meio do aval prévio do presidente da Câmara Municipal é que o prefeito do município estará autorizado a estabelecer cultos religiosos na região.

Certo
Errado

440 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão feitos por meio de lei

a) federal, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependendo de consulta mediante plebiscito.
b) federal, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependendo de consulta mediante referendo.
c) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependendo de consulta prévia, mediante referendo.
d) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito.
e) complementar federal, dentro do período determinado por lei estadual e dependendo de consulta mediante referendo.

441 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios será feito por:

a) Lei Federal.
b) Medida Provisória.
c) Emenda Constitucional.
d) Lei Estadual.

442 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, assim como subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público, segundo a Constituição Federal, é vedado a alguns entes federados. Com base nessa afirmação, assinalar a alternativa CORRETA:

a) É vedado à União, mas permitido aos Municípios.
b) É vedado aos Estados, mas permitido aos Municípios.
c) É vedado ao Distrito Federal, mas permitido aos Estados.
d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

443 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

O ato de recusar fé aos documentos públicos, segundo a Constituição Federal, é vedado a alguns entes federados. Com base nessa afirmação, assinalar a alternativa CORRETA:

a) É vedado à União, permitido aos Municípios.
b) É permitido aos Estados, vedado aos Municípios.
c) É permitido ao Distrito Federal, mas vedado aos Estados.
d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

444 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

O Prefeito do Município Delta Kappa Gama, por ser muito religioso, resolveu criar uma igreja Municipal para professar a sua fé. De acordo com a Constituição Federal a criação desta igreja é:

a) Proibida, pois é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
b) Proibida, pois é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
c) Permitida, pois é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

d) Permitida, pois é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
e) Permitida, pois é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal, mas permitido aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

445 - Tema: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA:
a) Uma empresa pública prestadora de serviço público é criada por meio do fenômeno da descentralização, enquanto uma empresa pública explorada de atividade econômica é criada por meio do fenômeno da desconcentração.
b) No Brasil, a criação de Territórios Federais constitui hipótese de descentralização geográfica ou territorial.
c) A criação de uma secretaria municipal é hipótese de descentralização.
d) A transferência de uma competência de um órgão superior a um órgão subalterno, sem quebra de hierarquia, é hipótese de descentralização.
e) A criação de uma agência reguladora é decorrente do fenômeno da desconcentração.

União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988) – 446

446 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre
a) serviço postal.
b) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
c) sistemas de consórcios e sorteios.
d) populações indígenas.
e) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

447 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Com supedâneo nas normas constitucionais de organização político-administrativa, assinale a alternativa que apresenta uma competência executiva comum da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

a) Manter o serviço postal.
b) Prestar serviços de transporte coletivo.
c) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
d) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
e) Explorar os serviços locais de gás canalizado.

448 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

De acordo com o preceito constitucional que disciplina competência legislativa, a criação de normas gerais sobre inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares compete

a) privativamente à União.
b) concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal.
c) privativamente aos Estados e Distrito Federal.
d) concorrentemente aos Estados e Distrito Federal.
e) supletivamente à União.

449 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Certo
Errado

450 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Diante do estabelecido pela Constituição Federal de 1988, NÃO é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
b) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.
c) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
d) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
e) Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

451 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa, com o objetivo de disciplinar alguns aspectos formais afetos à elaboração das leis orçamentárias de cada exercício financeiro, começou a discutir o Projeto de Lei nº ZZ, o que foi objeto de dúvidas em alguns ciclos, já que a matéria era de competência legislativa concorrente com a União.

Com os olhos voltados a essa narrativa e à sistemática constitucional, é correto afirmar que o Projeto de Lei nº ZZ:

a) afronta a competência da União para legislar sobre orçamento;
b) deve observar as normas gerais editadas pela União a respeito da matéria;
c) somente produzirá efeitos quando sobrevierem as normas gerais editadas pela União;
d) deve ter sido antecedido de lei complementar da União, autorizando a edição de lei estadual;
e) pode dispor livremente sobre a matéria, tendo preferência, no território do Estado, sobre as normas da União.

452 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Joana, recém-eleita deputada estadual, pretendia apresentar um projeto de lei em matéria na qual, conforme a ordem constitucional, há competência legislativa concorrente entre a União e os Estados.

Ao questionar sua assessoria sobre as características dessa espécie de competência, ela foi informada, corretamente, que
a) o Estado deve observar as normas gerais editadas pela União.
b) as normas devem ser editadas em conjunto pela União e pelos Estados.
c) o Estado exerce a competência legislativa plena e, a União, a competência subsidiária.
d) o Estado pode legislar livremente sobre a matéria no âmbito local e a União no âmbito nacional.
e) a norma específica editada pelo Estado prevalece sobre a norma geral da União, na hipótese de conflito.

453 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Conforme o que dispõe a CF, a defesa da saúde é da competência legislativa

a) concorrente entre União, estados e Distrito Federal.
b) concorrente entre União, estados e municípios.
c) privativa dos estados.
d) privativa da União.

454 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Analise as assertivas abaixo em relação à repartição de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, à luz da Constituição Federal de 1988.

I. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito processual, tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

II. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias que se inserem na competência privativa da União.

III. No âmbito da legislação concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspenderá a eficácia da lei estadual editada no exercício da competência legislativa plena, ainda que lhe seja contrária.

Quais estão corretas?
a) Apenas II.
b) Apenas I e II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

455 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, criar leis sobre defesa civil é competência privativa da(o)(s):

a) União.
b) Estados.
c) Municípios.
d) Polícia Civil.
e) Polícia Federal.

456 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas, EXCETO:

a) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
b) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
c) Planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana.
d) Fomentar a produção agropecuária e organizar abastecimento alimentar.

457 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Sobre a União e os Estados, assinale a alternativa correta.
a) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de cem, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
b) Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

458 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

De regra, compete privativamente à União legislar sobre
a) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
b) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
c) custas dos serviços forenses.
d) procedimentos em matéria processual.
e) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

459 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Segundo o Art.23 da Constituição Federal, assinale a alternativa que corresponda a uma das competências comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
a) Apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério
b) Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos
c) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência
d) Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República
e) Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Federal na área de sua competência

460 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

De acordo com o Artigo 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
b) direito administrativo, custos fixos e variáveis, contabilidade de custos e gerencial.
c) procedimentos, atos e fatos administrativos.
d) registro de pessoas físicas em Juntas Comerciais.
e) organização, garantias, direitos e deveres dos policiais militares.

461 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

No que se refere à organização administrativa da União, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) dá como sendo de competência legislativa privativa da União:
a) Meio Ambiente.
b) Patrimônio histórico e artística.
c) Saúde.
d) Serviço postal.

462 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Sobre a União, Estados e Municípios, assinale a alternativa correta.

a) São bens dos Estados os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
b) Compete aos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.
c) São bens dos Municípios as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
d) Compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

463 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Sobre as competências da União, Estados e Municípios, assinale a alternativa correta:
a) Compete aos Estados estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

b) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
c) Cabe aos Municípios legislar sobre os interesses das populações indígenas que estão na sua circunscrição.
d) Enquanto compete à União emitir moeda, aos Estados compete legislar sobre comércio interestadual.

464 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

A União detém competência privativa para legislar sobre determinados assuntos estabelecido na Constituição Federal. Assinale a alternativa que apresente corretamente uma das competências privativas da União para legislar:
a) Orçamento
b) Registros públicos
c) Juntas comerciais
d) Educação, cultura, ensino e desporto

465 - Tema: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

O município tem como competência concorrente, com a União, o Estado e o Distrito Federal, entre outros, determinadas atribuições. Dentre elas, podemos citar, EXCETO:
a) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
b) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trabalho.
c) preservar as florestas, a fauna e a flora.
d) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
e) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988) – 466

466 - Tema: Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, a aprovação do Congresso Nacional.
b) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
d) O direito de greve do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
e) Às polícias civis cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

467 - Tema: Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Fiona é empresária com contatos em vários países dispostos a investir no Brasil. Um dos setores buscados é o de petróleo e gás. Ao analisar a divisão de competências estabelecidas na Constituição Federal, verifica que existe um setor que pertence aos estados federados. Nos termos da Lei Maior, cabe aos estados a exploração direta ou mediante concessão de serviços locais de:
a) minério de ouro
b) gás canalizado
c) pedras preciosas
d) águas marítimas

468 - Tema: Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A autonomia do Estado para gerir negócios próprios, pela ação administrativa do governador, denomina-se
a) autogestão.
b) autolegislação.
c) autoadministração.
d) autogoverno.
e) soberania.

469 - Tema: Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Assinale abaixo a única alternativa correspondente a bens públicos dos Estados.

a) Mar territorial e terrenos de marinha.
b) Recursos minerais e rios intermunicipais.
c) As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
d) Terreno de marinha e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

470 - Tema: Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Acerca da organização dos estados federados, assinale a alternativa correta.

a) Os estados não poderão criar regiões metropolitanas.
b) As Constituições estaduais devem ser aprovadas pelo Tribunal de Justiça de cada estado.
c) As terras devolutas não pertencentes à União são de propriedade da agência reguladora estadual.
d) Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.
e) Será de cinco anos o mandato de deputado estadual.

471 - Tema: Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Sobre os Estados Federados na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Os Estados organizam-se e regem-se por Lei Orgânica, observados os princípios da Constituição Federal.

II. Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

III. Para a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, é necessário lei complementar estadual.

a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
c) As afirmativas I, II e III estão corretas
d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988) – 472

472 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Após diplomação, no exercício da atividade legislativa, o Vereador do Município X é flagrado exigindo o repasse de parte dos salários dos integrantes do seu gabinete para a conta de uma terceira pessoa a ele vinculada.

Em tal situação, a competência para o processo e julgamento do fato é do(a):

a) Supremo Tribunal Federal;
b) Superior Tribunal de Justiça;
c) Tribunal de Justiça de Rondônia;
d) Turma Recursal;
e) Juízo de Direito estadual de primeiro grau.

473 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Jéssica, vereadora no Município Alfa, realizou sérias críticas ao sistema de transporte público de caráter coletivo oferecido aos munícipes.

Na ocasião, ela afirmou que, além de a qualidade ser sofrível, não eram revertidos, em benefícios para a coletividade, as inúmeras vantagens oferecidas pelo Poder Público às sociedades empresárias do setor, que "sangravam os cofres públicos e a coletividade sem piedade".

Insatisfeitas, essas sociedades, no afã de promover a responsabilidade civil de Jéssica, procuraram a orientação de um advogado, que lhes respondeu, corretamente, que

a) a responsabilização de Jéssica somente seria possível caso sua opinião tivesse sido emitida fora do recinto da Câmara Municipal de Alfa.

b) Jéssica, diversamente dos parlamentares federais e estaduais, não tinha inviolabilidade por suas opiniões e palavras, sendo possível responsabilizá-la.

c) Jéssica tinha inviolabilidade idêntica à dos parlamentares federais e estaduais por suas opiniões e palavras, não sendo possível responsabilizá-la.

d) a inviolabilidade de Jéssica somente alcançava as opiniões e palavras proferidas no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

e) a responsabilização de Jéssica estava condicionada ao fato de sua opinião não ter sido referendada, por maioria simples, pelos membros da Câmara Municipal de Alfa.

474 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

De acordo com o artigo 30 da Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios, dentre outras atribuições:

a) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

b) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

c) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

d) Conceder anistia.

475 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

No artigo 31 da Constituição Federal do Brasil, prevê que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Analise as afirmativas a seguir:

I. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

II. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

III. As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

IV. É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Estão de acordo com a legislação citada as afirmações presentes em:

a) I, II e IV, somente.

b) I, II, e III, somente.

c) I, III e IV, somente.

d) I, II, III e IV.

476 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam-se em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Nesse sentido, os Municípios devem atuar prioritariamente:

a) No ensino fundamental e médio.
b) No ensino fundamental e na educação infantil.
c) No ensino superior.
d) No ensino médio e profissionalizante.
e) No ensino de cursos livres e especializações.

477 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Considerando-se a Constituição Federal, sobre a composição das Câmaras Municipais, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.

a) 11
b) 13
c) 15
d) 17

478 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

A Constituição estabalece como um dos pontos asseguradores do convívio das entidades federativas a repartição de suas competências, garantindo-lhes autonomia e também ordenação quanto às hierarquias e divisões de competências. O princípio geral que norteia a repartição de competências entre os entes federativos é o interesse. Sobre as competências dos Municípios, assinale a alternativa correta.

a) Os Municípios têm competência administrativa exclusiva para legislar sobre assuntos de interesse regional.
b) Cabe aos Municípios legislar sobre os horários de abertura e fechamento do comércio, não se inserindo, nessa competência, a legislação que trate do uso de mão de obra assalariada pelos estabelecimentos comerciais.
c) O Município pode criar legislação que tipifique determinada conduta como infração de trânsito.
d) Compete ao Município a concessão do direito de explorar serviços de radiodifusão sonora.
e) Os Municípios não têm competência para legislar sobre parcelamento e ocupação do solo urbano.

479 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Assinale a única alternativa que não trata de competência constitucional dos Municípios.

a) Instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, mediante convênio com municípios limítrofes,para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
b) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.
c) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial,mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
d) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

480 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Analise as afirmativas a seguir sobre o Poder Legislativo Municipal:

I. Nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes, a composição da Câmara Municipal observará o limite máximo de 9 (nove) Vereadores.

II. Em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 75%(setenta e cinco por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.

III. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

É correto o que se afirma
a) apenas em I.
b) apenas em I e II.
c) apenas em II e III.
d) em I, II e III.

481 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Analise os itens abaixo sobre a organização dos Municípios:

I. A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

II. Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal a prática de homofobia.

III. Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Assinale
a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

482 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

É definido constitucionalmente que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Nesse sentido, é INCORRETO dizer que:

a) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
c) É permitido a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
d) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

483 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

É correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 contempla que:
a) As Guardas Municipais serão criadas obrigatoriamente com a denominação de “Guarda Civil Municipal”.
b) Os uniformes das Guardas Municipais não poderão ser semelhantes aos das Polícias Militares.

c) Os municípios que possuírem mais de 50 mil habitantes deverão possuir Guarda Municipal.
d) A atuação da Guarda Municipal será fiscalizada, em âmbito federal, pela Polícia Federal e em âmbito estadual, pelas Polícias Militares.
e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

484 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada e aprovada pela Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado. A respeito da disciplina quanto ao Munícipio segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) A suplementação da legislação federal e estadual, naquilo que couber, é competência dos municípios.
b) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de oito por cento da receita do Município.
c) A composição da Câmara Municipal em Municípios de mais de quinze mil habitantes e de até trinta mil habitantes será de nove vereadores.
d) O subsídio máximo dos vereadores em municípios de até dez mil habitantes corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
e) A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, dependerá da manifestação de, pelo menos, sete por cento do eleitorado.

485 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

De acordo com o Art. 29, o Município reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do Estado e alguns preceitos. Assinale a alternativa que corresponda a um desses preceitos estabelecidos na Constituição Federal.
a) Eleição do Prefeito, do Vice- Prefeito e dos Vereadores, para mandato de cinco anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o país
b) Posse do Prefeito e do Vice- Prefeito no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da eleição
c) Inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município
d) Cooperação das associações representativas no planejamento federal
e) A Câmara Municipal gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores

486 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Está preconizado no art. 31 da Constituição Federal, a fiscalização do Município será exercida pelo:

I. Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo.

II. Pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

III. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Está(ão) CORRETA(S):
a) I.

b) II e III.
c) III.
d) I e II.
e) I, II e III.

487 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Nos termos dos arts. 2º, 29 e 31 da CF o governo municipal realiza-se através de dois Poderes: a Prefeitura e Câmara de Vereadores. Sobre tais poderes assinale a alternativa correta:
a) Embora os Poderes da Administração local sejam distintos, ambos são subordinados e dependentes um do outro.
b) O sistema de divisão de funções estimula que o órgão de um Poder exerça as atribuições de outro Poder.
c) A Prefeitura e Câmara de Vereadores possuem funções específicas e indelegáveis.
d) O sistema brasileiro prevê para o governo municipal funções divididas, cabendo à Câmara de Vereadores as executivas e à Prefeitura as legislativas.
e) Entrosando suas atividades específicas, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura devem realizar com dependência e harmonia o governo local, seguindo os princípios da Constituição da República e da Constituição Estadual e nas condições expressas na Carta Própria do Município.

488 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na Constituição Federal e na respectiva Lei Orgânica. O município de Campos de Júlio.. de acordo com o último censo do IBGE, possui menos de 10 (dez) mil habitantes, desta forma, o subsídio máximo dos seus Vereadores corresponderá:
a) ao subsídio do Prefeito Municipal.
b) a trinta por cento do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
c) a vinte e cinco por cento do subsídio dos Deputados Federais.
d) a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

489 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Em relação às competências constitucionais, compete aos municípios:

I. Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, excluindo o de transporte coletivo, que tem caráter não essencial.

II. Legislar sobre assuntos de interesse local.

III. Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

IV. Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:
a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
b) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
d) Todas as afirmativas estão corretas.

490 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

O pequeno Município de Abastança possui apenas doze mil habitantes. Considerando que os Deputados Estaduais do Estado onde Abastança se situa recebem como subsídio o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), pode-se dizer que, conforme a Constituição Federal, os Vereadores de Abastança somente podem receber como subsídio o valor de até:
a) R$ 6.000,00 (seis mil reais).
b) RS 9.000,00 (nove mil reais).
c) R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
d) R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).
e) R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

491 - Tema: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Em relação à natureza do Município no Brasil, analise as afirmativas a seguir:

I. A Constituição da República de 1988 elevou os Municípios ao patamar de ente federativo.

II. Para atingir o fim do Estado, pode o Município utilizar-se das prerrogativas da Administração Pública, incluindo o Poder de Polícia, devendo condicionar os interesses particulares a fim de proteger os interesses coletivos em virtude de sua supremacia.

III. Por possuir competência privativa para promover a adequada ordenação do território urbano, tem o poder-dever de intervir nesse direito individual do cidadão de acordo com critérios e formas específicos, atendendo principalmente ao Princípio da Legalidade.

Assinale
a) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
d) se nenhuma afirmativa estiver correta.
e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988) – 492

492 - Tema: Do Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988)

Acerca da organização político-administrativa do Brasil nos moldes da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

Por gozar de autonomia, o Distrito Federal pode auto-organizar-se por meio de lei orgânica própria.

Certo
Errado

Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988) – 493

493 - Tema: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

Assinale a alternativa que apresenta a medida excepcional de afastamento da autonomia política, dando competência à União para intervir nos estados e no Distrito Federal quando for necessário manter a integridade nacional.

a) Estado de Necessidade
b) Intervenção Federal
c) Estado de Defesa
d) Estado de Sítio

494 - Tema: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

A não intervenção entre os poderes da União é uma determinação constitucional, da mesma forma que a não intervenção por parte do Estado para com os Municípios; mas a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul tem uma excepcionalidade para esta determinação ao prever que existe a exceção quanto à não intervenção quando o Tribunal de Justiça der provimento à representação para prover a execução de lei, de ordem ou decisão judicial, e para assegurar a observância de princípios importantes, tais como:

I. Forma republicana, sistema representativo e regime democrático.

II. Probidade administrativa.

III. Eventos internacionais.

Quais estão INCORRETAS?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

495 - Tema: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

Acerca da organização político-administrativa do Brasil nos moldes da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

Para garantir a execução de decisão judicial, o presidente da República, de ofício, pode decretar intervenção federal.

Certo
Errado

496 - Tema: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

Está vedada na vigência de intervenção federal a

a) convocação do Conselho de Defesa Nacional.
b) decretação do estado de sítio.
c) convocação do Conselho da República.
d) permissão para que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.
e) emenda à Constituição Federal.

497 - Tema: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

Sobre a possibilidade de intervenção, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que

a) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de cinco dias.
b) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto no caso específico de manter a integridade nacional.
c) o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada, entre outros casos.
d) a União não intervirá nos Estados, mas poderá intervir no Distrito Federal, nos casos previstos na própria Constituição Federal.

Administração Pública – Disposições gerais – arts. 37 e 38 da CF/1988) – 498

498 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

São princípios básicos da administração pública conforme o texto Constitucional:
a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e deficiência.
b) Legalidade, pessoalidade, probidade, publicidade e eficiência.
c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. .
d) Impessoalidade, legitimidade, moralidade, sigilo e eficiência.
e) Pessoalidade, moralidade, sigilo, eficácia e legitimidade.

499 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Dispõe a Constituição Federal de 1988, no seu Art.37, XVI no que trata da Administração Pública, que é possível a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários sendo:
a) a de dois cargos, empregos e função privativos de profissionais de segurança;
b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
c) de um cargo de professor com outro técnico, científico e político.
d) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões não regulamentadas;
e) de dois ou mais cargos de professor.

500 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 prevê que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo assim, quanto à Administração Pública, julgue o item.

Cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas não aos estrangeiros.

Certo
Errado

501 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 prevê que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo assim, quanto à Administração Pública, julgue o item.

O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

Certo
Errado

502 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 prevê que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo assim, quanto à Administração Pública, julgue o item.

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Certo
Errado

503 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 prevê que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo assim, quanto à Administração Pública, julgue o item.

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.

Certo
Errado

504 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 prevê que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo assim, quanto à Administração Pública, julgue o item.

São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, desde que aprovados em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Certo
Errado

505 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Santos (2014) define que os princípios administrativos são fundamentais na administração pública, pois inspiram a forma como a administração deverá agir. Segundo o referido autor, os princípios podem ser classificados de duas formas: os expressos, previstos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988; e os implícitos, muito embora não expressos, decorrem de nosso regime político. Sendo assim, assinale o princípio da administração pública expresso na CF.

a) Princípio da indisponibilidade.
b) Princípio da impessoalidade.
c) Princípio da proporcionalidade.
d) Princípio da motivação.

506 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O Chefe do Poder Executivo do Estado Gama consultou a assessoria jurídica sobre sua intenção de criar um ente da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de direito público, incumbido da execução de atividades típicas da Administração Pública.

A assessoria respondeu, corretamente, que o ente com essas características é a:
a) subsidiária integral, devendo ser criada a partir de autorização legal;
b) empresa pública, devendo ser criada a partir de autorização legal;
c) sociedade de economia mista, devendo ser criada por lei;
d) fundação pública, devendo ser criada por decreto;
e) autarquia, devendo ser criada por lei.

507 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Analise os itens a seguir.

I. Necessidade de autorização do Poder Legislativo quanto à criação, transformação e extinção de órgãos / entidades, criação de cargos, empregos e funções públicas.

II. Centralização para os estados e municípios de parcela dos recursos orçamentários e da responsabilidade pela execução de serviços públicos, denominada junção de competências.

III. Instituição do direito à associação sindical para os servidores públicos civis.

São mudanças à Constituição de 1988 relacionadas à administração pública os itens
a) I e II, apenas.
b) II e III, apenas.
c) I e III, apenas.
d) I, II e III.

508 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No geral, as leis brasileiras proíbem a acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos. Entretanto, a Constituição Federal prevê algumas exceções nas quais a acumulação é permitida. Assinale a única alternativa que apresenta situação não compatível com essas exceções.
a) Acumulação de dois cargos de professor.
b) Acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, inclusive militares (Emenda Constitucional n. 77/2014).
c) Acumulação de um cargo de vereador com outro cargo, emprego ou função pública.
d) Acumulação de um cargo de agente de polícia com outro técnico ou científico.

509 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com os preceitos constitucionais que disciplinam a acumulação de cargos públicos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em regra, é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.

( ) É admitida a acumulação de dois cargos de professor ou de um cargo de professor com outro técnico ou científico, quando houver compatibilidade de horários.

( ) Admite-se a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da engenharia, com profissões regulamentadas, se houver compatibilidade de horários.

( ) Aplicam-se aos militares dos Estados e do Distrito Federal as hipóteses permissivas de acumulação de cargos públicos, com prevalência da atividade militar.

Assinale a sequência correta.

a) F, V, V, F
b) V, F, F, V
c) F, V, F, V
d) V, F, V, V
e) F, F, V, F

510 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, julgue o item no que se refere à Administração Pública.

Os requisitos para a assunção de cargo público estão submetidos à reserva legal, sendo vedada a inovação em edital de concurso.

Certo
Errado

511 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

João Nonato precisava resolver um problema relativo à iluminação da rua onde mora. Foi até a sede da Prefeitura. Lá foi recebido muito bem, ouviram sua demanda, porém seu problema não foi resolvido.

Que princípio constitucional, que também rege por conseguinte o atendimento ao usuário-cidadão, não foi atendido?
a) Isonomia.
b) Legalidade.
c) Impessoalidade.
d) Efetividade.
e) Moralidade.

512 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O princípio da impessoalidade, estabelecido junto a outros 4, no caput do Art. 37 da Constituição Federal, está diretamente vinculado
a) à contraposição da prática do nepotismo.
b) ao reforço em se fazer só o que o servidor considerar correto.
c) à necessidade de tornar público os atos dos agentes.
d) à obrigação de produção de resultados positivos.

e) à submissão aos padrões éticos e morais da administração pública.

513 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Prevista no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, a moralidade é percebida no comportamento do bom servidor público.

Analise as proposições e coloque (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas, tendo como parâmetro o tema "postura e ética profissional."

( ) Algumas obras, apesar de observar as regras de licitação e direito financeiro, podem ser imorais, por não representarem o interesse público ou serem realizadas em um contexto em que a vontade popular aponta para outra direção.

( ) A moral administrativa corresponde àquele tipo de conduta que os administrados esperam da Administração Pública para a consecução de fins de interesse coletivo, segundo uma comunidade moral de valores, expressos através de standards, modelos ou pautas de conduta.

( ) A positivação da moralidade como princípio constitucional assegura ao intérprete mecanismo para obrigar juridicamente a Administração não apenas a seguir uma conduta legal, mas também ética, tendo em vista a ideia de que nem tudo que é formalmente legal é necessariamente ético.

( ) Segundo a teoria do órgão, os atos e provimentos administrativos são imputáveis ao agente que os pratica, e não ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual ele age.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses.
a) V, V, V, F.
b) F, V, F, F.
c) V, F, V, V.
d) F, F, V, V.
e) V, V, F, F.

514 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Os cargos públicos somente são acessíveis aos brasileiros que cumpram os requisitos legais, sendo vedada a investidura por estrangeiros.

Certo
Errado

515 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A administração Pública é formada pelos órgãos e pessoas jurídicas que prestam serviços públicos dirigindo-se ao bem da coletividade e a garantir o interesse público sobre o particular. Assim, nos termos do art. 37, da Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir e marque (V) para a(s) verdadeira(s) e (F) para a(s) falsa(s) e, após, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( )As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

( )Somente os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

( )É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

( )É garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.

( )Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

a) F - F - F - V - V.
b) V - V - V - F - F.
c) V - F - V - F - V.
d) F - F - V - F - V.
e) F - V - F - V - F.

516 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Suponha que a Câmara Municipal venha a criar um departamento dentro de sua estrutura, para promover boas práticas de saúde entre os seus servidores, e uma fundação, para realizar cursos de capacitação de seu quadro de pessoal. Tendo por base a situação hipotética, pode-se afirmar corretamente que

a) o primeiro caso é fruto do processo de descentralização administrativa, e o segundo, de desconcentração administrativa.
b) haverá relação de hierarquia entre a fundação e a Câmara Municipal.
c) a fundação, por possuir natureza jurídica de direito privado, poderá realizar contratações sem realizar prévia licitação pública.
d) a fundação não poderá participar de processos judiciais em nome próprio, dado que a própria Câmara Municipal não possui personalidade jurídica própria.
e) caso o Poder Executivo intervenha no funcionamento do departamento que trata da gestão de saúde, a Câmara Municipal poderá propor ação judicial visando defender as suas funções institucionais, mesmo não possuindo personalidade jurídica própria.

517 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, o prazo de validade do concurso público será de

a) dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
b) até um ano, não podendo o prazo ser prorrogado.
c) até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
d) até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
e) até quatro anos, não admitida a prorrogação de prazo.

518 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Suponha que Maria, agente pública vinculada à Câmara Municipal, utilizando o veículo funcional, tenha colidido com uma motocicleta de um cidadão, nas proximidades da repartição a que está vinculada. Considerando a situação hipotética e o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) em função de a colisão ter envolvido veículo pertencente ao Poder Público, este deverá se responsabilizar pelos danos causados, ainda que a responsabilidade pelo acidente seja imputada exclusivamente à cidadã.
b) a agente pública não arcará com os danos causados a cidadã, pela ocorrência da colisão, caso não tenha praticado o ato de forma intencional.
c) a Constituição Federal define que a pretensão do cidadão em face do Poder Público, em casos similares, é imprescritível, ou seja, a ação pode ser proposta contra o Município a qualquer tempo.
d) a responsabilidade do Município somente estará configurada caso se comprove que a agente pública agiu com dolo ou culpa.
e) o poder público será responsabilizado pelo dano que causou a cidadã, salvo comprovada a existência de qualquer causa que exclua o nexo de causalidade entre a conduta da agente pública e o dano.

519 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

À luz do que dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) Deve observar os princípios da legalidade, moralidade, publicação, individualidade e eficácia.
b) Estrangeiros também podem ter acesso a cargos, empregos e funções públicas, na forma da lei.
c) É vedada a contratação por tempo determinado, por violar a moralidade e o interesse público.
d) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, improrrogáveis.
e) Não há direito de greve no âmbito do serviço público, por prevalecer o interesse público.

520 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Para desempenhar corretamente as atividades no setor público, todo agente público deve estar atento às regras que compõem os cinco princípios da administração pública direta ou indireta. Essas regras estão presentes no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e constituem a base da gestão pública brasileira. Com base nesse assunto, é correto afirmar que o princípio da impessoalidade expõe a obrigatoriedade do agente público de
a) objetivar suas ações à finalidade pública.
b) fazer apenas aquilo que está previsto na lei.
c) seguir padrões éticos esperados pela comunidade em que atua.
d) tornar públicas as informações de interesse público.
e) cumprir com suas competências, agindo com presteza, perfeição, a buscando sempre o alcance do melhor resultado com o menor custo possível.

521 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988 sobre a Administração Pública e seus servidores, julgue o item.

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Certo
Errado

522 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988 sobre a Administração Pública e seus servidores, julgue o item.

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Certo
Errado

523 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o art. 37 da Constituição Federal da República, os cargos em comissão da administração pública devem ser preenchidos por
a) servidores de carreira, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
b) servidores temporários, contratados para atender necessidade de excepcional interesse público.
c) empregados públicos.
d) servidores de carreira que tenham sido aprovados no estágio probatório, de dois anos de duração.
e) servidores públicos nomeados pela autoridade máxima da administração pública.

524 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Ainda considerando a redação contida no artigo 37 da Constituição Federal da República, é correto afirmar que

a) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do serviço público é autorizada, em atenção ao princípio da igualdade.
b) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica.
c) o prazo de validade do concurso público será de até 2 anos, vedada a possibilidade de prorrogação.
d) os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em decorrência da autonomia e separação dos poderes.
e) os acréscimos pecuniários recebidos por servidor público poderão ser computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

525 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios previstos no Caput do Art. 37 da Constituição Federal/1988, com EXCEÇÃO do seguinte:
a) é garantido ao servidor público civil e ao militar o direito à livre associação sindical
b) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica
c) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período
d) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei

526 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Um servidor efetivo da Câmara Municipal de Cuiabá, contratado no cargo de técnico legislativo devidamente registrado no CRA, deseja, de acordo com a lei, acumular seu cargo atual com outro cargo público em que seja possível a compatibilidade de horário. De acordo com o Inciso XVI do Art. 37º da Constituição Federal/1988, é permitido acumular um cargo técnico com o seguinte cargo público:
a) um cargo de policial militar
b) um cargo de técnico em uma estatal
c) um cargo de professor
d) um cargo científico no Instituto Federal de Tecnologia

527 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O Art. 37 da CF trata dos princípios fundamentais da administração pública. Veja esse exemplo.

José, funcionário público do município de "Chãozinho do Alto", foi designado pela administração para dar publicidade e registrar os resultados de um concurso público por meio do Diário Oficial do seu município. Após a publicação, foi detectado pela chefia imediata que havia inconsistência entre as informações prestadas por José e a listagem final dos classificados no concurso, visto que dois candidatos mal classificados passaram a ser os primeiros na classificação que José forneceu para divulgação, e todos sabiam que se travam de amigos de José. Caso fosse provada conduta que comprometesse o dever de honestidade do funcionário, este estaria violando princípio constitucional do(da) :
a) Lealdade.
b) Moralidade.
c) Condicionamento.
d) Cooperação.
e) Publicidade.

528 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Um concurso público foi realizado no município Cacau do Norte, no ano de 2012, e nenhum candidato foi chamado, mesmo os que obtiveram classificação dentro do número de vagas. Após as eleições, no ano de 2013 o novo prefeito publicou novo Edital para um novo concurso para os mesmos cargos. Os candidatos classificados em 2010 ficaram indignados, mas João acalmou os colegas expondo que, de acordo com o Art. 37 da CF, os aprovados e classificados no concurso anterior seriam:

a) convidados a apresentarem currículos, sendo analisada a situação de cada um.
b) convocados com prioridade sobre novos concursados.
c) conduzidos à vaga em cargo e órgão da sua escolha.
d) encaminhados para receberem "auxílio emergencial" previsto na Lei Orgânica Municipal.
e) listados pela secretaria de administração municipal a fim de serem aproveitados pela secretaria de saúde.

529 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Trata-se do princípio de administração considerado o principal conceito para a configuração do regime jurídicoadministrativo; segundo ele, a administração pública só poderá ser exercida quando estiver em conformidade com a lei, significando que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

O texto acima refere-se ao seguinte princípio constitucional:
a) Legalidade.
b) Impessoalidade.
c) Moralidade.
d) Eficiência.
e) Publicidade.

530 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta, com base na Constituição Federal:
a) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sem exceções.
b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso de estrangeiros.
c) Apenas os servidores públicos sindicalizados têm direito à greve.
d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo

531 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, o instituto da disponibilidade remunerada
a) é aplicável a quaisquer servidores estatutários, seja qual for a natureza do provimento.
b) não afasta a aplicação das normas sobre acumulação remunerada e respectivas exceções.
c) impede a aposentadoria do servidor, que deve aguardar eventual aproveitamento para requerimento de passagem à inatividade.
d) é uma penalidade disciplinar, aplicável aos servidores que estejam em estágio probatório.
e) é inconstitucional, por caracterizar hipótese de enriquecimento sem causa.

532 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Consoante dispõe o art. 37 da Constituição Federal de 1988, cargos, empregos e funções públicas são acessíveis
a) somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros, na forma da lei.
b) aos brasileiros, independentemente de preencherem os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros, na forma da lei.
c) aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos brasileiros, na forma da lei.
d) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
e) aos brasileiros e estrangeiros, independentemente de preencherem os requisitos estabelecidos em lei.

533 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Observado o disposto no inciso XVI, art. 37, da Constituição Federal, e havendo compatibilidade de horários, é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo

a) um cargo técnico ou científico com outro de professor.
b) um cargo de técnico da saúde com outro de técnico administrativo.
c) dois cargos técnicos, desde que um seja em uma fundação pública.
d) dois cargos técnicos desde que em diferentes esferas governamentais.

534 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com os preceitos que regem a Administração Pública na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
a) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, cuja remuneração servirá de parâmetro ao servidor readaptado.
b) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
c) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados preferencialmente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
d) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, compulsoriamente, com proventos integrais, aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
e) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

535 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração Pública é regida pela Constituição Federal que, em seu artigo 37, caput, define os princípios constitucionais a serem obedecidos e aplicados na redação dos atos e comunicações oficiais. Dentre estes, marque o princípio que não se apresenta no rol do art. 37 da Constituição Federal.
a) Princípio da legalidade.
b) Princípio da moralidade.
c) Princípio da irretroatividade.
d) Princípio da eficiência.
e) Princípio da publicidade.

536 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Dora pretende realizar concurso para ingresso em determinado cargo que, no entanto, exige certo tempo de formada para assunção do cargo. Inconformada, requer a nulidade da cláusula editalícia por ofensa ao princípio constitucional do livre exercício de trabalho e profissão. Além do edital, o período de formatura está também previsto em lei. Consoante interpretação do Supremo Tribunal Federal, essa exigência é considerada:

a) desproporcional
b) razoável
c) tradicional
d) defensável

537 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Em determinado Estado da Federação, foi promulgada a Lei nº XX/2017, dispondo que a remuneração devida aos ocupantes do cargo de provimento efetivo A, vinculado ao Poder Executivo, seria reajustada pelo mesmo índice aplicado no reajuste da remuneração dos ocupantes do cargo B, vinculado ao Poder Judiciário.

A técnica de reajuste adotada na referida Lei é:

a) incorreta, pois é vedada a técnica de reajuste que vincula os cargos A e B;
b) correta, pois a técnica de remissão adotada pela lei é um modo de preservar a igualdade;
c) correta, desde que os cargos A e B tenham atribuições e requisitos de escolaridade semelhantes;
d) correta, desde que os cargos A e B estejam inseridos na estrutura do mesmo Estado da Federação;
e) incorreta, pois o reajuste da remuneração dos cargos A e B deveria ocorrer de modo simultâneo, não sequencial.

538 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A responsabilidade civil do Estado brasileiro pelos danos causados a terceiros encontra-se disciplinada no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

a) Segundo a teoria do risco integral, o ente público deve ser responsabilizado objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sendo, contudo, admitida a exclusão da responsabilidade em determinadas situações, tais como culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior, haja vista ser o Estado garantidor universal de seus subordinados

b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não depende da comprovação de elementos subjetivos ou da ilicitude do ato

c) A Constituição Federal de 1988 admite ação de regresso do Estado em face do agente público que, nessa qualidade, causar danos a terceiros, cujo direito ao ressarcimento será aferido por meio da responsabilidade objetiva do agressor

d) As empresas públicas e sociedades de economia mista, enquanto exploradoras de atividade econômica, estão submetidas aos ditames da responsabilidade objetiva prevista no artigo 37, parágrafo 6º, da CF/88, uma vez que gozam das prerrogativas e sujeições inerentes ao regime jurídico administrativo.

539 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Os princípios constitucionais e as normas gerais que norteiam a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios encontram-se dispostos de forma expressa no artigo 37 e seguintes da Constituição Federal de 1988. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

a) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

b) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público

c) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e instituída empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação

d) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei

540 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item quanto à Administração Pública.

A necessidade de concurso público, de provas ou provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público aplica-se para a administração pública direta e indireta.

Certo

Errado

541 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item quanto à Administração Pública.

Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Certo
Errado

542 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item quanto à Administração Pública.

Não existe previsão constitucional de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, uma vez que a referida medida violaria os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

Certo
Errado

543 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item quanto à Administração Pública.

É possível o agente público acumular mais de dois cargos ou empregos públicos, desde que um deles seja de professor em universidade, o outro de técnico em uma autarquia e o terceiro seja em uma empresa pública de sociedade de economia mista.

Certo
Errado

544 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item quanto à Administração Pública.

No exercício de mandato eletivo federal, o servidor público da administração direta ficará afastado de seu cargo, mas seu tempo de serviço será contato para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Certo
Errado

545 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Acerca das disposições constitucionais relativas à Administração Pública, julgue o item.

A investidura em emprego público, funções de confiança e cargos em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma prevista em lei.

Certo
Errado

546 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Acerca das disposições constitucionais relativas à Administração Pública, julgue o item.

Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, sendo vedada a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Certo
Errado

547 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Acerca das disposições constitucionais relativas à Administração Pública, julgue o item.

São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, os quais só podem ser exonerados em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Certo
Errado

548 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O Art. 37 da Constituição Federal Brasileira determina que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios, EXCETO:

a) legalidade.
b) impessoalidade.
c) moralidade.
d) subjetividade.
e) eficiência.

549 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A nossa Constituição (CFRB/88), em especial o seu art. 37, estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios:

a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
b) Liberdade de Expressão, de Moradia, de Ir e Vir, ao Pagamento.
c) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Paciência.
d) Legalidade, Pessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
e) Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência e Liberdade de Moradia.

550 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Para o ato praticado pela administração pública estar revestido de legalidade, deverá atentar-se para o que preveem os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988 – CFRB/88 –, sendo que a sua não-observância implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei. Diante dessa afirmação, assinale alternativa correta.

a) A investidura em cargo ou emprego público não depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
b) Apenas a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem nenhuma ressalva.
c) As nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração dependem da aprovação em concurso público.
d) A investidura em qualquer emprego depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
e) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

551 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte, EXCETO:

a) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia, a empresa pública, a sociedade de economia mista e a fundação.
b) É vedada a vinculação os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

552 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição do Estado de Roraima, em especial o seu Art. 19, estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos Estados, e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios:
a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
b) Liberdade de Expressão, de Moradia, de Ir e Vir, ao Pagamento.
c) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Paciência.
d) Legalidade, Pessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
e) Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência e Liberdade de Moradia.

553 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988 – Cap. VII - A administração pública direta e indireta de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) De acordo com a Constituição, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, e não se aplica aos estrangeiros que residem no País.
b) De acordo com a Constituição a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
c) De acordo com a Constituição, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
d) De Acordo com a Constituição, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

554 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é INCORRETO afirmar que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

a) Legalidade.
b) Impessoalidade.
c) Finalidade.
d) Moralidade.

555 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Os cinco princípios básicos da Administração Pública estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e condicionam o padrão que as organizações administrativas devem seguir. São eles:

a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
b) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficácia.
c) Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
d) Legalidade, Razoabilidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

556 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – A remuneração do pessoal.

II – O prazo de duração do contrato.

III – Os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes.

Assinale a alternativa que contém somente alternativas CORRETAS:

a) I e II, apenas.
b) I e III, apenas.
c) I, II e III.
d) II e III, apenas.

557 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas do trecho abaixo da Constituição Federal de 1988:

Durante o prazo previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

a) improrrogável – com
b) improrrogável – sem
c) prorrogável – com
d) prorrogável – sem

558 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Analise o trecho que se segue:

A razão de ser da Administração é toda externa. Tudo o que nela se passa, tudo que faz, tudo que possui, tem uma direção exterior. Ao se tratar de existência e eficácia, decerto que qualquer ato em Direito, para existir, tem de possuir uma forma, é dizer, deve exteriorizar-se de algum modo. Além disso, a externalização dos atos propicia conhecimento da conduta interna dos agentes públicos.

Tendo por referência o acima exposto, a qual dos princípios explícitos da Administração Pública, estes constantes do art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CRFB), o trecho se refere?

a) Publicidade.
b) Legalidade.
c) Eficiência.
d) Moralidade.

559 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos:

a) Bienalmente.
b) Anualmente.
c) Semestralmente.
d) Bimestralmente.

560 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o Art. 37 de Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá quais princípios?

a) Lealdade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
b) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
c) Lealdade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
d) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

561 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Durante a aula de Direito Constitucional da turma 5033B do 5º semestre do curso de Direito da Universidade XPTO, o professor Cláudio ensinou aos alunos que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. A aluna Marta levantou o braço e contradisse o professor, e afirmou que a Constituição Federal de 1988 prevê o que o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

a) Cláudio tem razão.
b) Ambos têm razão.
c) Ambos estão equivocados.
d) Marta tem razão.

562 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 prevê que os atos de improbidade administrativa importarão à suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e:

a) O ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
b) Penas de multa somente.
c) Penas de trabalho forçado.
d) Prisão pelo prazo mínimo de 15 (quinze) anos.

563 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O órgão competente na fiscalização do Estado constatou que - nas publicações das atividades realizadas pela administração pública -, constava na matéria: nome, símbolos e imagens, que caracterizavam promoção pessoal do gestor público. A esse respeito, segundo a Constituição Federal, houve um descumprimento do Princípio da

a) Moralidade.
b) Legalidade.
c) Impessoalidade.
d) Publicidade.
e) Eficiência.

564 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O agente público deve observar algumas regras para um bom desempenho da atividade no setor público. Essas regras constituem os princípios da Administração Pública, que estão presentes no Art. 37 da Constituição Federal de 1988. Assinale a alternativa que não corresponde a um princípio da Administração Pública:

a) PUBLICIDADE- Os atos praticados pela Administração Pública devem ser publicados oficialmente, para conhecimento e controle da população;
b) EFICIÊNCIA- Compreende-se "eficiência" por quando o agente cumpre com suas competências, agindo com presteza, perfeição, buscando sempre o melhor resultado e com o menor custo possível, no sentido econômico-jurídico;
c) IMPESSOALIDADE- O princípio da impessoalidade representa uma densificação possível dos princípios fundantes do ordenamento jurídico brasileiro que, muito mais do que um significado autônomo, tem como principal função a de servir de ponte entre os princípios estruturais e os deveres deles advindos;
d) PRINCIPIO DA FRAGMENTARIEDADE: O estado só protege os bens jurídicos mais importantes, assim intervém só nos casos de maior gravidade.

565 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O instituto da estabilidade no serviço público é conhecido há mais de um século no Brasil, e é fundamental para garantir que o servidor público possa desempenhar suas funções sem pressões políticas ou de grupos econômicos interessados em obter privilégios e favorecimentos. Assim, o servidor não poderá ser demitido simplesmente por se recusar a cumprir uma ordem ilegal de seu superior hierárquico, garantindo que possa agir sempre em consonância com o princípio da impessoalidade. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 prevê a obtenção da estabilidade pelo servidor concursado que completar:

a) um ano de efetivo exercício.
b) três anos de efetivo exercício.
c) quatro anos de efetivo exercício.
d) cinco anos de efetivo exercício.
e) dez anos de efetivo exercício.

566 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Para os concursos públicos a Carta Magna prevê o prazo de validade de:
a) até 1 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período.
b) até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.
c) 2 (dois) anos, sem direito a prorrogação.
d) 3 (três) anos, sem direito a prorrogação.
e) 6 (seis) anos, sem direito a prorrogação.

567 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional 19/1998 elencam cinco princípios da Administração Pública. A divulgação de obras realizadas por determinado órgão da administração direta municipal, associando-a diretamente com o agente público responsável por seu desenvolvimento, fere o seguinte princípio da administração pública:

a) impessoalidade.
b) moralidade.
c) publicidade.
d) exequibilidade.

568 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Assinale a alternativa que indica um dos princípios da administração pública que NÃO está expresso na Constituição Federal (CF/88).
a) Eficiência.
b) Segurança Jurídica.
c) Impessoalidade.
d) Publicidade.

569 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração Pública, dentre outros, é regida pelos princípios previstos no Art. 37 da Constituição Federal do Brasil de 1988. Sobre o princípio da Legalidade, julgue as assertivas abaixo e assinale a correta.
a) Este princípio rege a integral obediência à Lei, ou seja, a Administração está vinculada a Lei, se não houver previsão no ordenamento jurídico para a prática do ato, nada pode ser feito
b) Este princípio esta previsto no inciso IV do Art. 10º da Constituição Federal e prevê que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”
c) Este princípio existe para estabelecer os bons costumes como regra da Administração Pública, ao passo que a sua inobservância importa em um ato viciado (errado), pois o ato praticado é considerado ilegal, justamente por não ser moralmente aceitável

d) Compreende-se que quando o agente cumpre com suas competências, agindo com presteza, perfeição, buscando sempre o melhor resultado e com o menor custo possível, no sentido econômico-jurídico
e) Podemos considerar que o princípio da legalidade em conjunto com o setor privado e os princípios da Lei 8666/93, é uma verdadeira garantia constitucional. Exige desfecho satisfatório, em tempo razoável, em prol do interesse público e segurança jurídica

570 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

"Importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível." Segundo a lei, as penalidades podem ou não ser cumulativas".

O conceito refere-se ao princípio infraconstitucional da:

Assinale a alternativa CORRETA:
a) Razoabilidade.
b) Improbidade Administrativa.
c) Indisponibilidade ou Poder-dever.
d) Autotutela.
e) Segurança Jurídica.

571 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o art. 37, da Constituição Federal," A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte, entre outras:

Assinale a alternativa INCORRETA:
a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
c) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
d) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
e) É garantida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

572 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o Art. 37 do texto constitucional, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também, ao seguinte:
a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
b) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
d) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
e) é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários.

573 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O Artigo 37 da Constituição Federal prevê que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sobre o Princípio da Eficiência, é correto afirmar que:

a) compreende-se eficiência por quando o agente cumpre com suas competências, agindo com presteza, perfeição, buscando sempre o melhor resultado e com o menor custo possível, no sentido econômico- jurídico.

b) este princípio atinge, além do aspecto da divulgação dos atos, a possibilidade de conhecimento da conduta interna dos funcionários públicos.

c) o Princípio da Eficiência foi incluído no ordenamento jurídico brasileiro de forma expressa na Constituição Federal de 1934.

d) é uma das principais garantias de direitos individuais, remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite, ou seja, só pode ser exercido em conformidade com o que é apontado na lei.

e) com a inserção do Princípio da Eficiência na Constituição Federal, o cidadão passa a ter o direito de questionar a qualidade das obras contratadas por empresas prestadoras de serviços.

574 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o art.37 da Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa importarão a:

I. Suspensão dos direitos políticos.
II. A perda da função pública.
III. A indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Está(ão) CORRETA(S):

a) I e II.
b) III.
c) I e III.
d) II e III.
e) I, II e III.

575 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer ao seguinte:

a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todas as pessoas, independentemente de nacionalidade, desde que sejam aprovadas em concurso público de provas e títulos.

b) a investidura em cargo ou emprego público depende exclusivamente de aprovação prévia de autoridade competente, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

c) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável duas vezes, por igual período, sendo garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

d) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

576 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo o art. 37, inciso XVI da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

I. A de dois cargos de professor.
II. A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
III. A de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

IV. A de dois cargos da área de Ciências Humanas.

Estão CORRETAS:
a) I, II e III.
b) I, II, III e IV.
c) III e IV.
d) I, III e IV.
e) I, II, e IV.

577 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O Artigo 37 da Constituição Federal da República do Brasil de 1988 dispõe que a conduta dos agentes públicos da administração deve ser baseada em cinco princípios fundamentais, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Estes princípios e outras normas foram instituídos com o objetivo de nortear a ação dos agentes públicos de forma ética. A partir desta afirmação, analise as definições a seguir e selecione a alternativa que lhe confere ao princípio correspondente.

"Neste princípio, o Estado define o desempenho da função administrativa segundo uma ordem ética acordada com os valores sociais prevalentes e voltada à realização de seus fins [...]" (Rocha, 1994).

"Neste princípio, a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Violá-los implicará violação ao próprio Direito, configurando ilicitude que as sujeita a conduta viciada a invalidação, porquanto tal princípio assumiu foros de pauta jurídica" (Melo, 1992).

A partir destas definições, é possível afirmar que ambas estão se referindo ao princípio da:
a) Legalidade.
b) Moralidade.
c) Impessoalidade.
d) Eficiência.

578 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Assinale a alternativa que indica um dos princípios fundamentais da administração pública expressos na Constituição Federal (CF/88).
a) Eficiência.
b) Autotutela.
c) Indisponibilidade do bem público.
d) Supremacia do interesse público.

579 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Com base nos conhecimentos sobre Administração Pública, analise a situação hipotética a seguir e julgue os itens subsequentes: Maria é servidora pública municipal e intenciona candidatar-se a vereadora nas eleições do ano de 2020. Se for eleita e investida para exercer mandato de vereadora,

I. Maria deverá ser afastada do cargo, emprego ou função, não lhe sendo facultado optar pela sua remuneração para não haver prejuízo no cargo eletivo.

II. caso Maria seja segurada de regime próprio de previdência social, não poderá permanecer filiada a esse regime, no ente federativo de origem.

III. havendo compatibilidade de horários, Maria perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

É correto o que se afirma
a) apenas em I e II.
b) apenas em I e III.
c) apenas em III.
d) apenas em II.

580 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Está previsto no art. 37 da Constituição Federal do Brasil:
a) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
b) O direito de greve é extensivo a todos os servidores públicos, com exceção dos temporários e comissionados.
c) Fica fixado o percentual entre 10 e 15% de reserva dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência física.
d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável no máximo duas vezes, por igual período.

581 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Em observância ao artigo 37, da Constituição Federal de 1988, qual alternativa não corresponde a um princípio norteador da administração pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios?
a) Impessoalidade
b) Legalidade
c) Moralidade
d) Proveniência
e) Eficiência

582 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Com base na Constituição, são princípios da Administração os listados nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.
a) impessoalidade
b) publicidade
c) eficácia
d) legalidade
e) moralidade

583 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, os seguintes são princípios que regem a administração pública:

a) segurança, proteção à vida, liberdade.
b) licitação, concessão, permissão e autorização.
c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
d) devido processo legal, agente público e cargo comissionado.
e) anterioridade, garantismo e livre iniciativa.

584 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

À luz das normas constitucionais que regem a Administração pública,

a) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, desde que distintos dos utilizados durante a campanha eleitoral.

b) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, desde que comprovado dolo ou culpa.

c) o servidor público investido no mandato de Deputado Estadual, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

d) é permitida a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro cargo público técnico, quando houver compatibilidade de horários.

e) o prazo de validade do concurso público será de até 3 anos, prorrogável uma vez, por igual período.

585 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

É correto afirmar que a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos

a) independentemente de haver ou não compatibilidade de horário.

b) somente na hipótese de não existir a possibilidade de compatibilizar o horário.

c) prevendo como única exceção, quando houver compatibilidade de horário, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

d) prevendo como uma das hipóteses de exceção, quando houver compatibilidade de horário, a de dois cargos de professor.

e) prevendo como única exceção, quando houver compatibilidade de horário, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

586 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A respeito dos conceitos de Estado e de Administração Pública, julgue o item.

A função administrativa desempenhada por entidades e órgãos estatais é essencialmente mais caracterizada por seu conteúdo, a atividade em si, que pelo Poder ou ente de que provenha. Trata-se, pois, da dimensão objetiva do conceito de administração pública.

Certo
Errado

587 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A respeito dos conceitos de Estado e de Administração Pública, julgue o item.

Sob a ótica subjetiva, a Administração Pública se confunde com o Poder Executivo, embora acidental e excepcionalmente possa congregar órgãos dos demais Poderes.

Certo
Errado

588 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal, no art. 37, preceitua que a Administração Pública, tanto a direta como a indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados- Membros, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá a diversos princípios. Além dos princípios mais comuns, como da legalidade e publicidade, alguns outros foram adicionados nesse rol, como o princípio da finalidade, que está mais especificamente relacionado:

a) Ao fato de que todas as esferas do Poder Público devem estabelecer e buscar uma única e específica finalidade.
b) À questão da finalidade pública que deve ser instituída, obrigatoriamente, em cada mandado público.
c) À condição de que os serviços públicos devem de todas as formas, atender a sociedade e, portanto, não podem parar.
d) À imposição para com a Administração Pública de que seus atos somente devem ser voltados ao interesse público.
e) Ao objetivo público maior de exercer polícia em relação ao mérito e a legalidade nos atos administrativos.

589 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

"É aquele que embarga tratamento desigual entre os administradores. Por outro modo, significa que os critérios pessoais não podem ser tomados em conta para efeito de concessão de privilégios ou para discriminações. Cuida-se, em suma, de desdobramento do próprio princípio da igualdade, assegurando que o ato administrativo persiga interesse público e não pessoal".

O trecho textual acima refere-se ao princípio constitucional da:
a) Impessoalidade.
b) Moralidade.
c) Legalidade.
d) Isonomia.
e) Indiscriminação

590 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, as fundações têm sua criação autorizada por lei específica, e seu âmbito de atuação regulada por lei complementar. De acordo com a Constituição Federal, qual alternativa apresenta uma característica encontrada nas fundações?

a) Possuem personalidade jurídica de direito público.
b) Os seus patrimônios no são considerados públicos.
c) Pode incorrer a usucapião em relação ao seu patrimônio.
d) Suas regras são adversas a de uma autarquia.
e) Não respondem objetivamente pelos prejuízos causados pelos seus agentes.

591 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o princípio que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer (art. 37 CF), em função da afirmativa: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei", expressa taxativamente no art. 5º, II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: (Brasil, 1988).
a) Princípio da legalidade.
b) Princípio da impessoalidade.
c) Princípio da moralidade.
d) Princípio da publicidade.

592 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A escola Municipal X, dispondo de escassos recursos financeiros, solicitou, mediante procedimento administrativo próprio aberto junto à sua Municipalidade, que fosse realizada prestação de serviços de instalação e melhoria da sua ultrapassada fiação e cabeamento elétricos, com o escopo tanto de modernizar seu sistema de refrigeração mantido em salas de aula, como para uso de diversos equipamentos eletrônicos, tais como computadores etc.

Após dois anos, aproximadamente, a escola Municipal X ainda aguarda por uma resposta e por uma solução adequada para o aludido pleito que poderia ter sido atendido, haja vista que a Secretaria de Educação do Município X dispõe de dotação de verba orçamentária própria e de recursos financeiros para arcar com essa despesa pública. À luz do exposto, a Administração Pública Municipal, ao deixar de atender, em tempo hábil, o referido pedido não atendeu ao princípio constitucional da:

a) moralidade
b) legalidade
c) impessoalidade
d) publicidade
e) eficiência

593 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Tertius, servidor público municipal concursado desde 2012 em cargo de nível superior, ocupou por cerca de 6 (seis) meses um cargo comissionado, na qualidade de assessor do Secretário de Obras do Município Y, sem qualquer restrição prevista em lei. Todavia, logo após esse período de 6 (seis) meses, o servidor em pauta foi exonerado do cargo em comissão, com base nos procedimentos legais aplicáveis à espécie. Nesse caso, Tertius não se conformou com o ocorrido, pois alega o seu direito de permanência no mencionado cargo de provimento comissionado.

Isto posto, o inconformismo de Tertius:
a) tem amparo legal, pois adquiriu o direito à estabilidade, em virtude do exercício do cargo comissionado
b) tem amparo legal, pois adquiriu o direito à vitaliciedade, em virtude do exercício do cargo comissionado
c) tem amparo legal, pois ao acumular os dois cargos, adquiriu o direito a ser exonerado somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado
d) não tem amparo legal, visto que em nenhuma hipótese poderia ter ocupado o referido cargo comissionado
e) não tem amparo legal, visto que poderia ter sido dispensado ad nutum

594 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Tecius, na qualidade de policial militar do Estado X, com base na Lei nº Y, alega judicialmente, em face do Estado X, que o soldo pago pelo respectivo Estado é menor que o valor do salário mínimo, razão pela qual se questiona a inconstitucionalidade dessa Lei.

Após determinado período processual, houve decisão judicial na qual foi determinada a impossibilidade de se vincular o soldo VRB (Vencimento Básico de Referência) ao salário mínimo vigente na época, sendo certo que a referida Lei nº Y estabelece como soldo o valor mínimo de R$ 300,00. Essa mesma lei deixa claro que soldo e vencimentos são distintos, ou seja, a garantia do valor mínimo refere-se apenas ao soldo e não à remuneração global do funcionário. Também, em relação à situação posta em debate, o julgador se baseou na existência da Lei Complementar nº Z, que desvinculou quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo.

Nesse caso, à luz das normas constitucionais em vigor, a referida decisão judicial:
a) deve ser mantida, em razão de a lei estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público
b) deve ser mantida, em razão de ser vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
c) deve ser mantida, em razão de a investidura em cargo ou emprego público depender de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei
d) não deve ser mantida, em razão de ser possível a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
e) não deve ser mantida, em razão da não observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

595 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. No Brasil, é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
II. No Brasil, a Administração Pública deve sempre obedecer ao princípio da ineficiência.
III. A República Federativa do Brasil tem a cidadania como um dos seus fundamentos.

Marque a alternativa CORRETA:
a) Nenhuma afirmativa está correta.
b) Está correta a afirmativa I, apenas.
c) Estão corretas as afirmativas II e III, apenas.
d) Estão corretas as afirmativas I e III, apenas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

596 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. No Brasil, a Administração Pública não deve obedecer ao princípio da publicidade.
II. No Brasil, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
III. É vedado ao município instituir tributos sem que a lei o estabeleça.

Marque a alternativa CORRETA:
a) Nenhuma afirmativa está correta.
b) Está correta a afirmativa II, apenas.
c) Estão corretas as afirmativas I e II, apenas.
d) Estão corretas as afirmativas II e III, apenas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

597 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. A cidadania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

II. A administração de uma instituição tem o dever de apresentar e divulgar as demonstrações contábeis adequadas e esclarecedoras de acordo com a legislação vigente.

III. No Brasil, é inconstitucional a prática de herança.

Marque a alternativa CORRETA:
a) Nenhuma afirmativa está correta.
b) Está correta a afirmativa I, apenas.
c) Está correta a afirmativa II, apenas.
d) Estão corretas as afirmativas I e II, apenas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

598 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios, exceto para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

II. No Brasil, a Administração Pública não deve atender ao princípio da impessoalidade.

III. No Brasil, a soberania não é um fundamento da República Federativa do Brasil.

Marque a alternativa CORRETA:
a) Nenhuma afirmativa está correta.
b) Está correta a afirmativa I, apenas.
c) Está correta a afirmativa II, apenas.
d) Está correta a afirmativa III, apenas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

599 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Leia as afirmativas a seguir:

I. A auditoria fiscal e tributária compreende a análise da eficiência e eficácia dos procedimentos adotados para a apuração, controle e pagamentos dos tributos que incidem nas atividades da entidade.

II. No Brasil, ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

III. No Brasil, a Administração Pública deve obedecer aos princípios de ilegalidade.

Marque a alternativa CORRETA:
a) Nenhuma afirmativa está correta.
b) Está correta a afirmativa I, apenas.
c) Está correta a afirmativa II, apenas.
d) Estão corretas as afirmativas I e II, apenas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

600 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988, Art. 37, prevê a observância, por parte da Administração Pública, do Princípio da Impessoalidade. Analisando o seu contexto em harmonia com os demais princípios constitucionais, tem-se que esse Princípio:

a) Impõe ao administrador a prática de ato legalmente autorizado, ou seja, que tenha uma norma de direito expressando o objetivo do ato, de maneira impessoal, fomentando a vontade, o interesse público e a igualdade de direitos por meio dos procedimentos administrativos do ordenador.
b) Determina que, além de cumprir a lei, o administrador deve respeitar os princípios éticos de razoabilidade e de justiça em todo o exercício de sua função, os quais não podem ser confundidos com uma moral pura e simples. O princípio da Impessoalidade se refere à moral jurídica, entendida como um conjunto de normas e diretivas de condutas instituídas para a administração da entidade pública.
c) Visa garantir a efetiva qualidade na atividade e na prestação de serviços públicos, exigindo presteza, perfeição e rendimento funcional compatível com os objetivos pretendidos.
d) Estabelece que ao realizar serviços de auditoria sob os atos e fatos dos administradores públicos, o administrador deve defender e buscar os mandamentos legais e as exigências do bem comum.

e) É vinculado à divulgação oficial aos Municípios dos atos e dos fatos públicos de âmbito interno, marcando o início dos seus efeitos externos.

601 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal prevê, no seu art. 37 e incisos, as regras e princípios que devem ser observados pela Administração Pública em sua atuação. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso a cargo, emprego e função pública para estrangeiros

b) É autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da função que se exerça

c) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível

d) Após a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, a criação de autarquia, de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação, independente de lei

602 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A realização de concurso público para ingresso em cargo ou emprego público, conforme previsto na Constituição Federal Brasileira, é um exemplo de aplicação do seguinte princípio da Administração Pública:

a) Impessoalidade.
b) Autotutela.
c) Presunção de legitimidade.
d) Indisponibilidade do interesse público.

603 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No que se refere aos direitos individuais e à aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, julgue o item a seguir.

A ausência de assistência técnica de advogado durante processo administrativo disciplinar torna o processo nulo.

Certo
Errado

604 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A partir do que disciplina a Constituição Federal acerca da administração pública em seu capítulo VII, assinale a alternativa correta.

a) É permitida a acumulação de até três cargos públicos ou empregos privativos de profissionais de saúde, desde que comprovada a compatibilidade de horários.

b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos e naturalizados, vedado o acesso a estrangeiros.

c) Sendo idêntica a função, prestada na mesma unidade da federação, corresponderá igual remuneração, ao servidor público da administração direta, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 2 anos.

d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores.

e) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, suspensão do exercício da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

605 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 traz diversas disposições sobre a Administração Pública. Acerca desse assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Os princípios da eficiência, moralidade, publicidade, impessoalidade e legalidade deverão ser obedecidos por toda a Administração Pública direta e indireta.

( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

( ) O direito à livre associação sindical é garantido ao servidor público civil.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
a) V, V, F
b) F, V, F
c) V, F, V
d) F, F, V

606 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Um prefeito recém-eleito, com ampla experiência na área privada, mas com pouca experiência no setor público, propôs à sua equipe de Secretários e Assessores a criação de um serviço de atendimento ao cidadão, bairro a bairro, 24 horas por dia. Parte da equipe questionou os custos desse serviço, o retorno esperado, bem como a necessidade concreta da proposta apresentada pelo prefeito, dada a baixa demanda da população durante a madrugada. Para sustentar o argumento contrário à ideia, um dos assessores utilizou corretamente o princípio constitucional da Administração Pública descrito na seguinte alternativa:

a) Eficácia, na medida em que o horário imaginado de atendimento geraria ociosidade e, portanto, um custo desnecessário e um serviço com baixa demanda.
b) Eficiência, pois espera-se que a gestão pública seja simples, que preste seus serviços com excelência e pautada pelo custo-benefício.
c) Moralidade, por entender que o município tem outras demandas mais urgentes na saúde, na educação e mesmo na assistência social.
d) Legalidade, pois o prefeito levou em consideração as Leis vigentes no município, ou seja, a proposta apresenta respaldo legal para existir.
e) Impessoalidade, pois os cidadãos devem ser tratados de forma discriminatória, e o horário noturno, ou a madrugada, não estaria acessível à maioria dos moradores.

607 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Determinado servidor público da Administração direta estadual, ocupante de cargo efetivo, pretende candidatar-se a Vereador no próximo pleito local. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal de 1988, referido servidor:

a) deverá exonerar-se de seu cargo, até seis meses antes do pleito, podendo retomar o exercício, caso não seja eleito.
b) se eleito, ficará afastado de seu cargo durante o exercício do mandato eletivo, independentemente de haver compatibilidade de horários.
c) se eleito, será afastado de seu cargo durante o exercício do mandato eletivo, se não houver compatibilidade de horários, sendo-lhe vedado optar pela remuneração do cargo.
d) terá o tempo de serviço contado, para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por antiguidade ou merecimento, na hipótese de ser eleito para o mandato e afastado de seu cargo.
e) se eleito, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, durante o exercício do mandato, desde que haja compatibilidade de horários.

608 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, define de maneira expressa cinco princípios da Administração Pública os quais pautam a atuação dos agentes públicos. Assinale a alternativa que NÃO contempla um princípio expresso na Constituição Federal de 1998.

a) Legalidade.
b) Finalidade pública.
c) Publicidade.
d) Eficiência.
e) Moralidade.

609 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Apolo é funcionário público e praticou um ato de improbidade administrativa. Nessa hipótese, portanto, a Constituição Federal dispõe, expressamente, que, para esse ato específico, Apolo estará sujeito, dentre outras, às seguintes sanções:

a) proibição de contratar com o poder público e cassação dos direitos políticos.
b) pena de detenção e suspensão dos direitos políticos.
c) pena de reclusão e ressarcimento dos danos ao erário.
d) suspensão da função pública e dos direitos políticos.
e) suspensão dos direitos políticos e indisponibilidade dos seus bens.

610 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta a respeito do acesso às funções, cargos e empregos públicos.

a) As funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
b) Os empregos públicos não são acessíveis aos estrangeiros.
c) A investidura em função pública depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.
d) As funções de confiança e os cargos em comissão não se destinam às atribuições de assessoramento.
e) Os cargos públicos não são acessíveis aos estrangeiros.

611 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A respeito das disposições constitucionais relativas à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) Depende de concurso de provas e títulos a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
b) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo e político-partidário.
d) É vedada a participação do usuário na administração pública direta e indireta.
e) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

612 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

As assertivas abaixo referem-se ao Art. 37 da Constituição Federal de 1988. Analise-as e assinale a alternativa correta.

I. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

II. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

IV. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

a) Apenas I, II e IV estão corretas.
b) Apenas II, III e IV estão corretas.
c) Apenas II e IV estão corretas.
d) Apenas IV está correta.

613 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

João, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de engenheiro de radiação, desejava realizar um novo concurso público, de modo a vir a ocupar dois cargos de provimento efetivo, caso houvesse compatibilidade de horários.

À luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.
a) João não pode ocupar outro cargo de provimento efetivo.
b) João somente pode vir a ocupar um cargo de professor.
c) João somente pode vir a ocupar um cargo técnico.
d) João pode vir a ocupar um cargo de professor ou de técnico.
e) João pode vir a ocupar um cargo na área de saúde.

614 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Considerando as disposições da CF, assinale a opção correta, no que se refere à acumulação de cargos públicos.
a) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos na administração direta não admite exceções.
b) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.
c) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos abrange o exercício de cargo público privativo de médico concomitante com o exercício de medicina em clínica particular.
d) A acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor é permitida, desde que haja compatibilidade de horários.
e) Não se estende a sociedades controladas indiretamente pelo poder público a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.

615 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração Pública no Brasil orienta-se segundo a seguinte regra:
a) é vedada a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de serviço.
b) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
c) obediência aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
d) é vedada a greve de servidores públicos civis e militares.
e) os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

616 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Analise as afirmativas abaixo sobre o art. 37, da Constituição da República de 1988, que dispõe sobre a Administração Pública:

I. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

III. O direito à livre associação sindical organizada em caráter paramilitar é garantido ao servidor público civil.

IV. Os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo não possuem correlação entre si.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I e II.
b) II e IV.
c) I, II e III.
d) I, III e IV.

617 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a emenda constitucional nº19, é vedado o acúmulo de cargos públicos remunerados, exceto, quando houver compatibilidade de horários e que as remunerações não excedam o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. É permitido que uma mesma pessoa exerça:

I. Dois cargos de professor.
II. Um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
III. Dois cargos privativos de médico.

Assinale a alternativa que apresenta qual(is) item(ns) está(ão) CORRETO(S):
a) Nenhum está correto.
b) Apenas I e III estão corretos.
c) Apenas III está correto.
d) Apenas I e II estão corretos.
e) Todos estão corretos.

618 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

João, Prefeito Municipal, foi informado de que deveria realizar duas nomeações, a primeira para um cargo em comissão e a segunda para uma função de confiança.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

a) ambas as nomeações devem recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
b) a primeira nomeação deve sempre recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
c) a primeira nomeação pode e a segunda deve recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
d) apenas a segunda nomeação pode recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
e) nenhuma das nomeações deve recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo.

619 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, Título III, Capítulo VII – Da Administração Pública, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II. a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III. O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

IV. A lei não reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

V. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

a) Todas as assertivas estão incorretas.
b) Apenas duas assertivas estão incorretas.
c) Apenas três assertivas estão incorretas.
d) Apenas quatro assertivas estão incorretas.
e) Todas as assertivas estão corretas.

620 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 estabelece algumas diferenciações de tratamento entre o servidor titular de cargo efetivo e o servidor ocupante de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, sendo um aspecto em que ocorre esse tratamento diferenciado
a) a submissão ao teto remuneratório.
b) a possibilidade de exercício do direito de greve.
c) a irredutibilidade dos vencimentos.
d) a possibilidade de associação sindical.
e) o regime previdenciário.

621 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Prefeito de determinado município pretende dar cumprimento a item constante do programa de governo pelo qual se elegeu, relativo à descentralização na execução de determinados serviços de competência municipal, por meio da criação de uma autarquia. À luz da Constituição Federal de 1988,

a) o Prefeito poderá criar a autarquia, por ato próprio, independentemente de autorização legislativa.

b) a instituição da autarquia por ato do Prefeito deverá ser autorizada por lei, cabendo previamente à lei complementar definir a área de sua atuação.

c) o Prefeito poderá criar a autarquia por ato próprio, independentemente de autorização legislativa, desde que lei complementar defina a área de sua atuação.

d) o Prefeito não poderá criar a autarquia, nem ser autorizado por lei a tanto, pois Municípios não podem criar autarquias.

e) a autarquia somente poderá ser criada por lei específica.

622 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Em relação ao artigo 37 da Constituição Federal, atribua V para item verdadeiro e F para item falso:

I. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período. ( )

II. Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo e Poder Legislativo, conforme legislação específica. ( )

III. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. ( )

IV. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. ( )

Respondidos os itens a sequência CORRETA é:

a) F, V, V, V.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) V, V, F, F.

623 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No que tange à remuneração dos servidores públicos, a CF assegura

a) vinculação de espécies remuneratórias entre cargos semelhantes nos diferentes Poderes.
b) vencimentos superiores aos do Poder Executivo para cargos nos Poderes Judiciário e Legislativo.
c) irredutibilidade de subsídios e vencimentos, como regra geral, aos ocupantes de cargos e empregos públicos.
d) possibilidade de acumulação remunerada de cargos, como regra geral, desde que haja compatibilidade de horários.
e) precedência de pagamento aos servidores fiscais, dentro de suas áreas de competência e jurisdição.

624 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Conforme o que dispõe a Constituição Federal no Capítulo VII "Da Administração Pública" o concurso público terá validade:

a) De até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
b) De até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
c) De até dois anos, improrrogáveis.
d) De até um ano, improrrogáveis.

625 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, versa sobre os Princípios Básicos da Administração Pública. Em relação ao tema, analise os itens a seguir:

I. Segundo Hely Lopes Meirelles, o princípio da legalidade compreende a obrigação de cumprir com os preceitos da Lei e do Direito (Lei 9.784/99), ou seja, além da Lei, deve o administrador cumprir também com os princípios de direito.

II. Cumprir a lei na frieza de seu texto não basta. A administração deve ser orientada pelos princípios de Direito e Moral, para que, ao legal, se junte o honesto e o conveniente. Esse é o fundamento do Princípio da Moralidade.

III. O Princípio da Publicidade proíbe qualquer forma de promoção pessoal de agentes e autoridades em cima de feitos, obras ou serviços públicos. Não pode o nome da autoridade ser vinculado ao da Administração Pública como responsável pelos feitos e obras públicas.

IV. O Princípio da Eficiência exige que a Administração atue com presteza, perfeição e sempre tenha por objetivo o atingimento de resultados práticos (busca pelo interesse público). Também chamado de princípio da boa-administração. Aqui, a Administração não deve se contentar em exercer seus atos dentro da legalidade, mas buscando resultados positivos para o serviço público.

Analisados os itens expostos, é CORRETO afirmar que:

a) Apenas o item I está incorreto.
b) Apenas o item II está incorreto.
c) Apenas o item III está incorreto.
d) Apenas o item IV está incorreto.

626 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal/1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

a) independência, justiça, ética, moralidade e da publicidade;
b) eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e da independência;
c) publicidade, efetividade, ética, eficiência e da economicidade;
d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência;
e) justiça, independência, legalidade, ética, moralidade e da efetividade.

627 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Josuel, servidor público da administração autárquica federal, foi investido no mandato de Prefeito. Nesse caso, de acordo com as regras constitucionais, Josuel:

a) Não precisará ser afastado de seu cargo, uma vez que o cargo eletivo é da esfera municipal, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.
b) Será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
c) Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
d) Não havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
e) Será afastado do cargo, não lhe sendo facultado optar pela sua remuneração.

628 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No que concerne aos servidores públicos, julgue o item subsecutivo.

Funções de confiança e cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Certo
Errado

629 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No que concerne aos servidores públicos, julgue o item subsecutivo.

Conforme a Constituição Federal, critérios de antiguidade devem ser respeitados ao se fixarem padrões de vencimento do servidor público.

Certo
Errado

630 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No que concerne aos servidores públicos, julgue o item subsecutivo.

Servidor público investido em mandato de vice-prefeito exercerá as funções e perceberá as vantagens de ambos os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.

Certo
Errado

631 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal trata da proibição ao nepotismo no âmbito da União, Estados e Municípios. Assinale a alternativa que contém os principais tipos de nepotismo.
a) Nepotismo Vitalício e Nepotismo Cruzado.
b) Nepotismo Total e Nepotismo Vitalício.

c) Nepotismo Direto e Nepotismo Total.
d) Nepotismo Direto e Nepotismo Cruzado.

632 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O princípio da administração pública previsto no Art. 37 da Constituição Federal, que possibilita ao Estado controlar a legalidade dos agentes públicos, garantindo o direito ao acesso à informação de interesse particular ou coletivo, possibilitando também a transparência e caracterizando-se por instrumentos jurídicos específicos, como o direito de petição e as certidões, é o princípio da:

a) legalidade
b) moralidade
c) publicidade
d) impessoalidade

633 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal determina, em seu Art. 37, que a administração pública direta e a indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio que impõe ao administrador público preceitos éticos em sua conduta, e que além dos critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, deverá também distinguir o que é honesto do que é desonesto é o princípio da:

a) legalidade
b) legalidade
c) eficiência
d) moralidade

634 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O Prefeito Municipal João realizou inauguração de praça pública recém reformada, discursando para a população sobre os benefícios que os novos equipamentos de ginástica podem trazer no âmbito da saúde, bem-estar e lazer dos cidadãos.

De acordo com o texto constitucional, diante dos elementos informados, a conduta de João é:

a) lícita, eis que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social;
b) lícita, eis que na publicidade dos atos dos órgãos públicos podem constar nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal das autoridades públicas responsáveis;
c) ilícita, eis que houve flagrante abuso de poder político, com tentativa de obter vantagem eleitoral, subvertendo o princípio da supremacia do interesse público;
d) ilícita, eis que é vedada a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, a fim de preservar o princípio da impessoalidade;
e) ilícita, eis que houve promoção pessoal, com violação frontal aos princípios da impessoalidade e moralidade, pois a reforma da praça é simples ato de ofício.

635 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A acumulação remunerada de cargos públicos é, por regra, proibida. A Constituição da República contudo, de maneira excepcional, permite expressamente, entre outras hipóteses, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de

a) um cargo de jornada parcial com outro de assessoria especial.
b) dois cargos destinados a profissionais da segurança pública.
c) um cargo de policial com outro de serventuário da Justiça.
d) até três cargos de professor, desde que mantidos por entes federativos diversos.

e) dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

636 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedece aos seguintes princípios, garantias e diretrizes, segundo o texto constitucional vigente:

a) proporcionalidade, impessoalidade e a possibilidade de acumular funções e empregos públicos desde que em autarquias e fundações.
b) eficiência, razoabilidade e vencimentos do Poder Executivo, superiores aos pagos ao Poder Legislativo e Judiciário.
c) impessoalidade, publicidade e direito à livre associação sindical ao servidor público civil.
d) moralidade, eficiência e direito à greve exercida nos termos e nos limites trazidos pelo texto constitucional, independentemente de lei que o regule.
e) legalidade, proporcionalidade e equiparação de espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal que realiza o mesmo serviço público.

637 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo o que estabelece a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos que especifica, dentre os quais o de

a) um cargo de professor com outro técnico, independentemente de haver compatibilidade de horários.
b) dois cargos de professor com outro de confiança, independentemente de haver compatibilidade de horários.
c) cargos de professor, independentemente da quantidade, desde que haja compatibilidade de horários.
d) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horários.
e) um cargo de professor com outro científico, independentemente de haver compatibilidade de horários.

638 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

As normas constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público apresentam que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.
a) Durante o prazo que é prorrogável, o servidor aprovado em concurso público será convocado dentro dos limites estabelecidos em lei ordinária
b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por períodos diferenciados ao ano vigente
c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical
d) O direito de greve não pode ser exercido durante os três primeiros anos do servidor público em sua função

639 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Com base no art. 37 da Constituição Federal de 1988, assinale e a alternativa CORRETA.

a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical após concluir o estágio probatório.
b) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em regulamento geral.
c) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência, mas não definirá os critérios de sua admissão.
d) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público
e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

640 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Com base no art. 37 da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o disposto no inciso XI. Sobre a informação, assinale a alternativa INCORRETA:

a) É possível acumular dois cargos de professor.
b) É possível acumular um cargo de professor com outro técnico ou científico.
c) É possível acumular dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
d) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
e) A proibição de acumular estende-se a empregos e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo poder público.

641 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração Pública brasileira é regida por princípios constitucionais garantidos no art. 37, da Carta Magna de 1988. Considere as proposições abaixo relacionadas aos princípios da Administração Pública brasileira.

I - Em toda a atividade funcional, o administrador público está sujeito aos mandamentos da lei e não pode se afastar ou se desviar das condutas da moral e da ética, sob pena de praticar um ato inválido.

II - Considerando que toda atividade da Administração Pública deve ser praticada tendo em vista a finalidade pública, cabe ao administrador público praticar atos para os seus fins legais, devendo servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias.

III - Os atos administrativos dos poderes executivo, legislativo e judiciário devem ser disponibilizados para conhecimento público, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição ou Decretos específicos.

Assinale a alternativa CORRETA, cujas proposições correspondem respectivamente aos princípios:

a) Formalidade, Legalidade e Publicidade.
b) Legalidade, Formalidade e Publicidade.
c) Legalidade, Impessoalidade e Transparência.
d) Legalidade, Impessoalidade e Publicidade.
e) Formalidade, Impessoalidade e Transparência.

642 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A respeito da Administração Pública, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

a) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
b) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
d) A administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.
e) Não é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

643 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Acerca da distinção entre as denominadas funções de confiança e os cargos em comissão, ambos previstos no inciso V do Art. 37 de Nossa Carta Magna, assinale a alternativa CORRETA.

a) As primeiras são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei; e os segundos só podem ser exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo; destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

b) As primeiras só podem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo; e os segundos, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

c) As primeiras só podem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, desde que contratados a partir de 1998; e os segundos, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

d) As primeiras só podem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, desde que contratados a partir de 2003; e os segundos, a serem preenchidos por servidores da carreira da saúde nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

e) As primeiras só podem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, desde que acima de 55 anos; e os segundos, a serem preenchidos por servidores de carreira, acima de 40 anos, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

644 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Imagine a seguinte situação hipotética:

"O vereador Antônio Conselheiro preside a comissão de elaboração do concurso de provas e títulos para preenchimento de 10 vagas de Agente Administrativo na Câmara Municipal de Campina Grande. Ocorre que, de maneira privilegiada e ao arrepio da lei, repassa informações antecipadas – inclusive acerca de conteúdos que seriam cobrados nas provas - acerca do certame a uma de suas grandes amigas e ex-namorada".

Considerando-se os cinco princípios constitucionais que regem as condutas dos agentes públicos, de acordo com o Caput do Art. 37 de Nossa carta Magna, a atitude de Antônio Conselheiro fere majoritariamente os princípios da

a) Legalidade, Moralidade e Impessoalidade.
b) Moralidade, Eficiência e Impessoalidade.
c) Legalidade, Eficiência e Moralidade.
d) Publicidade, Impessoalidade e Eficiência.
e) Publicidade, Eficiência e Impessoalidade.

645 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Qual princípio da administração pública foi incluído na Constituição por meio da Emenda Constitucional nº 19/1998?

a) Publicidade
b) Transparência
c) Eficiência
d) Interesse público
e) Legalidade

646 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal trata da organização do Estado e da Administração Pública e apresenta, em seu caput, os princípios aos quais esta última deve obedecer; esses princípios estabelecem a base para uma ética no Serviço Público.

Considerando os princípios da Administração Pública, assinale a opção que NÃO corresponde a um deles.

a) publicidade dos atos administrativos
b) eficiência do serviço público
c) moralidade nas ações do servidor público
d) pessoalidade no trato da coisa pública

647 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no que tange aos Servidores Públicos, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I. a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II. os requisitos para a investidura;

III. as peculiaridades dos cargos.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente o item I está incorreto.
b) Somente os itens I e III estão corretos.
c) Somente o item III está incorreto.
d) Todos os itens estão corretos.

648 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios, EXCETO:

a) Legalidade.
b) Impessoalidade.
c) Eficácia.
d) Publicidade.

649 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Analise o trecho abaixo:

"É aquele que estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa. Além do mais, possui outro aspecto importante, a atuação dos agentes públicos é imputada ao Estado, portanto, as realizações não devem ser atribuídas à pessoa física do agente público, mas à pessoa jurídica estatal a que estiver ligado."

O trecho textual acima refere- se a qual princípio constitucional da administração Pública?

a) Moralidade.
b) Publicidade.
c) Legalidade.
d) Impessoalidade.

650 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Sobre o disposto na CF/88 acerca da Administração Pública, assinale a opção INCORRETA.

a) Lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
b) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de chefia
d) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

651 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Carol é servidora pública efetiva e exerce o cargo de Dentista na prefeitura de Santos/SP.

Posteriormente, a mesma passou em um concurso público para a prefeitura de Praia Grande/SP no cargo de Enfermeira. Supondo que haja compatibilidade de horários para que Carol exerça ambos os cargos, assinale a alternativa que disponha corretamente sobre acúmulo de cargos públicos levando em consideração a Constituição Federal vigente e os fatos expostos.

a) Carol deverá optar por um dos cargos públicos, independentemente que haja compatibilidade de horários.
b) Somente seria permitido o acúmulo de cargos se Carol tivesse passado no concurso para cargo de Dentista.
c) Carol poderá acumular os cargos e exercê-los normalmente.
d) Não é admitido o acúmulo de cargos públicos para este caso.

652 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Dentre os princípios que regem a administração pública, existem princípios consagrados, conhecidos como “princípios explícitos”. Tais princípios estão elencados no artigo 37 da Constituição Federal. Sendo assim, assinale qual das alternativas a seguir não está contida no respectivo dispositivo legal.

a) Eficiência.
b) Impessoalidade.
c) Legalidade.
d) Supremacia do Interesse Público.

653 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A questão deve ser resolvidas de acordo com o determinado pelo texto constitucional brasileiro.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte, exceto:

a) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
b) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
d) Os atos de improbidade administrativa não importarão a suspensão dos direitos políticos, mas a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

654 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

São princípios da Administração Pública expressamente previstos na Constituição:

a) harmonia e independência entre poderes, redução das desigualdades sociais, soberania, igualdade e fraternidade.
b) igualdade, liberdade, fraternidade, gratuidade e modicidade tarifária.
c) publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
d) combate à corrupção, publicidade, pessoalidade, moralidade e eficiência.
e) legalidade, pessoalidade, moralidade, eficácia e efetividade.

655 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Quais são os 5 (cinco) princípios fundamentais da Administração Pública, expressos na Constituição Federal?

a) legalidade, impessoalidade, proporcionalidade, ampla defesa e publicidade.
b) legalidade, proporcionalidade, moralidade, segurança jurídica e eficiência.
c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
d) legalidade, impessoalidade, publicidade, ampla defesa e moralidade.
e) legalidade, impessoalidade, eficiência, contraditório e ampla defesa.

656 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal Brasileira descreve cinco princípios para a administração pública. São eles:

a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficácia.
b) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Transparência.
c) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Honestidade.
d) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Efetividade.
e) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

657 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Um médico ortopedista, exercendo suas atividades em determinado município, com horário livre, resolveu realizar concurso para ocupar cargo no Estado. Após aprovação no certame, ele passa a exercer atividades nos dois órgãos, o municipal e o estadual, ocupando cargos de médico. Em determinado momento, o serviço de medicina do Estado passa por uma troca de chefia. Esse novo chefe exige que o ortopedista modifique os seus dias de plantão para melhor atender ao interesse público. Ocorre que os dias indicados coincidem com os realizados no município. O ortopedista, então, requer que seus dias de plantão sejam mantidos para poder exercer seu direito de acumulação de cargos.

Nos termos da Constituição Federal, a cumulação, quando prevista, é possível, desde que haja compatibilidade de

a) conhecimentos
b) horários
c) gerentes
d) locais

e) órgãos

658 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

CP é contador e exerce a função pública de auditor fiscal federal. No exercício regular das suas funções, atua na fiscalização de dados de receitas e despesas dos contribuintes de tributos federais.

Nos termos da Constituição Federal, poderá ocorrer a fiscalização de tais dados, integrada com a atuação de outros auditores fiscais, na forma da lei ou convênio, inclusive com o compartilhamento de

a) cadastros fiscais
b) fichas criminais
c) informações empresariais
d) segredos industriais
e) registros civis

659 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Os princípios constitucionais que regem a administração pública se aplicam

a) à União e aos tratados comerciais internacionais.
b) aos estados e à Organização das Nações Unidas.
c) à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
d) ao Mercosul.
e) ao Ministério Público estadual.

660 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Os cargos públicos são privativos de brasileiros, sendo vedados aos estrangeiros.
b) O direito à livre associação sindical é vedado ao servidor público civil.
c) A livre acumulação remunerada de cargos públicos é permitida.
d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
e) A publicidade dos atos da administração pública é condicionada à autorização do chefe do Poder Executivo.

661 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros. No que se refere aos princípios da Administração Pública no Brasil.

Ante o princípio da legalidade, o agente público, no exercício de suas funções, só pode fazer aquilo que a lei autorize ou determine, ou seja, só pode agir em conformidade com o que é apontado na lei.

Certo
Errado

662 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros. No que se refere aos princípios da Administração Pública no Brasil.

O princípio administrativo da impessoalidade liga-se à ideia de probidade e boa-fé, exigindo a observância de padrões éticos de probidade nos processos administrativos.

Certo
Errado

663 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros. No que se refere aos princípios da Administração Pública no Brasil.

A necessidade de publicação dos atos administrativos em órgão oficial decorre do princípio administrativo da publicidade, que também traduz a exigência de transparência da atuação administrativa.

Certo
Errado

664 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros. No que se refere aos princípios da Administração Pública no Brasil.

Impõe-se aos agentes da administração pública direta e indireta a persecução do bem comum, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos.

Certo
Errado

665 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros. No que se refere aos princípios da Administração Pública no Brasil.

A moralidade administrativa é um princípio implícito na Constituição Federal de 1988, o qual reveste o ato administrativo de legitimidade, sem que sua inobservância o possa revestir de nulidade.

Certo
Errado

666 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O princípio da impessoalidade guarda relação íntima com a finalidade administrativa no sentido de que o administrador pratique atos segundo o objetivo legal, não contaminando o fim almejado pela lei com suas preferências ou resistências pessoais e particulares.

Certo
Errado

667 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1988, julgue o item.

Os atos praticados pela Administração em vulneração ao princípio da moralidade configuram, por consequência, ato de improbidade.

Certo
Errado

668 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O princípio da publicidade cede, por exemplo, quando o próprio interesse público a que ele visa resguardar está mais bem protegido pelo sigilo.

Certo
Errado

669 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O princípio da eficiência, embora deva ser perseguido pelo administrador, convive com outros princípios explícitos e implícitos, não podendo se sobrepor ou sacrificar qualquer deles, em especial o da legalidade.

Certo
Errado

670 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O princípio da eficiência repercute sobre aspectos como a repartição de competências, exigindo a investidura do servidor nos poderes necessários à consecução de suas tarefas.

Certo
Errado

671 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a princípios, assim, assinale a alternativa correta:
a) Eficiência, publicidade, legalidade, impessoalidade e moralidade.
b) Eficiência, isonomia, legalidade, competitividade e moralidade.
c) Competitividade, isonomia, permissões, indisponibilidade do interesse público e vinculação ao instrumento convocatório.
d) Livre concorrência, igualdade entre os concorrentes, publicidade, isonomia e legalidade.

672 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o Artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios:
a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
b) Legalidade, pessoalidade, moralidade, sigilo e eficácia.
c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, ética e eficácia.
d) Ética, pessoalidade, moralidade, sigilo e eficiência.

673 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Em se tratando da administração pública, consoante o estabelecido na Constituição em seu art.37, é correto afirmar que:
a) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
b) o prazo de validade do concurso público será indeterminado.
c) NÃO será garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
d) a lei NÃO reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e NEM definirá os critérios de sua admissão.
e) o prazo de validade do concurso público será de até cinco anos, prorrogável uma vez, por igual período.

674 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal quanto à responsabilidade civil no âmbito da Administração pública e da prestação de serviços públicos,

a) somente as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes, em caráter objetivo.
b) os agentes públicos respondem objetivamente pelos danos que causarem no exercício de suas funções, independente de culpa ou dolo.
c) os entes que integram a Administração pública indireta respondem subjetivamente pelos danos causados por seus agentes em decorrência de atos comissivos ou omissivos.
d) quando se tratar da prática de ato comissivo doloso, o agente responsável responderá solidária e objetivamente com a pessoa jurídica a que estiver vinculado.
e) as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração pública indireta que sejam prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes.

675 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também, entre outros, ao seguinte:

I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

a) Os itens I e II estão corretos.
b) Somente o item I está correto.
c) Somente o item II está correto.
d) Os itens I e II estão incorretos

676 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo DI PIETRO, a Constituição de 1988 inovou ao fazer expressa menção a alguns princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta, são alguns deles:

I. Legalidade.

II. Pessoalidade.

III. Publicidade.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens II e III.
d) Todos os itens.

677 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

É permitido pela Constituição a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários, para as seguintes atividades e funções, EXCETO:

a) Dois cargos de professor.
b) Um cargo administrativo em uma instância de poder com outro cargo em outra instância diferente.
c) Um cargo de professor com outro cargo de técnico ou científico.
d) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

678 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração do Município de Guarulhos criou um novo programa de requerimentos digitais, visando a redução de gastos e uma resposta mais rápida aos administrados. Também houve determinação expressa no sentido de que a análise

dos requerimentos deve ser pautada pela observância da legislação, não devendo ser guiada por simpatias ou animosidades pessoais. A conduta da Administração Pública, no caso narrado, atende aos seguintes princípios presentes na Constituição Federal de 1988:

a) eficiência, legalidade e impessoalidade.
b) publicidade, moralidade e improbidade.
c) eficiência, sigilo e pessoalidade.
d) agilidade, pessoalidade e moralidade.
e) legalidade, pessoalidade e transparência.

679 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal de 1988 (em seu art. 37, inciso XVI), a acumulação remunerada de cargos públicos:
a) Não é possível a acumulação remunerada de mais de um cargo público.
b) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de professor e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
c) É possível a acumulação remunerada de qualquer cargo público.
d) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
e) Em qualquer hipótese de acumulação remunerada de cargos públicos, conforme vedação constitucional expressa, a soma da carga horária de ambos os cargos não pode ultrapassar 60 horas semanais.

680 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um limite remuneratório para os servidores públicos, popularmente conhecido como "teto" remuneratório. A respeito do assunto, conforme o texto constitucional, assinale a alternativa correta:
a) Nos Estados e no Distrito Federal, o limite remuneratório do Poder Executivo e do Poder Legislativo é o subsídio mensal do Governador, e o limite remuneratório do Poder Judiciário é o subsídio mensal dos Desembargadores.
b) Para a União, o limite remuneratório dos três poderes é distinto, sendo, para o Poder Executivo, o subsídio do Presidente da República, para o Poder Legislativo, o subsídio dos Senadores e, para o Poder Judiciário, o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
c) Nos Municípios, o limite remuneratório é o subsídio do Prefeito.
d) Segundo a Constituição Federal de 1988, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite remuneratório único o subsídio mensal do Governador.
e) Considerando a sua autonomia e independência funcional, os membros do Ministério Público, os Procuradores e os Defensores Públicos não estão sujeitos a limite remuneratório.

681 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O concurso público é um instrumento de recrutamento de pessoas pela Administração Pública, que presta justa homenagem aos princípios da impessoalidade e eficiência. Sobre o tema, considerando os dispositivos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:
a) O prazo de validade do concurso público será, sempre, de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
b) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
c) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, todavia, a investidura em empregos públicos não se submete à prévia aprovação em concurso, sendo necessário apenas que a contratação se dê conforme as práticas ordinárias de mercado.
d) As nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração são exceções ao recrutamento por concurso público, sendo que referidos cargos em comissão podem ser criados para qualquer tipo de atribuição.
e) É possível a concessão de funções de confiança para servidores ocupantes de cargo efetivo e de cargo em comissão.

682 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Assinale a alternativa que apresente os princípios gerais da Administração Pública e seu respectivo artigo na Constituição Federal:

a) Liberdade, Isonomia, Meritocracia, Pessoal idade e Economicidade - Artigo 37 da Constituição Federal.
b) Legalidade. Impessoalidade, Moralidade. Publicidade e Eficiência - Artigo 34 da Constituição Federal.
c) Legalidade. Impessoalidade, Moralidade. 'publicidade e Eficiência - Artigo 37 da Constituição Federal.
d) Liberdade. Isonomia, Meritocracia, Pessoal idade e Economicidade - Artigo 34 da Constituição Federal.

683 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

O prazo de validade do concurso público será de até _____ ano(s), prorrogável uma vez, por igual período.

a) um
b) dois
c) três
d) quatro

684 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Após a Emenda Constitucional nº19 de 1998, a eficiência tornou-se princípio constitucional da administração pública. Quando se fala em princípio da eficiência, a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, para obtenção de resultados positivos para o serviço público e atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. Sobre a forma como se traduz o princípio da eficiência nas ações administrativas, analise os itens abaixo e identifique os corretos:

I- Rapidez e urbanidade.

II- Segurança e transparência.

III- Neutralidade e sem burocracia.

IV- Centralidade na gestão administrativa.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
c) Apenas os itens I e II estão corretos.
d) Apenas os itens I e III estão corretos.
e) Apenas os itens III e IV estão corretos.

685 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 é o marco do denominado Estado Democrático de Direito. Ela prevê mecanismos de direitos de participação popular. A Constituição, por si só, não muda a vida das pessoas, nem soluciona os problemas do País, mas oferece sustentação legal aos atos dos cidadãos, representando a vontade popular. A denominada democratização da administração pode manifestar-se na:

I- Substituição das estruturas hierárquicas autoritárias por formas de deliberação colegiada.

II- Introdução do voto na seleção das pessoas a quem foram confiados cargos de direção individual.

III- Participação paritária de todos os elementos que exercem a sua atividade em determinados setores da Administração.

IV- Transparência ou publicidade do processo administrativo.

Assinale a alternativa correta:
a) Todas as afirmativas estão corretas.
b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
d) Apenas a afirmativa III está correta.
e) Apenas a afirmativa II está correta.

686 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Considerando o estabelecido na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa INCORRETA:
a) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará as peculiaridades dos cargos.
b) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
c) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
d) O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença proferida em primeiro grau.
e) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

687 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Segundo o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios:
a) Legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade e interesse privado.
b) Legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade e ineficiência.
c) Legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
d) Menor preço, publicidade, verdade real, moralidade e eficiência.
e) Legalidade, publicidade, verdade real, moralidade e eficiência.

688 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A administração pública está vinculada aos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 que condicionam o padrão que as organizações administrativas devem atender. Assim, o direito fundamental de acesso à informação deve ser executado em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo sem exceção.

II - Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

III - Utilização de qualquer meio de comunicação viabilizado pela tecnologia da informação.

IV - Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

V - Desenvolvimento do controle social da administração pública.

Está(ão) correta(s), apenas:
a) II, IV e V.
b) I, II, III, IV.
c) I, II, III, IV e V.
d) III, IV e V.
e) II e III.

689 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Atendendo-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, quanto ao servidor público, ao seguinte:

I - Vedação à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal.

II – Vedação à acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários.

III - Subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis.

IV –Garantia ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

V – Direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Está(ão) correta(s), apenas:
a) I, II e IV.
b) II, III, IV e V.
c) I, IV e V.
d) I, III e V.
e) II e III.

690 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Trata-se de princípio da Administração Pública que foi incorporado expressamente à Constituição Federal de 1988, através da Emenda Constitucional nº 19/98, exigindo que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, buscando resultados práticos de produtividade. O enunciado acima se relaciona ao seguinte princípio da Administração Pública:
a) princípio da publicidade.
b) princípio da moralidade.
c) princípio da eficiência.
d) princípio da isonomia.
e) princípio da presunção de legitimidade.

691 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a alguns princípios básicos. A divulgação dos gastos governamentais pela internet é um exemplo da prática do princípio denominado na Constituição Federal como:
a) Eficiência.
b) Publicidade.
c) Moralidade.
d) Impessoalidade.
e) Transparência.

692 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Na Constituição vigente, no capítulo destinado à Administração Pública, estão estabelecidos os princípios a serem observados por todas as pessoas administrativas de qualquer dos entes federativos. Sendo assim, estes princípios constitucionais são denominados “princípios expressos”. Além dos princípios expressos, a Administração Pública ainda deve se orientar por outras diretrizes e que por isso são da mesma relevância que aqueles, que são denominados “princípios reconhecidos”. São “princípios reconhecidos”, os abaixo relacionados, EXCETO:
a) autotutela.
b) indisponibilidade.
c) precaução.
d) eficiência.
e) supremacia do interesse público.

693 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A Administração Pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. De acordo com os estudos sobre a Constituição Federal, marque a opção CORRETA:
a) De acordo com a Constituição, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável por igual período;

b) A Constituição proibi o servidor público civil se associar ao sindicato de sua categoria;
c) No serviço público a função de confiança é exercida por servidores de carreira;
d) Os cargos em comissão serão exercidos por ocupantes de cargos efetivos.

694 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal 1988, assinale a alternativa CORRETA:
a) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
b) Será reservado até 20%(vinte por cento) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
d) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
e) É vedado aos estrangeiros o acesso a cargos, empregos e funções públicas.

695 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Conforme o artigo 37 da Constituição Federal (alterado pela EC n° 19/1998), a Administração Pública, direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Munícipios, obedecerá a princípios que a regem. Acerca desses princípios, assinale a alternativa correta.

a) O Princípio da Legalidade significa que o administrador público está sujeito aos mandamentos da lei, sob pena de praticar ato inválido e expor-se, conforme o caso, a responsabilidades disciplinar e criminal, porém não gerando punições na esfera cível.
b) O Princípio da Impessoalidade compreende a aplicação do dever de atuação ética, aplicação da lei visando à efetivação dos valores nelas consagrados e respeitando aos costumes administrativos.
c) O Princípio da Moralidade deve ser entendido como exclusão da promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas.
d) No Princípio da Publicidade, admite-se o sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior da Administração a ser preservado em processo previamente declarado sigiloso.
e) O Princípio da Eficiência tem lugar num contexto de uma relação meio-fim e estabelece limitações ou condicionamentos ao exercício de direitos e ou atividades individuais e impõe obrigações.

696 - Tema: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Os artigos 37, caput, e 5º, caput, da Constituição Federal de 1988, preveem que a atividade administrativa deve tratar a todos com igualdade, sem distinção de tratamento privilegiado a qualquer cidadão. Assinale a alternativa em que consta o princípio da Administração Pública que se enquadra nessa previsão.
a) Publicidade.
b) Eficiência.
c) Impessoalidade.
d) Legalidade.
e) Moralidade.

Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988) – 697

697 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Após regular processo administrativo disciplinar, João foi demitido do serviço público. Em razão da vacância do cargo, Maria, servidora estável, foi regularmente promovida e passou a ocupá-lo. Pouco tempo depois, a demissão de João foi anulada por decisão judicial transitada em julgado. Acresça-se que o cargo anterior de Maria estava ocupado e não havia outro cargo vago.

À luz dessa narrativa, João deve ser:
a) posto em disponibilidade e Maria deve permanecer no cargo;
b) reintegrado e Maria, posta em disponibilidade;
c) posto em disponibilidade e Maria, demitida;
d) reintegrado e Maria, indenizada;
e) reintegrado e Maria, demitida.

698 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo o art. 41, § 1º, da Constituição Federal, o servidor público estatutário estável só perderá o cargo em quatro hipóteses. Entretanto, no que se refere aos cargos públicos vitalícios, adquirida a vitaliciedade, há somente uma hipótese para a sua perda, que é
a) por sentença judicial transitada em julgado.
b) por processo administrativo disciplinar.
c) por avaliação periódica de desempenho.
d) por a redução de despesas com pessoal.

699 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Analise a seguinte situação hipotética: Márcio é servidor público efetivo da administração direta do Estado do Rio Grande do Norte, ocupando o cargo de contador. Caso Márcio venha a ser eleito Prefeito do município de Natal, ele
a) será afastado do cargo de contador, sendolhe facultado optar pela sua remuneração.
b) será afastado do cargo de contador, sendolhe proibido optar pela sua remuneração.
c) será exonerado do cargo de contador.
d) será demitido do cargo de contador.
e) perceberá as vantagens do cargo de contador, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.

700 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Referente à Organização do Estado, assinale a alternativa correta.
a) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Justiça dos Estados.
b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
d) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de culpa.
e) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será aposentado, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até sua adequada reintegração em outro cargo.

701 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

No tocante ao direito de greve conferido aos trabalhadores e aos servidores públicos pela Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva INCORRETA.

a) Compete aos dirigentes sindicais decidir sobre a oportunidade de exercer o direito de greve e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
b) O direito de greve é uma garantia constitucional a ser exercida coletivamente pelos titulares do direito.
c) A legislação reguladora da greve define os serviços e atividades essenciais e dispõe sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
d) Os abusos cometidos por grevistas sujeitam os responsáveis às penalidades legais.
e) É assegurado o direito de greve ao servidor público, a ser exercido com observância dos limites legais.

702 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

No tocante ao direito de greve conferido aos trabalhadores e aos servidores públicos pela Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva INCORRETA.

a) É assegurado o direito de greve ao servidor público, a ser exercido com observância dos limites legais.
b) Compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercer o direito de greve e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
c) A legislação reguladora da greve define os serviços e atividades essenciais e dispõe sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
d) Os abusos cometidos por grevistas sujeitam os responsáveis às penalidades legais.
e) O direito de greve é uma garantia constitucional a ser exercida de forma individual ou coletiva pelo titular do direito.

703 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, julgue o item no que se refere à Administração Pública.

A aposentadoria de servidor público por invalidez dar-se-á, invariavelmente, com proventos integrais.

Certo
Errado

704 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, julgue o item no que se refere à Administração Pública.

A aposentadoria compulsória de servidor público, cuja idade-limite não admite variação a bem da isonomia, dar-se-á com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Certo
Errado

705 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, julgue o item no que se refere à Administração Pública.

A aposentadoria voluntária de servidor público exige tempo mínimo de serviço público e tempo mínimo no cargo da aposentação, sem variação de idade a partir do gênero.

Certo
Errado

706 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, julgue o item no que se refere à Administração Pública.

Determinados cargos públicos observam, para fins de aposentadoria, tempo mínimo diferenciado, em razão da atividade desempenhada.

Certo
Errado

707 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

João é servidor da Câmara Municipal e recebe, em seu contracheque, adicional por tempo de serviço. Ele propõe que a remuneração dos servidores seja, por força de lei, majorada sempre que aumentada a remuneração dos vereadores, bem como que o valor do adicional seja utilizado como base para o aumento de outras gratificações posteriormente concedidas. Tendo por base a situação hipotética e o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) somente a utilização da gratificação como base para aumentos posteriores é válida, pois visa preservar a remuneração do servidor.
b) a vinculação do aumento dos servidores ao aumento dos vereadores é válida, pois ambas as carreiras integram o Poder Legislativo.
c) embora os pedidos não possam ser atendidos, a remuneração do servidor poderá ser superior à remuneração percebida por agente que exerce funções similares, no Poder Executivo.
d) os pedidos não podem ser acolhidos, por contrariarem a Constituição Federal.
e) caso os pedidos não sejam atendidos, os servidores não poderão iniciar greve, pois o direito não se encontra regulamentado pela legislação.

708 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Consoante o estabelecido no art. 39, §3º, da Constituição Federal de 1988, aplicam-se aos servidores públicos alguns dos direitos fixados aos trabalhadores em geral, EXCETO:

a) Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
b) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
c) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
d) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
e) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

709 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988 sobre a Administração Pública e seus servidores, julgue o item.

O servidor público da administração direta que venha a exercer mandato eletivo poderá optar por se afastar de seu cargo, emprego ou função, situação na qual será suspensa a contagem de seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.

Certo
Errado

710 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988 sobre a Administração Pública e seus servidores, julgue o item.

Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público tornam-se estáveis após três anos de efetivo exercício, sendo obrigatória a avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, como condição para a aquisição da estabilidade.

Certo
Errado

711 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988 sobre a Administração Pública e seus servidores, julgue o item.

O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Certo
Errado

712 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Pilat é professor vinculado ao município ZZ e realiza concurso para o município TT. Após aprovação, dirige-se ao setor de recursos humanos para tomar posse, onde o responsável exige comprovante de exoneração do órgão anterior. Nos termos da Constituição Federal, quando houver compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de dois cargos de:

a) advogado
b) promotor
c) professor
d) policial

713 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com o art. 41 da Constituição Federal, são estáveis após três anos de exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo

a) condição para a aquisição da estabilidade a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
b) vedada a invalidação da demissão de servidor estável por sentença judicial, pois não pode o Poder Judiciário intervir em ato da administração pública.
c) que em caso de extinção do cargo, o servidor estável será demitido.
d) inadmissível que o servidor conteste o resultado da avaliação periódica de desempenho.
e) o processo administrativo meio inviável para proceder a demissão de servidor público estável.

714 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

No tocante aos direitos e às garantias do servidor público, previstos na norma constitucional, é correto afirmar que
a) é vedada a realização de greve pelos servidores públicos, em decorrência da essencialidade e obrigatoriedade de continuidade dos serviços da administração.
b) as parcelas de caráter indenizatório, previstas em lei ou decreto, serão computadas para efeito do teto remuneratório.
c) a vedação à acumulação de cargos públicos não autoriza nenhuma exceção.
d) os cargos públicos são acessíveis, mediante concurso público, somente aos brasileiros natos.
e) é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical.

715 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Nos moldes da Constituição Federal, o servidor público titular de cargo efetivo, que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, poderá, atendidas as demais exigências, ser readaptado,
a) para exercício de novo cargo compatível com a sua limitação, devendo receber pelo menos 70% (setenta por cento) da remuneração do cargo de origem.
b) para exercício do mesmo cargo, com os necessários ajustes à sua limitação, garantida a mesma remuneração do cargo.
c) para exercício de novo cargo compatível com a sua limitação, podendo o servidor optar entre a remuneração do cargo de origem e a do cargo de destino.
d) para exercício de novo cargo compatível com a sua limitação, mantida a remuneração do cargo de origem.

e) para exercício de novo cargo compatível com a sua limitação, devendo receber a remuneração do cargo de destino.

716 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

No tocante às disposições constitucionais, que tratam do tema dos servidores públicos, é correto afirmar que
a) o tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal e o tempo de serviço público correspondente serão contados para fins de disponibilidade e aposentadoria do servidor.
b) aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores.
c) por motivos de segurança, é expressamente vedado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário divulgar ou publicar os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos dos seus respectivos servidores.
d) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, que poderá ser acrescido de gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação.
e) é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

717 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com o Art. 39 da Constituição Federal/1988, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público, conforme o disposto no Art. 7º da Carta Magna:
a) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário
b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho
c) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo
d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei

718 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Considerando-se a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

ser estabelecidos, por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes físicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes, a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
a) Poderão | vedada
b) Não poderão | facultada
c) Poderão | facultada
d) Não poderão | vedada

719 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Considerando as estipulações da Constituição Federal de 1988 acerca dos servidores públicos, é INCORRETO afirmar que:
a) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
b) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
c) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
d) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
e) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.

720 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

No que se refere à administração pública e às normas constitucionais que regem os servidores públicos, julgue os itens seguintes.

I. A CF prevê possibilidade de acesso a cargos, funções e empregos públicos por estrangeiro, desde que haja regulamentação.

II. A proibição de acumular cargo, emprego ou função públicos não atinge os empregados de sociedades de economia mista.

III. A servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração aplica-se o mesmo regime de previdência dos cargos efetivos.

IV. As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.
b) I e IV.
c) II e III.
d) I, III e IV.
e) II, III e IV.

721 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Os servidores públicos podem ser titulares de cargo efetivo ou ocupantes de cargos comissionados, a depender do modo de ingresso na Administração Pública. Nos termos da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

( ) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e depensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

( ) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por invalidez, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações anuais para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

( ) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado no âmbito da União, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

( ) É vedada a incorporação de vantagens de caráter permanente ou desvinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
a) V, F, F, V
b) V, F, F, F
c) F, F, V, F
d) F, V, F, V

722 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Recentes modificações alteraram a idade e as regras para a aposentadoria do servidor abrangido por regime próprio de previdência social. Assim, no âmbito da União, a idade mínima para aposentadoria será de 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem. No âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a idade mínima estabelecida será:

a) Suplementada pela Constituição Federal, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
b) Complementada pela Constituição Federal, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
c) Mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
d) Mediante emenda às respectivas Constituições Estaduais ou Distritais, que também definirão as regras dos municípios, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

723 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Supondo-se que determinado servidor efetivo de uma autarquia municipal, sendo esta especializada na execução de serviços de controle e coordenação do trânsito, por sua influência na cidade, torna-se Prefeito. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal (CRFB), investido no mandato de Prefeito, o servidor será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe:

a) Obrigatório cumular a remuneração ambos os cargos.
b) Facultado optar pela sua remuneração.
c) Obrigatório optar pela remuneração mais alta.
d) Obrigatório optar pela remuneração mais baixa.

724 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Conforme o que dispõe a Constituição Federal de 1988, sobre os servidores públicos, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, EXCETO.

a) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
b) Os requisitos para a investidura.
c) Carga horária.
d) As peculiaridades dos cargos.

725 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

O Servidor Público Federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo, até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, poderá aposentar-se, voluntariamente, quando preencher, cumulativamente, alguns requisitos, sendo um deles ter:

a) 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem.
b) 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem.
c) 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem.
d) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

726 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Com observância ao disposto pela Constituição Federal de 1988, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, serão aplicadas as seguintes disposições, EXCETO:

a) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

b) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

c) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

d) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

727 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Eduardo foi nomeado no cargo efetivo de assistente legislativo, mediante aprovação em concurso público e entrou em exercício em 01/09/2020. De acordo com o art. 41 da Constituição Federal e considerando o efetivo exercício no cargo, Eduardo estará na condição de estável após

a) 1 (um) ano.
b) 2 (dois) anos.
c) 3 (três) anos.
d) 4 (quatro) anos.
e) 5 (cinco) anos.

728 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:

a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

b) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

c) não é proibido a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que observadas às regras previstas na Constituição Federal e demais normas relacionadas;

d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

729 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada acumulação remunerada de cargos públicos. Somente poderão ser acumulados:

a) Um cargo de professor com outro técnico científico;
b) Um cargo de médico com outro de professor;
c) Um cargo de médico com outro técnico científico;
d) Dois cargos administrativos.

730 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Prevê a Constituição Federal no Art. 41, que são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Assinale a alternativa que corresponde a uma das situações em que o servidor público estável perderá o cargo.

a) Por avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade
b) Na estruturação do órgão ou entidade gestora do regime
c) Na extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social
d) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho não assegurada ampla defesa
e) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado

731 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com o art. 39, parágrafo 1º da Constituição Federal, "fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, "A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará":

I. A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

II. Os requisitos para a investidura.

III. As peculiaridades dos cargos.

IV. A remuneração do pessoal.

Estão CORRETAS:
a) I, II, III.
b) I, II, IV.
c) II, III, IV.
d) I, III.
e) I, II, III, IV.

732 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Com base na Constituição da República, em seu artigo 41, analise as hipóteses em que o servidor estável perderá o cargo.

I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Assinale
a) se todos os itens estiverem corretos.
b) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
c) se nenhum item estiver correto.
d) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
e) se apenas os itens II e III estiverem corretos.

733 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Uma autarquia titular de determinado serviço público tem seu quadro de servidores composto por empregados públicos. A contratação e a demissão desses servidores, em comparação com os funcionários públicos estatutários,

a) são semelhantes, porque a contratação depende de concurso público e a demissão de processo administrativo disciplinar, considerando a estabilidade que rege o vínculo funcional dos mesmos.
b) são mais flexíveis, considerando que os empregados públicos não dependem de prévio concurso público para admissão, bastando decisão administrativa para contratação de pessoal.
c) guardam semelhanças, porque são admitidos mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, mas se distinguem por não exigirem processo administrativo disciplinar para demissão.
d) apresentam maior rigor para admissão, que depende de autorização legislativa específica para contratação, mas o desligamento se dá mediante demissão imediata.
e) apresentam vantagens para o servidor, pois este adquire estabilidade após 3 anos de efetivo exercício, mas não depende de prévio concurso público para ser contratado.

734 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Ronaldo é Ministro de Estado e Paulo é Secretário Municipal. No que concerne à remuneração de ambos os servidores públicos e obedecido o disposto na Constituição Federal, Ronaldo
a) será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de adicional, prêmio e verba de representação, enquanto Paulo será remunerado por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e prêmio, vedada verba de representação.
b) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e prêmio, vedada verba de representação.
c) e Paulo serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo, dentre outras vantagens, de adicional, prêmio e verba de representação.
d) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível, dentre outras vantagens, o acréscimo de adicional, prêmio e verba de representação.
e) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e verba de representação e vedado prêmio.

735 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Sobre as disposições constitucionais relativas à Administração Pública e aos Servidores Públicos, analise os itens a seguir:

I. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

II. Não há possibilidade de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos abrangidos pelo regime próprio de previdência.

III. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, porém o tempo de serviço correspondente não contará para efeito de disponibilidade.

Analisados os itens, pode-se afirmar corretamente que:

a) Apenas os itens I e II estão corretos.
b) Apenas os itens II e III estão corretos.
c) Apenas o item I está correto.
d) Apenas o item II está correto.
e) Apenas o item III está correto.

736 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal da República de 1988, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público, EXCETO

a) licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
b) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
c) reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.
d) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
e) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

737 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo a emenda constitucional nº 19, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão constituir conselho de política de administração e remuneração do pessoal. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes remuneratórios deverá observar:

I. A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
II. Os requisitos para a investidura do cargo.
III. As peculiaridades dos cargos.

Assinale a alternativa que apresenta qual(is) item(ns) está(ão) CORRETO(S):
a) Todos estão corretos.
b) Apenas I e II estão corretos.
c) Apenas II e III estão corretos.
d) Apenas III está correto.
e) Nenhum está correto.

738 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

O servidor público estável João perdeu seu cargo e sua vaga foi ocupada por Décio, também servidor público estável. Porém, João teve sua demissão invalidada por sentença judicial transitada em julgado e foi reintegrado. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Décio

a) não poderá ser reconduzido ao cargo de origem, mas terá direito a indenização, ficando em disponibilidade, sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
b) será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
c) não poderá ser reconduzido ao cargo de origem, mas terá direito a indenização, ficando em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
d) será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
e) será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade sem direito a remuneração.

739 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Com relação à estabilidade dos servidores públicos, considere:

I. São estáveis somente após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

II. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, tendo sido extinto o cargo que ele ocupava ou declarada a sua desnecessidade, referido servidor ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que consta de

a) I e II, apenas.
b) I, II e III.
c) II e III, apenas.
d) I, apenas.
e) III, apenas.

740 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

O art. 37 da Constituição Federal, que inaugura o Capítulo VII da Carta Magna (Da Administração Pública), prescreve que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, a diversos outros comandos. Sobre o tema da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos.

( ) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de títulos e documentos.

( ) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

( ) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) F, F, V, V
b) F, F, V, F
c) V, F, F, F
d) F, V, F, F

741 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

"Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos".

a) Semestralmente.
b) A cada dois anos.
c) Anualmente.
d) A cada quatro anos.

742 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Ananias é servidor público federal estável e por uma suposta falta grave cometida o mesmo acabou sendo demitido mediante processo administrativo instaurado. Posteriormente, Ananias conseguiu por sentença judicial invalidar a sua demissão. Porém, Sandra, outra servidora pública federal estável acabou ocupando a vaga de Ananias. Sendo assim, marque a alternativa correta sobre como ficará a situação de Ananias segundo o que dispõe a Constituição Federal.

a) Ananias será reintegrado, porém seu cargo será declarado extinto. No mais, Sandra será aproveitada em outro cargo.
b) Ananias será reintegrado e Sandra será reconduzida ao seu cargo de origem, aproveitada em outro cargo ou posta em disponibilidade.
c) Ananias será reconduzido ao cargo e Sandra será posta em disponibilidade.
d) Ananias e Sandra permanecerão em seus cargos até que abra vacância de um dos cargos e o mesmo seja declarado extinto.

743 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo o que dispõe a Constituição Federal em seu artigo 39, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário serão publicados:

a) Semestralmente.
b) Sempre que ocorrer alteração salarial por dissídio coletivo.
c) Somente no início e no fim de cada mandato do chefe do respectivo poder ao qual o ente faça parte.
d) Anualmente.

744 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

No que se refere aos servidores públicos, conforme insculpido na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

a) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
b) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
c) Somente Lei da União disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
d) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira não poderá ser fixada por meio de subsídio.

745 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com o art. 39, §6° da CF/88, Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão _____ os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Marque a alternativa que preenche de forma correta a lacuna acima.

a) bimestralmente.
b) mensalmente.
c) anualmente
d) semestralmente.

746 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com o Artigo 41 da Constituição Federal, escolha a assertiva INCORRETA:
a) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
b) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
c) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
d) São estáveis, após três meses de período de experiência com efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

747 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

A Constituição Federal do Brasil, ao tratar dos servidores públicos, determina que a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório, de acordo com as previsões da referida lei, observará:

I. A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

II. Os requisitos para investidura.

III. As peculiaridades dos cargos.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

748 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta a respeito das regras aplicáveis ao servidor público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no exercício de mandato eletivo:

a) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
b) Quando tratar-se de mandato eletivo de Deputado Estadual, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
c) Tratando-se de mandato eletivo federal ou no cargo de Governador, o servidor deverá ser exonerado antes da diplomação no cargo eletivo.
d) Caso haja o afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço e os valores percebidos não serão considerados para efeito de benefício previdenciário.
e) Não há possibilidade de acumulação de nenhum cargo eletivo com o cargo de provimento efetivo, mesmo havendo compatibilidade de horários.

749 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Considere as afirmativas abaixo e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( ) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo será estável após dois anos de efetivo exercício.

( ) O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

( ) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

( ) Os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo possuem as garantias da irredutibilidade de subsídio e vitaliciedade.

Assinale a alternativa com a sequência correta:
a) F – V – V – V.
b) F – V – F – F.
c) F – F – V – F.
d) F – V – V – F.
e) V – V – F – F.

750 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Sobre o tratamento conferido pela Constituição Federal de 1988 aos servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.
a) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
c) O servidor público estável pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
e) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

751 - Tema: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Sobre a Administração Pública na Constituição Federal de 1988 é correto afirmar que
a) os servidores públicos nomeados para cargo em provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem a estabilidade após quatro anos.
b) o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo de Vereador, será necessariamente afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros natos ou naturalizados.
d) a garantia de livre associação sindical ao servidor público civil depende de lei regulamentadora ainda não editada.
e) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42 da CF/1988) – 752

752 - Tema: Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42 da CF/1988)

Segundo o texto constitucional de 1988, os policiais militares e os corpos de bombeiros militares são militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. São instituições organizadas com base em
a) disciplina e inteligência.
b) hierarquia e disciplina.
c) hierarquia e inteligência.
d) hierarquia e funcionalidade.
e) disciplina e funcionalidade.

Organização do Estado – variadas – 753

753 - Tema: Diversas sobre Organização do Estado (arts. 18 a 43 da CF/1988)

Acerca da organização político-administrativa, assinale a opção correta.

a) Os estados devem respeitar as leis federais, e os municípios, as leis federais e estaduais, mas isso somente deve ocorrer nas hipóteses previstas na CF.
b) Compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar concorrentemente sobre educação, saúde, trânsito e transporte, cabendo a cada ente federativo adotar sua legislação de acordo com as peculiaridades federal, estadual e municipal.
c) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial e financeiro.
d) Os estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos.
e) A fim de fazer cumprir ordem legal, poderá a União decretar intervenção federal nos municípios que se recusarem a cumprir lei federal que tenha sido recepcionada por lei estadual.

754 - Tema: Diversas sobre Organização do Estado (arts. 18 a 43 da CF/1988)

Sobre as competências constitucionais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, assinale a alternativa correta:

a) Compete privativamente aos Estados legislar sobre normas gerais de convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
b) Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
c) A União poderá, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

d) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
e) É permitido aos Municípios criar Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

755 - Tema: Diversas sobre Organização do Estado (arts. 18 a 43 da CF/1988)

Quanto à Organização do Estado, na forma da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.
a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
b) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
c) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá obrigatoriamente aos princípios da legalidade e impessoalidade, mas facultativamente aos da moralidade, publicidade e eficiência.
d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora.
e) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

756 - Tema: Diversas sobre Organização do Estado (arts. 18 a 43 da CF/1988)

Sobre a organização do Estado e a organização dos poderes, assinale a alternativa CORRETA.
a) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, é uma das etapas do processo de criação, de incorporação, de fusão e de desmembramento de Municípios.
b) Apesar de os Territórios Federais encontrarem-se expressamente previstos na Constituição Federal, não existe, atualmente, nenhum Território Federal no Brasil. Todavia, é possível a sua criação pela União, situação na qual cada Território elegerá oito deputados.
c) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios integram a organização políticoadministrativa da Federação brasileira, possuindo, por isso, autonomia. Por sua vez, a União, ainda que configure pessoa jurídica de direito interno, é titular, também, de soberania.
d) A Constituição Federal prevê expressamente a possibilidade de incorporação entre Estados, o que dependerá da aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito ou referendo. Quando a aprovação da população diretamente interessada ocorrer por plebiscito, será necessária a aprovação do Congresso Nacional apenas por lei ordinária.
e) Caso venham a ser criados novos Territórios Federais, estes poderão ser divididos em Municípios, sendo que as contas do Governo do Território serão submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do qual o Território fora desmembrado.

757 - Tema: Diversas sobre Organização do Estado (arts. 18 a 43 da CF/1988)

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
a) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria pelo regime de previdência de caráter contributivo e solidário, ainda que para proteger trabalhadores que exerçam atividades de risco.
b) É vedada, em qualquer caso, a percepção simultânea de proventos de aposentadoria pelos servidores titulares de cargos efetivos da União com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.
c) Compete privativamente à União legislar sobre orçamento.
d) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos civis, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
e) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Noções Gerais (Ordem Social) – 758

758 - Tema: Noções Gerais (Ordem Social)

Assinale a alternativa CORRETA a respeito da ordem social:

a) A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
b) A ordem social tem como base o bem-estar e a justiça sociais e como objetivo o primado do trabalho.
c) A ordem social tem como base o primado do capital, e como objetivo o bem-estar e a justiça individuais.
d) A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e o respeito aos direitos humanos.

759 - Tema: Noções Gerais (Ordem Social)

É direito constitucional de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, promovendo autonomia, inclusão e participação efetiva dos idosos e das pessoas com deficiência na sociedade. A sentença refere-se ao

a) Auxílio-doença.
b) Seguro defeso.
c) Salário-família.
d) Benefício da Prestação Continuada.
e) Auxílio-acidente.

Seguridade social – arts. 194 e 195 da CF/1988 – 760

760 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:
a) Universalidade da cobertura e do atendimento.
b) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
c) Redutibilidade do valor dos benefícios.
d) Equidade na forma de participação no custeio.
e) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

761 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

É objetivo da organização da seguridade social, segundo disposto na Constituição Federal:
a) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
b) irredutibilidade do valor dos encargos sobre folha de pagamentos.
c) parcialidade da cobertura e do atendimento.
d) regressividade na forma de participação no custeio.
e) caráter centralizado da administração na União.

762 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, o financiamento da seguridade social

a) é de responsabilidade principalmente dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores e demais segurados da previdência social.
b) deve ser planejado anualmente pelos órgãos responsáveis pela previdência social e assistência social, considerando o orçamento da União e dos Estados.
c) deve sofrer cortes em períodos de crises econômicas, até que se reestabeleça o equilíbrio fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou até que haja uma decisão em contrário do Congresso Nacional.
d) é de responsabilidade de toda sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de várias contribuições sociais.
e) advindo das receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá constar dos respectivos orçamentos e do orçamento da União.

763 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

De acordo com o Parágrafo Único, do Art. 194, da Constituição Federal de 1988, compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, entre outros, EXCETO:
a) Universalidade da cobertura e do atendimento.

b) Parcialidade na forma de participação no custeio.
c) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
d) Diversidade da base de financiamento.

764 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 194, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à
a) segurança pública, saúde e assistência social.
b) educação, segurança pública e meio ambiente.
c) assistência social, educação e lazer.
d) saúde, previdência e assistência social.

765 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

O conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, denomina-se:
a) Orçamento público.
b) Sistema Único de Saúde.
c) Seguridade social.
d) Ação afirmativa.

766 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A Antônio, servidor público municipal, foi informado que o Município era responsável pelo atendimento de diversos direitos relacionados à seguridade social.

Ao questionar seu superior hierárquico sobre que direitos seriam estes, foi-lhe informado corretamente que, à luz da Constituição da República, eles abrangeriam

a) educação, previdência e assistência social.
b) saúde, segurança pública e seguros.
c) previdência, saúde e assistência social.
d) assistência social, seguros e educação.
e) segurança pública, previdência e saúde.

767 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Os princípios norteadores para a Seguridade Social Pública no país estão elencados no Art. 194, da Constituição Federal de 1988. Dentre os princípios estão

I. Universalidade da cobertura e atendimento.

II. Diversidade da base de financiamento.

III. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços.

IV. Focalização dos benefícios e serviços prestados individualmente.

V. Justiça social e equidade na forma de participação.

a) Apenas I, III, IV estão corretas.
b) Apenas II, III, IV estão corretas.
c) Apenas I, II, III estão corretas.
d) Apenas I, III, V estão corretas.

768 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de contribuições sociais. Portanto, o orçamento da seguridade social deve abranger as funções
a) da assistência social, da educação e do saneamento básico.
b) da assistência social, da saúde e da previdência social.
c) da saúde, da educação e da segurança pública.
d) da saúde, da educação e da previdência social.
e) da assistência social, do trabalho e do desenvolvimento econômico.

769 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Conforme o Art. 195 da Constituição Federal, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com a redação da Emenda Constitucional nº 20, as contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incide sobre:

I. A folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

II. A receita ou o faturamento.

III. O prejuízo.

IV. O lucro.

Assinale a alternativa que apresenta quais itens estão CORRETOS:
a) Todos estão corretos.
b) Apenas I e II estão corretos.
c) Apenas I, II e IV estão corretos.
d) Apenas I, II e III estão corretos.
e) Nenhum item está correto.

770 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa

a) exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos inerentes apenas à previdência.
b) público-privada, destinadas a assegurar os direitos e obrigações relativos à família, à previdência e às liberdades individuais.
c) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
d) exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
e) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência, ao esporte e à família.

771 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Dentre os princípios da seguridade social disciplinados na Constituição Federal, encontra-se o princípio

a) do caráter democrático e descentralizado, mediante gestão dúplice nos órgãos colegiados.
b) da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
c) da proporcionalidade do valor dos benefícios.
d) da individualização da cobertura e do atendimento.
e) da diversidade na forma de participação no custeio.

772 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A seguridade social compreende direitos:

a) Relativos à previdência.
b) Relativos à saúde.
c) Relativos à assistência social.
d) Todas as alternativas estão corretas.

773 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A Constituição Federal outorgada pelo Congresso Nacional, em 1988, aprovou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nas Diretrizes do SUS, analise os princípios elencados nas proposições a seguir:

I- Universalidade, permitindo o acesso irrestrito a todos os brasileiros.

II- Descentralização, com ênfase na gestão municipal (local).

III- Participação e controle da comunidade.

IV- Integralidade, oferecendo todos os tipos de serviços, voltados à promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação.

V- Gestão única em cada esfera de governo.

Da análise realizada, acerca dos princípios estabelecidos pelo SUS, está(ão) CORRETA(S):

a) As diretrizes propostas de I a V.
b) Apenas as diretrizes I, II e V.
c) Apenas II, IV e V.
d) Apenas I, II e IV.
e) Apenas a diretriz proposta em IV.

774 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A Constituição Federal outorgada pelo Congresso Nacional, em 1988, aprovou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nas Diretrizes do SUS, analise os princípios elencados nas proposições a seguir:

I- Universalidade, permitindo o acesso irrestrito a todos os brasileiros.

II- Descentralização, com ênfase na gestão municipal (local).

III- Participação e controle da comunidade.

IV- Integralidade, oferecendo todos os tipos de serviços, voltados à promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação.

V- Gestão única em cada esfera de governo.

Da análise realizada, acerca dos princípios estabelecidos pelo SUS, está(ão) CORRETA(S):
a) As diretrizes propostas de I a V.
b) Apenas as diretrizes I, II e V.
c) Apenas II, IV e V.
d) Apenas I, II e IV.
e) Apenas a diretriz proposta em IV.

775 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

O artigo 194 da Constituição Federal de 1988 postula pela organização da Seguridade Social, composta pelas políticas sociais de Saúde, Previdência e Assistência Social. De acordo com o referido artigo, em seu parágrafo único, a Seguridade Social deve ser organizada pelo Poder Público com base em certos objetivos. Nesse sentido, analise as afirmativas corretas abaixo.

I. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

II. Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

III. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

IV. Irredutibilidade do valor dos benefícios.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas

776 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A Constituição Federal outorgada pelo Congresso Nacional, em 1988, aprovou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nas Diretrizes do SUS, analise os princípios elencados nas proposições a seguir:

I- Universalidade, permitindo o acesso irrestrito a todos os brasileiros.

II- Descentralização, com ênfase na gestão municipal (local).

III- Participação e controle da comunidade.

IV- prevenção de doenças, tratamento e Integralidade, oferecendo todos os tipos de serviços, voltados à promoção da saúde, reabilitação.

V- Gestão única em cada esfera de governo.

Da análise realizada, acerca dos princípios estabelecidos pelo SUS, está(ão) CORRETA(S):

a) As diretrizes propostas de I a V .
b) Apenas as diretrizes I, II e V .
c) Apenas II, IV e V .
d) Apenas I, II e IV .
e) Apenas a diretriz proposta em IV .

777 - Tema: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Com base na previsão expressa da Constituição Federal 1988, assinale a alternativa INCORRETA.
a) O lazer, a educação e a assistência aos desemparados estão no rol nos direitos sociais.
b) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios.

d) É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
e) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988) – 778

778 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, Art. 193 a 217, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, EXCETO:
a) descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
b) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
c) participação da comunidade.
d) irredutibilidade do valor dos benefícios.

779 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com o STF, a interrupção da divulgação integral, por parte do Poder Executivo Federal e do Ministério da Saúde, dos dados epidemiológicos relativos à pandemia da covid-19 representa

a) violação a preceitos fundamentais da CF, notadamente o acesso à informação, os princípios da publicidade e transparência da administração pública e o direito à saúde.
b) prerrogativa do Estado, por força da vedação ao abuso de direitos fundamentais e da titularidade exclusiva do Poder Executivo para definir em que consiste o interesse público.
c) concretização do princípio da separação dos Poderes da União, pois o Poder Executivo possui competência para o exercício dos poderes de polícia sanitária e das prerrogativas de empreender, entre outras, medidas de isolamento, quarentena, interdição de locomoção, de serviços públicos e atividades essenciais e de circulação.
d) violação ao princípio da proporcionalidade, porém é matéria interna corporis da administração pública, que não se sujeita ao controle jurisdicional, pois ao Supremo Tribunal Federal é vedado instituir providências normativas, de modo que não pode atuar como legislador positivo para interferir no conteúdo da política pública de combate ao novo coronavírus.
e) prerrogativa do Estado, uma vez que os princípios da publicidade e da transparência são normas de eficácia limitada, que carecem de normatividade suficiente para a produção de todos os seus efeitos.

780 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

Segundo a Constituição Federal (Título VIII, Capítulo II, Seção II da Saúde), no art. 200, são competências do Sistema Único de Saúde:

I. colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

II. incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico.

III. controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

IV. executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

V. participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

a) Apenas III está correta.
b) IV e V estão incorretas.
c) Apenas I, II e III estão corretas.
d) Todas estão incorretas.
e) Todas estão corretas.

781 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal (Título VIII, Capítulo II, Seção II da Saúde), art. 196, é correto afirmar que
a) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
b) as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.
c) cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
d) despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
e) Nenhuma das alternativas.

782 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita:
a) Diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
b) Exclusivamente através de terceiros, na qualidade de pessoa jurídica de direito privado.
c) Através de terceiros, sendo vedada a participação de pessoa jurídica de direito privado.
d) Diretamente, sendo vedada a participação de terceiros e de pessoa física.
e) Indiretamente, sendo vedada a participação de pessoa física.

783 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Conforme Constituição Federal, Art. 200, compete ao SUS, EXCETO:
a) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
b) Coordenar a formulação da política e a fiscalização das ações de saneamento básico.
c) Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
d) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
e) Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

784 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único, organizado de forma centralizada, com direção da União.

Certo
Errado

785 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.
a) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
b) Compete ao Poder Público organizar a seguridade social observando o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite, com participação dos trabalhadores e dos empregadores nos órgãos colegiados.
c) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
d) Salvo nos casos previstos em lei, é permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
e) Ao sistema único de saúde não compete colaborar na proteção do meio ambiente.

786 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Após 1988 com a Constituição federal, diversas mudanças ocorreram nos serviço de saúde do Brasil. Neste sentido, relacione as colunas abaixo:

Coluna 1 Período

1. Antes de 1988

2. Atualmente

Coluna 2 Serviços

( ) O sistema público de saúde atendia a quem contribuía para a Previdência Social

( ) O sistema público de saúde é para todos, sem discriminação

( ) Centralizado e de responsabilidade federal, sem a participação dos usuários.

( ) Descentralizado, municipalizado e participativo

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.
a) 1 • 1 • 2 • 2
b) 1 • 2 • 1 • 1
c) 1 • 2 • 1 • 2
d) 2 • 1 • 2 • 1
e) 2 • 2 • 1 • 1

787 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas na Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:
a) centralização político-administrativa.
b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
c) integralidade de assistência, entendida como acesso irrestrito aos serviços, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
d) universalidade de acesso aos serviços de saúde apenas no nível primário de assistência.
e) a participação da comunidade não é incentivada considerando o caráter centralizado da gestão.

788 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

O artigo 198 da constituição determina que os gestores locais do Sistema Único de Saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, ato incluído pela:
a) Emenda Constitucional nº 19, de 2020.
b) Emenda Constitucional nº 51, de 2006.
c) Emenda Constitucional nº 29, de 2000.
d) Emenda Constitucional nº 14, de 2002.
e) Emenda Constitucional nº 01, de 2004.

789 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no Capítulo II, da Seguridade Social, Seção II, da Saúde, Artº 198, são diretrizes do SUS:
a) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.
b) conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.
c) organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.
d) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.
e) integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

790 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário com as ações e serviços de saúde voltados para:

a) promoção, proteção e recuperação.
b) reabilitação, reinserção social e humanização.
c) promoção, criação e territorialização.
d) promoção, proteção e reinserção social.
e) proteção, justiça social e recuperação.

791 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com o Art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, EXCETO:

a) Descentralização.
b) Atendimento integral.
c) Participação da comunidade.
d) Acolhimento.

792 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições:

I. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

II. Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

III. Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

Estão CORRETAS as alternativas:

a) I, II e III.
b) I e III.
c) I e II.
d) II e III.

793 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Em 1988, por ocasião da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, foi instituído, no país, o Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre o SUS, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) O SUS começou a oferecer somente aos cidadãos brasileiros de menor escolaridade e condição social o acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde.

( ) Além da realização de consultas, exames e internações, o SUS também promove campanhas de vacinação e ações de vigilância sanitária, como fiscalização de alimentos e registro de medicamentos.

( ) No SUS, a saúde é vista como "ausência de doença", os esforços e as políticas implementadas são voltadas exclusivamente para o tratamento das doenças.

a) C - C - E.
b) E - C - C.
c) C - E - E.
d) E - C - E.
e) C - C - C.

794 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A Constituição Brasileira, em seu Art. 198, afirma que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com algumas diretrizes. Assinale a alternativa que evidencia uma diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro:

a) Preferência aos mais pobres.
b) Participação da comunidade.
c) Centralização no governo federal.
d) Prioridade para atendimentos hospitalares.

795 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Considerando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), previstos no art. 198 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Integralidade de assistência entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

II. Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

III. Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

IV. Ênfase na centralização dos serviços para os municípios.

Está INCORRETO o que se afirma apenas em

a) IV.
b) I e II.
c) II e III.
d) I, II e III.

796 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A Constituição Federal (CF) do Brasil garante que A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Sendo assim, analise as assertivas a seguir:

I. Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
II. Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
III. Participação da comunidade.

São diretrizes pautadas na CF de acordo com o artigo 198:

a) I e II, apenas.

b) II e III, apenas.
c) I, II e III
d) I e III, apenas.
e) III, apenas.

797 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com o artigo 198 da Constituição Federal, os gestores locais do Sistema Único de Saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às _____ por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.
a) doenças contagiosas
b) anemias
c) doenças emergentes
d) endemias
e) doenças da infância

798 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acerca das disposições constitucionais que tratam da saúde, assinale a alternativa correta.
a) As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
b) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.
c) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
d) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
e) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, mesmo se houver previsão legal.

799 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Com base na Constituição Federal, em relação ao que dispõe sobre a saúde, analisar a sentença abaixo:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação (1ª parte). As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e sem hierarquia (2ª parte).

A sentença está:

a) Totalmente correta.
b) Correta somente em sua 1ª parte.
c) Correta somente em sua 2ª parte.

d) Totalmente incorreta.

800 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

É correto afirmar que a saúde é um direito de todos, esse direito deve ser garantido mediante políticas:
a) Sociais e econômicas.
b) Sociais e populares.
c) Comunitárias e participativas.
d) Complementares e humanitárias.
e) Econômicas e culturais.

801 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

O artigo 198 da Constituição define que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede _____ e devem constituir um sistema único, organizado de acordo com diretrizes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:
a) Comunitária e solidária.
b) Cidadã e civil.
c) Regionalizada e hierarquizada.
d) Descentralizada e participativa.
e) Municipalizada e cultural.

802 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

As ações dos serviços de saúde que integram o SUS estão previstas na Constituição Federal de 1988 e devem obedecer aos seguintes princípios, EXCETO:
a) Centralização político-administrativa.
b) Universalidade.
c) Integralidade.
d) Equidade.
e) Participação da comunidade.

803 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Em conformidade com a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

A saúde é _____ de todos e _____ do Estado, _____ mediante políticas sociais e econômicas que visem à _____ do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

a) dever - direito - garantida - expansão
b) dever - direito - exigida - redução
c) direito - dever - garantida - redução
d) direito - dever - imposta - expansão

804 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 200, além de outras atribuições, compete ao Sistema Único de Saúde (SUS):

a) Organizar produtos e substâncias de interesse para a saúde, a produção de medicamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
b) Inspecionar alimentos, executando o controle da data de validade.

c) Ordenar a formação de recursos técnicos na área de saúde.
d) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
e) Organizar a guarda e a utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

805 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A respeito das dimensões dos direitos fundamentais e de seus destinatários, julgue o item a seguir.

O ônus da prova para a negativa de prestação de serviço de saúde vincula os órgãos estatais.

Certo
Errado

806 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) No âmbito da União, pelo Ministério da Assistência.
b) No âmbito dos Estados pelos Governadores por meio de seus Chefes de Gabinete.
c) No âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.
d) No âmbito dos Municípios, pelas Unidades de Saúde ou órgão equivalente.

807 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com algumas diretrizes. Sobre essas diretrizes, analisar os itens abaixo:

I. Participação da comunidade.

II. Atendimento parcial, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

III. A centralização, com direção única em esfera Federal.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item I.
b) Somente o item III.
c) Somente os itens I e II.
d) Somente os itens II e III.

808 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A respeito da saúde, conforme a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

a) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

b) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
c) É lícita a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo os casos proibidos em lei.
d) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo admitido todo tipo de comercialização.

809 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988 – Seção II, ao sistema de saúde compete algumas atribuições. Sobre as atribuições, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
( ) Não colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
( ) Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
a) F, V, V
b) V, F, F
c) V, F, V
d) F, V, F

810 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade:
a) Conjunta dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União.
b) Apenas do Município, podendo receber ajuda estadual e federal mediante pactuação.
c) Apenas da União, cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios direcionarem os recursos para o setor da saúde.
d) Apenas do Município, do Estado e do Distrito Federal, cabendo à União a responsabilidade pela fiscalização dos investimentos em saúde.

811 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Com relação aos artigos da constituição federal, da seção II, da saúde, considere a alternativa correta:

a) O artigo 198 da constituição federal descreve a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos como uma das diretrizes do SUS.
b) O artigo 198 determina aos gestores locais do sistema único de saúde, que estes só poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de concurso público municipal.
c) O artigo 200 discorre que compete ao SUS a formação de recursos humanos na área de saúde.
d) O artigo 197 determina que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

812 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, EXCETO:

a) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
b) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

c) Participar da formulação da política, com exceção às ações de saneamento básico.
d) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

813 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal de 1988, leia as alternativas a seguir e assinale a INCORRETA.

a) A saúde é um direito de todos.
b) A saúde é um dever do Estado.
c) O SUS será financiado exclusivamente com recursos da União.
d) São de relevância pública as ações e serviços de saúde.
e) A saúde deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas.

814 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Considere as afirmativas abaixo e responda ao seguinte.

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

a) Apenas o item I é verdadeiro.
b) Apenas o item II é verdadeiro.
c) Apenas o item III é verdadeiro.
d) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
e) Todos os itens são verdadeiros.

815 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

São considerados principais fontes de recursos fiscais empregadas pela UNIÃO para o financiamento do SUS, EXCETO

a) Imposto sobre a Renda (IR).
b) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
c) Imposto Territorial Rural (ITR).
d) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU).

816 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

O Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS), é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o Brasil o único país com mais de 100 milhões de habitantes a garantir assistência integral e completamente gratuita. Esse sistema de saúde foi criado no Brasil a partir da

a) Reforma Sanitária de 1978.
b) Norma Operacional Básica de Saúde de 2000.
c) Declaração de Alma Ata de 1990.
d) Constituição Federal de 1988.

817 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

No Art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, afirma-se que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com a(s) seguinte(s) diretriz(es):

I. descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

II. atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

III. participação da comunidade nas ações educativas preventivas em instituições públicas e privadas.

a) Apenas II e III estão corretas.
b) Apenas I e III estão corretas.
c) Apenas I e II estão corretas.
d) Apenas III está correta.
e) Apenas II está correta.

818 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído por uma rede regionalizada e hierarquizada, sendo organizado em conformidade com as seguintes diretrizes, EXCETO:

a) centralização
b) descentralização
c) atendimento integral
d) direção única em cada esfera de governo;
e) participação da comunidade

819 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, na Seção II – DA SAÚDE –, assinale a opção que contemple os artigos que tratam especificamente da saúde:

a) Art. 196 ao Art. 200.
b) Art. 205 ao Art. 214.
c) Art. 184 ao Art. 191.
d) Art. 170 ao Art. 181.

820 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

São de relevância pública as ações e os serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, sua fiscalização e seu controle e devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando a disposição constitucional, julgue o item, relativos à saúde.

As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

Certo
Errado

821 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

São de relevância pública as ações e os serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, sua fiscalização e seu controle e devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando a disposição constitucional, julgue o item, relativos à saúde.

Caso o gestor público necessite de agentes de combate às endemias, ele poderá admitir os referidos agentes por meio de processo seletivo público, mas a mesma hipótese de admissão não é possível para agentes comunitários de saúde.

Certo
Errado

822 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

São de relevância pública as ações e os serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, sua fiscalização e seu controle e devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando a disposição constitucional, julgue o item, relativos à saúde.

Compete ao Sistema Único de Saúde, nos termos da lei, colaborar com a proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Certo
Errado

823 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

São de relevância pública as ações e os serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, sua fiscalização e seu controle e devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando a disposição constitucional, julgue o item, relativos à saúde.

Nos casos previstos em lei, é possível a participação direta de empresas estrangeiras na assistência à saúde do País.

Certo
Errado

824 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

São de relevância pública as ações e os serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, sua fiscalização e seu controle e devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando a disposição constitucional, julgue o item, relativos à saúde.

Os serviços públicos de saúde devem priorizar o atendimento integral para as atividades preventivas, com exceção dos serviços assistenciais. Além disso, o dever é do Poder Público, não sendo admitida a diretriz de participação da comunidade.

Certo
Errado

825 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A saúde é direito de todos e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas quem visem a redução do risco de doenças e de outros agravos. Assinale a questão correta sobre os princípios fundamentais que implicam o direito a saúde.

a) Controle de doenças infecto contagiosas.
b) Condições dignas de trabalho, saneamento, moradia urbana, educação a distância, alimentação, transporte e lazer.
c) Opção quanto ao tamanho da prole.
d) Serviço público e privado de assistência médica.

826 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

É amplamente reconhecido o subfinanciamento do SUS. A aprovação da Emenda Constitucional no 86/2015 agravou ainda mais o quadro do subfinanciamento, pois excluiu, dos recursos que financiavam o sistema,

a) os recursos referentes ao Pré-Sal, que deixaram de ser um excedente para a saúde.
b) o uso de emendas parlamentares no Orçamento para as despesas com ações e serviços públicos de saúde.
c) a expansão dos gastos públicos (despesas primárias) por 20 anos, baseada no valor das despesas de 2017, corrigidas pela variação do IPCA/IBGE.
d) os recursos derivados da abertura da saúde para o capital estrangeiro.
e) o percentual de Desvinculação das Receitas da União (DRU), fixado em 30% do total das receitas da seguridade social.

827 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é CORRETO afirmar que compete ao Sistema Único de Saúde:

a) Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
b) Ordenar formação de recursos humanos para educação no trânsito.

c) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, excluindo a saúde do trabalhador;
d) Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, omitindo-se a respeito de bebidas e águas para consumo humano.
e) Participar do controle e fiscalização do trânsito, em virtude das despesas que o SUS tem com os acidentados.

828 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com o art . 198 da Constituição Federal de 1988, pode-se citar a descentralização, o atendimento integral, a participação da comunidade e as ações e serviços públicos de saúde que integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. A respeito deste enunciado, pode-se afirmar que o mesmo faz parte dos (as):
a) Princípios do SUS;
b) Diretrizes do SUS;
c) Princípios de Equidade no SUS;
d) Princípios de Integralidade no SUS.

829 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A afirmativa: " A saúde é um direito de todos e dever do estado", está conforme a qual artigo da Constituição Federal?
a) Art. 197 da CF/88;
b) Art. 198 da CF/88;
c) Art. 200 da CF/88;
d) Art. 196 da CF/88.

830 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Quais são os Princípios e Diretrizes do SUS de acordo com o art. 198 da CF/88:
a) A descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
b) O atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
c) A participação da comunidade, as ações e serviços públicos de saúde que integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único;
d) Todos os itens acima estão corretos.

831 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 e suas alterações define que saúde é direito de todos e dever do Estado. O princípio do SUS que corresponde a esta definição é o seguinte:

a) equidade.
b) universalidade.
c) controle social.
d) Integralidade.

832 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz no artigo 198 as ações e serviços de saúde que devem fazer parte de uma Rede de Atenção em Saúde a qual deve ser
a) Hierarquizada e Humanizada.
b) Humanizada e Regionalizada.
c) Regionalizada e Hierarquizada.
d) Territorizada e Hierarquizada.

833 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Complete as lacunas: "As e serviços públicos de saúde e os serviços contratados ou conveniados que integram o , são desenvolvidos de acordo com as previstas na Constituição Federal, obedecendo os princípios .
a) provisões; privados; SUS; diretrizes; organizativos;
b) Ações; prioritários; SUS; diretrizes; organizativos;
c) Ações; privados; SUS; diretrizes; organizativos;

d) Ações; privados; SUS; diretrizes; básicos.

834 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A Constituição Brasileira de 1988 preocupou-se com a cidadania do povo brasileiro e se refere diretamente aos direitos sociais, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à aprendizagem. Em relação à saúde, a Constituição apresenta cinco Artigos – os de n.º 196 ao n.º 200. O Artigo 196 dispõe que esse direito

a) deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas com acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação e para reduzir o risco de doença e de outros agravos.

b) deve ser garantido pelo município, entendido como poder público: governos estaduais e municipais.

c) define que as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e devem constituir um sistema único, organizado.

d) às ações e aos serviços de saúde é de relevância pública, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

835 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Com base na Constituição Brasileira de 1988 analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa INCORRETA.

a) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos.

b) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

c) As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema único de saúde.

d) É vedada a participação direta ou indireta de empresas estrangeiras na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

e) É vedada a participação direta ou indireta de capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

836 - Tema: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988, art. 6º, estabelece como direitos fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância, sendo a saúde (art. 196) um direito de todos e dever do Estado, que deve ser garantido mediante políticas:

a) sociais, ambientais e econômicas, que visem à redução de doença e de outros agravos e ao acesso universal às ações e serviços, para sua proteção e recuperação.

b) sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços, para sua promoção, proteção e recuperação.

c) de saúde, que visem à redução de doenças e ao acesso universal às ações e serviços, para sua promoção e proteção.

d) sociais e de saúde, que visem à redução de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços, para sua promoção, proteção e recuperação.

e) sociais e ambientais, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações para sua promoção e proteção.

Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF/1988) – 837

837 - Tema: Da Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF/1988)

De acordo com o art. 201, § 7º inc. I da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência), é assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

a) 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

b) 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

c) 65 anos de idade, se homem, e 62 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

d) 68 anos de idade, se homem, e 65 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

838 - Tema: Da Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, EXCETO para promoção por merecimento. Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social:

a) Não deverá permanecer filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
b) Será transferido imediatamente ao regime estatutário de previdência social.
c) Permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
d) Deverá sair desse regime, no ente federativo de origem.

839 - Tema: Da Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF/1988)

Não é um evento coberto pela previdência social:

a) Desemprego voluntário.
b) Morte.
c) Doença.
d) Invalidez.

Assistência Social (arts. 203 a 204) – 840

840 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

O amparo às crianças e aos adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária estão, entre os objetivos da Assistência Social, definidos pela Constituição Federal de 1988. Conforme o artigo 203 dessa Lei maior, a assistência social será prestada, independentemente de

a) formalização.
b) habilitação.
c) contribuição.
d) acesso.
e) potencialidades.

841 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

Conforme disposto no art. 194 da Constituição Federal, a assistência social constitui uma das políticas inseridas no âmbito da seguridade social, estando disciplinada pelos arts. 203 e 204 da Carta Magna. Considerando as disposições estabelecidas na LOAS, são objetivos da Assistência Social:

a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice restringindo-se às pessoas carentes.
b) O amparo às crianças e adolescentes sob medidas socioeducativas.
c) A promoção da integração ao mercado de trabalho.
d) A inabilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.

842 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

A Constituição Federal do Brasil (1988), no Art. 203, afirma que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. É objetivo da assistência social, conforme previsão da Carta Magna:

a) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

b) a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.
c) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
d) A concessão de salário-família e o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

843 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Além dos recursos do orçamento da seguridade social, outras fontes podem ser empregadas nas ações governamentais na área da assistência social, devendo tais ações ser organizadas com base em diretrizes previstas na CF.

Certo
Errado

844 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

Instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 203, a Assistência Social é conceituada como: A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II. O amparo às crianças e adolescentes carentes;

III. A promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V. A garantia de um salário mínimo e meio de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei".

De acordo com a legislação estão corretos os objetivos descritos na opção:

a) I, II e III, apenas;
b) II, III e IV, apenas;
c) I, II, III e IV, apenas;
d) I, III e V, apenas.

845 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

A respeito da assistência social, é CORRETO afirmar que:

a) Não tem como objetivo promover a integração ao mercado de trabalho.
b) Abrange o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
c) Será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição.
d) Será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição.

846 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

A diretriz da participação da população nas ações governamentais na área da assistência social se dá, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por meio

a) da definição das prioridades orçamentárias deliberadas em audiências públicas convocadas a cada dois anos.
b) dos planos plurianuais deliberados nas conferências municipais e estaduais de assistência social.
c) de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
d) por meio da avaliação continuada da qualidade dos serviços sociais pelos usuários nos censos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
e) por meio dos conselhos de entidades beneficentes responsáveis pela execução dos programas assistenciais nas esferas municipal e estadual.

847 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

Informe se verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma sobre a Seção IV – Da Assistência Social, da Constituição Federal de 1988.

( ) É um objetivo da assistência social a promoção da integração ao mercado de trabalho.

( ) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

( ) É uma diretriz da assistência social a centralização político-administrativa, cabendo à esfera federal a execução dos programas, serviços e benefícios.

( ) As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

a) V; F; V; F.
b) F; V; F; V.
c) V; V; F; V.
d) F; F; V; F.

848 - Tema: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 reconhece a importância da família no contexto da vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) considera que as novas feições assumidas pela

familia estão condicionadas às transformações societárias e, independentemente dos formatos que assume, a família é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. Em se tratando dos arranjos familiares contemporâneos, dentre os diferentes modelos de família, estão a monoparental, a unilinear e a homoafetiva. As famílias derivadas de separações e recasamentos, não alterando as relações anteriores de parentesco e afinidade, são as

a) adequadas.
b) desestruturadas.
c) agregadas.
d) recompostas.
e) equilibradas.

Gabarito

1) A 2) Certo 3) Errado 4) A 5) Errado 6) Certo 7) Errado 8) Certo 9) Certo 10) Errado 11) Certo 12) C 13) D 14) A 15) E 16) B 17) E 18) E 19) D 20) A 21) Errado 22) Errado 23) Certo 24) Errado 25) Certo 26) Errado 27) D 28) B 29) D 30) A 31) C 32) A 33) D 34) C 35) A 36) B 37) D 38) A 39) C 40) C 41) A 42) C 43) A 44) B 45) A 46) A 47) A 48) B 49) A 50) D 51) Certo 52) Errado 53) Certo 54) Certo 55) Certo 56) Errado 57) Certo 58) Errado 59) C 60) B 61) D 62) D 63) B 64) A 65) A 66) B 67) C 68) A 69) C 70) A 71) C 72) C 73) A 74) D 75) D 76) D 77) D 78) A 79) C 80) C 81) B 82) E 83) A 84) E 85) B 86) D 87) D 88) A 89) E 90) C 91) C 92) C 93) C 94) A 95) A 96) A 97) D 98) D 99) E 100) B 101) Certo 102) Certo 103) Errado 104) Certo 105) Errado 106) Certo 107) Certo 108) Certo 109) Errado 110) Errado 111) Certo 112) Errado 113) Certo 114) Certo 115) E 116) B 117) A 118) Errado 119) D 120) D 121) A 122) C 123) C 124) Errado 125) A 126) A 127) A 128) Certo 129) Certo 130) Errado 131) Certo 132) Errado 133) Errado 134) Certo 135) Errado 136) C 137) Errado 138) Errado 139) E 140) Certo 141) D 142) D 143) Errado 144) D 145) B 146) B 147) C 148) E 149) B 150) D 151) C 152) E 153) D 154) D 155) Errado 156) Certo 157) D 158) Errado 159) C 160) Errado 161) Certo 162) Errado 163) Errado 164) Certo 165) A 166) Errado 167) Certo 168) Errado 169) C 170) D 171) E 172) E 173) D 174) Certo 175) Errado 176) Certo 177) Errado 178) Errado 179) C 180) C 181) A 182) B 183) B 184) Errado 185) Errado 186) C 187) Certo 188) Certo 189) Errado 190) Certo 191) Errado 192) E 193) B 194) D 195) D 196) Certo 197) Errado 198) Errado 199) Certo 200) Errado 201) E 202) C 203) B 204) A 205) C 206) D 207) B 208) B 209) E 210) B 211) C 212) C 213) A 214) B 215) D 216) B 217) B 218) D 219) E 220) A 221) D 222) D 223) Errado 224) C 225) A 226) D 227) A 228) C 229) C 230) A 231) A 232) C 233) A 234) B 235) Errado 236) Certo 237) Certo 238) A 239) D 240) A 241) B 242) C 243) A 244) Certo 245) A 246) B 247) D 248) B 249) D 250) B 251) E 252) A 253) Certo 254) D 255) B 256) B 257) D 258) A 259) A 260) B 261) E 262) Errado 263) Errado 264) Certo 265) D 266) C 267) A 268) Certo 269) C 270) Certo 271) Certo 272) C 273) D 274) C 275) D 276) D 277) Certo 278) Errado 279) Errado 280) Certo 281) D 282) C 283) C 284) D 285) C 286) B 287) E 288) A 289) B 290) A 291) B 292) B 293) Certo 294) A 295) Certo 296) Errado 297) B 298) C 299) B 300) C 301) E 302) B 303) D 304) B 305) C 306) Certo 307) Certo 308) B 309) B 310) D 311) Certo 312) Errado 313) E 314) Errado 315) Certo 316) Errado 317) Certo 318) Errado 319) Errado 320) B 321) Certo 322) C 323) A 324) C 325) E 326) A 327) B 328) C 329) Errado 330) Errado 331) C 332) B 333) D 334) C 335) Errado 336) Certo 337) Certo 338) A 339) B 340) A 341) D 342) D 343) C 344) D 345) E 346) B 347) E 348) C 349) Certo 350) Certo 351) Errado 352) B 353) Errado 354) Certo 355) E 356) C 357) C 358) D 359) B 360) D 361) A 362) C 363) Errado 364) Errado 365) Certo 366) Certo 367) Certo 368) Certo 369) Certo 370) Errado 371) A 372) B 373) A 374) D 375) D 376) Errado 377) D 378) D 379) B 380) A 381) A 382) B 383) D 384) A 385) E 386) B 387) E 388) D 389) Errado 390) A 391) D 392) D 393) D 394) E 395) B 396) C 397) C 398) Errado 399) D 400) B 401) C 402) A 403) A 404) Errado 405) Errado 406) Errado 407) Certo 408) Certo 409) Certo 410) D 411) E 412) B 413) B 414) C 415) B 416) D 417) A 418) A 419) Errado 420) Errado 421) Certo 422) Certo 423) Certo 424) B 425) A 426) D 427) E 428) Errado 429) A 430) B 431) B 432) Certo 433) D 434) C 435) D 436) A 437) B 438) C 439) Errado 440) D 441) D 442) D 443) D 444) A 445) B 446) E 447) C 448) A 449) Certo 450) E 451) B 452) A 453) A 454) A 455) A 456) C 457) C 458) E 459) C 460) A 461) D 462) D 463) B 464) B 465) B 466) C 467) B 468) C 469) C 470) D 471) B 472) E 473) D 474) C 475) D 476) B 477) A 478) B 479) A 480) D 481) B 482) C 483) E 484) A 485) C 486) E 487) C 488) D 489) B 490) B 491) E 492) Certo 493) B 494) C 495) Errado 496) E 497) C 498) C 499) B 500) Errado 501) Certo 502) Certo 503) Errado 504) Errado 505) B 506) E 507) C 508) D 509) C 510) Certo 511) D 512) A 513) A 514) Errado 515) C 516) E 517) C 518) E 519) B 520) A 521) Certo 522) Certo 523) A 524) B 525) A 526) C 527) B 528) B 529) A 530) D 531) B 532) D 533) A 534) E 535) C 536) B 537) A 538) B 539) C 540) Certo 541) Certo 542) Errado 543) Errado 544) Certo 545) Errado 546) Certo 547) Errado 548) D 549) A 550) E 551) A 552) A 553) A 554) C 555) A 556) C 557) A 558) A 559) B 560) D 561) A 562) A 563) C 564) D 565) B 566) B 567) A 568) B 569) A 570) B 571) E 572) B 573) A 574) E 575) D 576) A 577) B 578) A 579) C 580) A 581) D 582) C 583) C 584) D 585) D 586) Certo 587) Errado 588) D 589) A 590) A 591) A 592) E 593) E 594) B 595) D 596) D 597) D 598) A 599) D 600) A 601) C 602) A 603) Errado 604) D 605) C 606) B 607) E 608) B 609) E 610) A 611) E 612) C 613) B 614) D 615) B 616) A 617) E 618) C 619) B 620) E 621) E 622) C 623) C 624) A 625) C 626) D 627) B 628) Certo 629) Errado 630) Errado 631) D 632) C 633) D 634) A 635) E 636) C 637) D 638) C 639) E 640) E 641) D 642) B 643) B 644) A 645) C 646) D 647) D 648) C 649) D 650) C 651) C 652) D 653) D 654) C 655) C 656) E 657) B 658) A 659) C 660) D 661) Certo 662) Errado 663) Certo 664) Certo 665) Errado 666) Certo 667) Errado 668) Certo 669) Certo 670) Certo 671) A 672) A 673) A 674) E 675) A 676) B 677) B 678) A 679) D 680) C 681) B 682) C 683) B 684) A 685) A 686) D 687) C 688) A 689) C 690) C 691) B 692) D 693) A 694) D 695) D 696) C 697) B 698) A 699) A 700) C 701) A 702) E 703) Errado 704) Errado 705) Errado 706) Certo 707) D 708) C 709) Errado 710) Certo 711) Errado 712) C 713) A 714) E 715) D 716) E 717) D 718) A 719) E 720) B 721) B 722) C 723) B 724) C 725) B 726) A 727) C 728) D 729) A 730) E 731) A 732) A 733) C 734) C 735) C 736) C 737) A 738) D 739) C 740) A 741) C 742) B 743) D 744) A 745) C 746) D 747) E 748) A 749) D 750) B

751) E 752) B 753) A 754) B 755) C 756) A 757) E 758) A 759) D 760) C 761) A 762) D 763) B 764) D 765) C 766) C 767) C 768) B 769) C 770) C 771) B 772) D 773) A 774) A 775) D 776) A 777) D 778) D 779) A 780) E 781) A 782) A 783) B 784) Errado 785) A 786) C 787) B 788) B 789) A 790) A 791) D 792) A 793) D 794) B 795) A 796) C 797) D 798) C 799) B 800) A 801) C 802) A 803) C 804) D 805) Certo 806) C 807) A 808) B 809) C 810) A 811) D 812) C 813) C 814) E 815) D 816) D 817) C 818) A 819) A 820) Certo 821) Errado 822) Certo 823) Certo 824) Errado 825) C 826) A 827) A 828) B 829) D 830) D 831) B 832) A 833) C 834) A 835) A 836) B 837) C 838) C 839) A 840) C 841) C 842) A 843) Certo 844) C 845) C 846) C 847) C 848) D